



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

ALYNE ROSIWELLY ARAÚJO FIGUEIREDO

**O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA ARTICULADO À
FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS NO BRASIL**

JOÃO PESSOA
2018

ALYNE ROSIWELLY ARAÚJO FIGUEIREDO

**O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA ARTICULADO À
FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS NO BRASIL**

Dissertação elaborada para fins de Qualificação
como exigência parcial para a obtenção de título
de Mestre em Educação, no Programa de Pós-
Graduação em Educação - PPGE do Centro de
Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Linha de pesquisa: Políticas Educacionais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janine Marta Coelho
Rodrigues

JOÃO PESSOA
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F475p Figueiredo, Alyne Rosiwelly Araujo.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola articulado à
Formação Docente no Contexto das Políticas Públicas
Educativas no Brasil / Alyne Rosiwelly Araujo
Figueiredo. - João Pessoa, 2018.

105 f. : il.

Orientação: Janine Marta Coelho Rodrigues.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. PNBE; Formação Docente; Educação Básica. I.
Rodrigues, Janine Marta Coelho. II. Título.

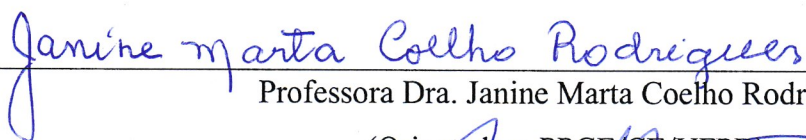
UFPB/BC

ALYNE ROSIWELLY ARAÚJO FIGUEIREDO

**O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA ARTICULADO À
FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS NO BRASIL**

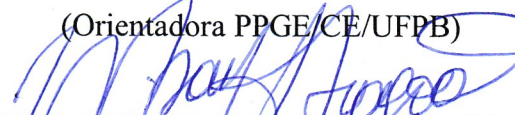
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial do título de Mestre em Educação.

Banca Examinadora:



Professora Dra. Janine Marta Coelho Rodrigues

(Orientadora PPGE/CE/UFPB)


Professor Dr. Wilson Honorato Aragão

(Membro Interno – PPGE/CE/UFPB)


Professor Dr. Swamy de Paula Lima Soares

(Membro Externo – PPGAV/CE//UFPB/)

Dedico à minha mãe, que sempre acreditou que através da educação um futuro brilhante nos espera.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, Pai supremo de misericórdia, bondade e amor, à quem me deu a vida e a graça de realizar um de meus grandes sonhos: estudar nesta instituição. Minha caminhada não foi fácil, não foi breve, porém eu consegui. Obrigada, meu Deus.

À Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), em especial à linha de Pesquisa em Políticas Educacionais.

Aos professores, colegas e funcionários do PPGE pelas significativas contribuições.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento para essa pesquisa.

À minha mãe, Maria Rosa, - que se fez pai e mãe desde que nasci -, contudo nunca fraquejou na árdua tarefa de criar e educar suas filhas, buscando incessantemente fazer o melhor por nós, em todos os dias de sua vida. Eu a amo, minha mãe.

Aos meus filhos: Maria Enyla, Alexandre Filho e Maria Cecília, presentes de Deus, vocês são o melhor de mim, minha fonte de esperança e alegria. Amo vocês imensamente.

Ao meu esposo Alexandre, pelo amor, amizade, apoio e compreensão. Obrigada por me fazer acreditar que eu era capaz. Te amo, marido.

À minha tia, Terezinha, segunda mãe, por se fazer presente e ser um exemplo em minha vida.

À professora Vilma de Lurdes, por ser minha referência durante a graduação, por sua amizade e por todo o conhecimento compartilhado durante o início desta jornada.

Às amigas, Adriana, Rafaela, Michelle, Maday, Nathália e Luana que me ajudaram e me fortaleceram com palavras de afeto, ânimo e sabedoria, assim como à todas as pessoas que torceram por mim ao longo desta caminhada.

À Fábio Lemos, meu ex-gerente na Editora PAULUS, pelo apoio durante o período em que trabalhei na instituição. À todos da PIA Sociedade de São Paulo, gratidão.

À professora Janine Marta, que me acolheu com carinho e me conduziu passo a passo no caminho da pesquisa, com paciência e dedicação. Sua sensibilidade e incentivo foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Obrigada por tudo.

Ao Grupo de Pesquisa sobre Formação e Profissionalização Docente, pelas contribuições teóricas e experiências compartilhadas, em especial à Aureliana pela atenção ímpar.

Aos professores Wilson Aragão e Swamy Soares por me darem a honra de comporem esta banca.

“Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam.” (Paulo Freire)

RESUMO

O estudo investiga o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) articulado à formação docente no contexto das políticas públicas educacionais no Brasil, tendo como objetivo geral, analisar o PNBE como instrumento de incentivo e ampliação dos sujeitos leitores na comunidade escolar. Para tanto, constituímos os seguintes objetivos específicos: identificar os programas e projetos referentes à difusão de livros na escola; entender como se dá a discussão acadêmica acerca do PNBE no Brasil; descrever os espaços utilizados para a formação de leitores nas escolas pesquisadas e problematizar o acesso e utilização do material fornecidos aos professores através do PNBE. A pesquisa se desenvolveu a partir de análise de documentos e pesquisa de campo, foi utilizado como instrumento para a coleta de dados, um caderno de campo no qual a observação de bibliotecas escolares em duas escolas públicas, localizadas na cidade de João Pessoa, Paraíba, era registrado com detalhes para posterior análise. Inquietou-nos descobrir: como se dá a discussão acerca do PNBE pelo Brasil? Os objetivos do programa estão sendo atendidos? Os professores das escolas pesquisadas têm acesso ao material? Como se constitui o espaço nestas escolas para utilização das obras? Objetivamos perceber como o PNBE e a biblioteca estão presentes no cotidiano dos professores de duas escolas do município de João Pessoa. Para apresentar os resultados da pesquisa de natureza qualitativa, o presente texto está estruturado em três seções. Na primeira, apresentamos um breve relato sobre as políticas educacionais e o PNBE no Brasil. Na segunda seção, identificamos o PNBE no cenário das produções acadêmicas no Brasil, entre meados de 2009 a 2014. Na terceira sessão, finalizamos a discussão abordando a perspectiva fundamentada a partir da experiência vivenciada durante a pesquisa, entrelaçando o estudo teórico e a observação da biblioteca no espaço escolar das escolas analisadas, traçando considerações a respeito das experiências encontradas no conjunto dos dados e indicando aspectos que ainda necessitam ser investigados na temática abordada.

Palavras-chave: PNBE. Formação Docente. Educação Básica.

RESUMEN

El estudio investiga el Programa Nacional Biblioteca de la Escuela (PNBE) articulado a la formación docente en el contexto de las políticas públicas educativas en Brasil, teniendo como objetivo general, analizar el PNBE como instrumento de incentivo y ampliación de los sujetos lectores en la comunidad escolar. Para ello, constituimos los siguientes objetivos específicos: identificar los programas y proyectos referentes a la difusión de libros en la escuela; entender cómo se da la discusión académica acerca del PNBE en Brasil; describir los espacios utilizados para la formación de lectores en las escuelas investigadas y problematizar el acceso y utilización del material suministrado a los profesores a través del PNBE. La investigación se desarrolla a partir de análisis de documentos e investigación de campo, siendo utilizado como instrumento para la recolección de datos, la observación de bibliotecas escolares en dos escuelas públicas ubicadas en la ciudad de João Pessoa, Paraíba. Nos inquietó a descubrir: ¿cómo se da la discusión acerca del PNBE por Brasil? Los objetivos del programa están siendo atendidos? ¿Los profesores de las escuelas encuestadas tienen acceso al material? ¿Cómo se constituye el espacio en estas escuelas para la utilización de las obras? Objetivamos percibir cómo el PNBE y la biblioteca están presentes en el cotidiano de los profesores de dos escuelas del municipio de João Pessoa. Para presentar los resultados de la investigación de naturaleza cualitativa, el presente texto está estructurado en tres secciones. En la primera, identificamos el PNBE en el escenario de las producciones académicas en Brasil entre mediados de 2009 a 2014. En la segunda sección presentamos un breve relato sobre las políticas educativas y el PNBE en Brasil. En la tercera sesión finalizamos la discusión abordando la perspectiva fundamentada a partir de la experiencia vivenciada durante la investigación entrelazando el estudio teórico y la observación de la biblioteca en el espacio escolar de las escuelas analizadas, trazando consideraciones acerca de las experiencias encontradas en el conjunto de los datos e indicando aspectos que aún necesitan ser investigados en la temática abordada.

Palabras clave: PNBE. Formación docente. Educación básica.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1: Espaço e acervo da biblioteca da escola A	64
FOTOGRAFIA 2: Mobiliário da biblioteca da escola A	65
FOTOGRAFIA 3: Espaço virtual da biblioteca da escola A	66
FOTOGRAFIA 4: Acervo da biblioteca da escola B	69
FOTOGRAFIA 5: Cabines de estudo da biblioteca da escola B	70
FOTOGRAFIA 6: Sala de depósito dos livros da biblioteca da escola B	72

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1: Campanhas do governo federal de incentivo à leitura no Brasil	29
TABELA 2: Projetos do governo federal de incentivo à leitura no Brasil	29
TABELA 3: Cenário geral do PNBE (1998 a 2013)	38
TABELA 4: PNBE do Professor	39
TABELA 5: Quantidade de artigos publicados por ano	43
TABELA 6: Quantidade de dissertações e teses publicados por ano	44
GRÁFICO 1: Números de artigos, dissertações e teses publicadas por ano.....	45
GRÁFICO 2: Aspectos metodológicos da pesquisa.....	47
GRÁFICO 3: Sujeitos da pesquisa.....	48
GRÁFICO 4: Ênfase na formação docente.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AASL – American Association of School Librarians

AEE – Atendimento Educacional Especializado

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CL – Casa da Leitura

CLMC – Campanha Literatura em Minha Casa

CONAE – Conferência nacional de Educação

EI – Educação Infantil

EF – Ensino Fundamental

EM – Ensino Médio

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FAE - Fundação de Assistência ao Estudante

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GOAE – Gerência Operacional de Assistência ao Estudante

GT – Grupo de Trabalho

IBC – Instituto Benjamin Constant

IES – Instituto de Ensino Superior

IFLA – International Federation of Library and Institutions

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INL - Instituto Nacional do Livro

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional

MEC - Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola

PDC – Programa de Desenvolvimento Continuado

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PNLL - Plano Nacional do Livro e Leitura

PPGE/CE/UFPB - Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba

PPGE/UFPB - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba

PROINFO - Programa Nacional de Tecnologia Educacional

PROLER - Programa Nacional de Incentivo à Leitura

RCNEI – Referencial Curricular nacional para a Educação Infantil

SEB - Secretária de Educação Básica

SEDEC – Secretaria de Educação e Cultura

SEE - Secretaria de Estado da Educação

SEF - Secretaria de Ensino Fundamental

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UVA – Universidade Vale do Acaraú

VOLP - Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O PNBE NO BRASIL: DESAFIOS NA EDUCAÇÃO	19
1.1. POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: BREVE RELATO.....	19
1.2. POLÍTICAS DE LEITURA DO BRASIL	26
1.3. PELOS CAMINHOS DO PNBE	30
2 MAPEANDO A PESQUISA ACADÊMICA SOBRE O PNBE NO BRASIL	41
2.1. DADOS GERAIS DA PESQUISA.....	42
2.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ENCONTRADOS NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS, DISSERTAÇÕES E TESES.....	46
2.3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO MAPEAMENTO DA PESQUISA ACADÊMICA SOBRE O PNBE NO BRASIL	53
3 ENTRELAÇANDO OS ASPECTOS DA PESQUISA	56
3.1. BIBLIOTECA ESCOLAR: CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DA PESQUISA	56
3.2. LABORATÓRIOS DE APRENDIZAGEM	63
3.3. ENSAIO ACERCA DAS OBSERVAÇÕES NAS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS A E B	73
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
6 ANEXOS	91
7 APÊNDICES	103

INTRODUÇÃO

Entendemos a importância do livro enquanto um dos principais recursos didáticos na educação levando em consideração para tal afirmação, a intensidade de sua utilização por professores e alunos, pela crescente ação do Estado através da Secretaria de Educação Básica (SEB) que coordena o processo de avaliação pedagógica das obras e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que realiza a sua aquisição.

A responsabilidade pela política de execução do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é do FNDE, nos aspectos de análise, seleção, aquisição, distribuição e prestação de informações sobre este processo na perspectiva da garantia da transparência pública. As editoras, por sua vez, acompanhando de perto as alterações propostas pelo Ministério da Educação e pela legislação de ensino, as contemplam em sua elaboração e editoração, como também seguindo edital público, encaminham os livros para avaliação e, posteriormente, atendem a demanda do Ministério expressa na necessidade de aquisição para as escolas públicas de todo o país. Discorrendo sobre esse instrumento didático, Bittencourt (2004, p. 471), afirma que:

As pesquisas e reflexões sobre o livro didático permitem apreendê-lo em sua complexidade. Apesar de ser um objeto bastante familiar e de fácil identificação, é praticamente impossível defini-lo. Pode-se constatar que o livro didático assume ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. Por ser um objeto de “múltiplas facetas”, o livro didático é pesquisado enquanto produto cultural; como mercadoria ligada ao mundo editorial e dentro da lógica de mercado capitalista; como suporte de conhecimentos e de métodos de ensino das diversas disciplinas e matérias escolares; e, ainda, como veículo de valores, ideológicos ou culturais.

Embora o PNLD seja o programa governamental mais difundido sobre livros na escola, e, portanto, conhecido e propagado por professores e pesquisadores, não é o único na área que contempla as políticas públicas para a educação. Conforme podemos observar no Decreto n.7559, de 10 de setembro de 2011, que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências, o estado brasileiro através dos Ministérios da Cultura e da Educação, tem empreendido uma política pública de estratégia permanente de planejamento, apoio, articulação e referência para a execução de ações voltadas para o fomento da leitura no país.

Em especial, no setor educacional contamos com outros projetos que contemplam a aquisição e distribuição de livros além do PNLD, por exemplo: o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que objetiva o fornecimento de material de apoio à prática da Educação Básica em escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal. O material de apoio é distinto e contempla: PNBE do Professor; PNBE Periódicos e PNBE Temático, neles são adquiridos e distribuídos nas escolas acervos compostos por obras de literatura, de referência, de pesquisa, midiática e de abrangência dos currículos nas áreas de conhecimento da Educação Básica. A meta de alcance deste Programa é principalmente a democratização de acesso aos materiais, ao fomento à leitura, ao processo de formação continuada, a atualização dos professores e a formação de alunos leitores.

O INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira que promove o censo e cadastro escolar, disponibiliza ao FNDE a listagem de escolas que podem ser atendidas pelo Programa, não necessitando de adesão, como por exemplo, ao PNLD. A distribuição do material ofertado e alocado nas bibliotecas das escolas por este Programa acontece na seguinte formatação: nos anos pares são distribuídos livros de Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, e nos anos ímpares, para as escolas que ofertam os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Já os periódicos são enviados a todas as escolas públicas de Educação Básica durante o ano letivo. Considerando os números e valores disponibilizados no *site* do FNDE, podemos ter ideia da dimensão desse programa no aspecto de se constituir em uma política pública do MEC, afinal os dados apontam que no ano de 2013, foram distribuídos 85 mil acervos (cada um com 45 títulos) para 60 mil escolas, o que corresponde a 3,8 milhões de livros.

Estudar este programa, especificamente, tem motivação pessoal em vários sentidos, primeiro pela nossa graduação em Licenciatura Plena em História, especialmente os estágios supervisionados nos quais tivemos contato direto com a escola pública e, nelas (pela primeira vez) com as bibliotecas escolares que tem em seus acervos, além das tradicionais obras didáticas, uma expressiva quantidade de livros paradidáticos e acadêmicos nas variadas áreas do conhecimento, grande parte deles advindos dessa política pública dos Ministérios da Cultura e da Educação, expressa no Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e PNBE. Nessas ocasiões pudemos constatar o pouco ou quase nenhum uso desses livros por parte dos professores, o que poderia ser efetivamente feito como parte de sua formação continuada.

Uma segunda motivação foi fomentada logo após a nossa graduação, em um trabalho enquanto Consultora Educacional na Editora PAULUS. Neste ofício estamos em contato direto

com livros didáticos, paradidáticos, acadêmicos, CDs e DVDs, realizamos visitas de cortesia e divulgação da linha de publicações da citada editora junto a escolas públicas e privadas, feiras, seminários, congressos e outros eventos, nascendo assim a necessidade particular de entender um pouco mais do universo da biblioteca escolar e do programa em específico, já citado anteriormente.

Analizamos o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) do Ministério da Educação com ênfase no PNBE do Professor, para tanto, elencamos os objetivos específicos que justificaram nossa proposta de estudo: Identificar a política educacional federal destinada à seleção, aquisição e distribuição dos livros que compõem as bibliotecas escolares; Caracterizar a biblioteca escolar no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem da Educação Básica dentro de um panorama global caracterizado pelo PNBE.

Consultando o *site*¹ do FNDE observamos que nas obras catalogadas para a distribuição constam livros que podem ajudar o professor a ressignificar a sua prática docente e ajudá-lo na preparação dos planos de ensino, nos planejamentos pedagógicos e nas atividades a desenvolver em sala de aula junto aos seus alunos.

Nesta perspectiva, esta pesquisa insere-se à linha de Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/CE/UFPB), e possui como temática central: “as políticas públicas educacionais no contexto do Programa Nacional Biblioteca da Escola articuladas com a formação docente”. Dessa maneira, os estudos foram distribuídos em três eixos específicos: políticas públicas educacionais; PNBE e biblioteca escolar.

Estudos como os de Fernandes (2013), Oliveira (2005), Melo (2012), Shiroma e Evangelista (2003), Libâneo & Pimenta (1999), entre outros, permitem a verticalização das discussões a respeito das políticas públicas. As discussões em torno de leitura, formação de leitores e bibliotecas são amparadas por estudos desenvolvidos por Chartier (2001), Lajolo (2009), Silva (2015), entre outros estudiosos do assunto.

Os estudos de Berenblum e Paiva (2009), e outros, fazem parte do arcabouço teórico que analisa o PNBE. A investigação se configura por meio de uma pesquisa qualitativa, analisando o processo de implementação do PNBE e a apropriação dessa política pública que surgiu com a finalidade de distribuir obras de literatura, de pesquisa e referência para a promoção de acesso e incentivo à leitura de alunos e professores (BRASIL, 1997). A pesquisa

¹ <http://www.fnde.gov.br/>

se desenvolve a partir de análise de documentos e pesquisa de campo, que se materializa com a observação dos ambientes que são o lócus da pesquisa: as bibliotecas de duas escolas públicas localizadas na cidade de João Pessoa. Consideramos que a partir desses referenciais, algumas das questões e problematizações serão esclarecidas, tais como: Como se caracterizam os espaços disponibilizados para a rotina de leitura nessas escolas? Como podemos perceber as ações desenvolvidas nessas escolas com o objetivo de ampliar o conhecimento dos professores a partir do acervo do PNBE?

Nosso estudo está estruturado em três capítulos:

No capítulo 1, **POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O PNBE NO BRASIL: DESAFIOS NA EDUCAÇÃO**, delineamos as políticas educacionais e as políticas de leitura no Brasil, apresentando os programas e projetos de leitura durante as décadas de 1980 a 2000 com o propósito de conceber o leitor, a leitura e a formação de leitores.

No capítulo 2, **MAPEANDO A PESQUISA ACADÊMICA SOBRE O PNBE NO BRASIL**, mapeamos as pesquisas no Brasil, sobre o PNBE no Brasil, através do levantamento e análise das Teses e Dissertações encontradas sobre o tema, no *site* da Biblioteca Digital de teses e dissertações (BDTD) e através do levantamento e análise dos artigos científicos, sobre a mesma temática, encontrados no *site* do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento e Capacitação de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

No capítulo 3, **ENTRELAÇANDO OS ASPECTOS DA PESQUISA**, concebemos o percurso metodológico que norteou nossas discussões e análises acerca do PNBE no contexto da biblioteca escolar considerando os aspectos de observação nas duas escolas pesquisadas confrontando os objetivos propostos e a práxis escolar.

Nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, pontuamos os aspectos mais relevantes acerca de nossa temática, encontrados no estudo cujo objetivo é impulsionar o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. Apontamos também, caminhos para novas investigações a partir de outros olhares sobre a temática.

1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O PNBE NO BRASIL: DESAFIOS NA EDUCAÇÃO

1.1. Políticas Educacionais no Brasil: Breve Relato

A educação é uma prática social cada vez mais ampla e presente na sociedade contemporânea, pois, vêm se multiplicando os ambientes e processos de aprendizagem formais e informais, envolvendo práticas pedagógicas e formativas em instituições educativas, no trabalho, nas mídias, nos espaços de organização coletiva, potencializados pelas tecnologias de comunicação e informação. Isso se vincula às novas exigências e demandas do mundo do trabalho e da produção, assim como ao desenvolvimento científico e tecnológico, aos aspectos de constituição da cultura local, regional, nacional e internacional e à problemática ambiental e da saúde pública no país (CONAE, 2014, p. 51).

Desta forma, as transformações econômicas e políticas no cenário internacional e no Brasil, desde os anos 1980, decorrentes, em grande parte, da reestruturação produtiva, da mundialização do capital e da revolução tecnológica, implicam processos de regulação que acarretam mudanças no papel e na forma de atuação do Estado, bem como nas políticas educacionais, que passaram a se orientar, cada vez mais, pela lógica do mercado e da competição.

Desde os anos 1980, observam-se transformações significativas do ponto de vista econômico-produtivo, sobretudo, em razão das mudanças e inovações tecnológicas e dos novos modos de ação dos estados e dos organismos multilaterais nas economias cada vez mais globalizadas. Nesse contexto, foram se ampliando as demandas por formação de trabalhadores, considerando os novos perfis profissionais e a necessidade do desenvolvimento de novas habilidades, o que trouxe implicações para as instituições formativas, acadêmicas e profissionais. Além disso, as políticas públicas e, sobretudo, as políticas de educação, trabalho, ciência e tecnologia, passaram a considerar tais mudanças na definição de seus respectivos programas, planos e ações (CONAE, 2014, p. 51).

Nos últimos anos, importantes conquistas têm se efetivado no estado brasileiro na área educacional. Por meio da ação propositiva do Governo Federal, leis e políticas públicas têm sido instituídas, objetivando ampliar o acesso à educação como direito social. Na Constituição Federal de 1988, a educação compõe os direitos sociais, e a relaciona em seu artigo 6º no qual, posteriormente, particulariza-os no Título VIII (Da Ordem Social).

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Compreende-se por política educacional as decisões que o poder público, isto é, o estado toma em relação à educação. No Brasil, ela é marcada por uma sucessão de reformas que visam solucionar os problemas encontrados na área, e acabam por caracterizá-la como descontínua e pouco efetiva (SAVIANI, 2008). Todavia, dado o contexto econômico-financeiro nas décadas de 1980 e 1990 e as orientações e diretrizes políticas assumidas, neste período, observamos que as reformas econômicas e educacionais tiveram pouca efetividade do ponto de vista da melhoria da qualidade de vida da população e das escolas à época.

Considerando que as políticas educacionais tratam das ações governamentais, na realidade escolar, da problemática da infância e da adolescência, dos recursos e das contradições dos investimentos públicos na educação, entendemos que tais políticas tanto envolvem uma concepção política de escola, porque a concebe como o lugar privilegiado de ação de um projeto político governamental no poder, quanto uma concepção antropológica de escola, pois a idealiza como lugar de apropriação, ressignificação e resistência constantes.

As reformas, então, sugeridas, vão sinalizar para a necessidade de uma política educacional que visasse ao aumento do patamar mínimo de escolarização, de conteúdos científico-tecnológicos e de novas formas de conduta que habilitassem o trabalhador a operar com produtividade as novas máquinas e se ajustasse às exigências sociais do mercado de trabalho impostas pela lógica neoliberal (NEVES, 1999). Vale ressaltarmos três objetivos relacionados ao que a retórica neoliberal atribuiu ao papel estratégico da educação:

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...] 2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...] 3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com idéia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. (MARRACH, 1996, p. 46-48).

É possível perceber que, o neoliberalismo aborda a escola no âmbito do mercado e das técnicas de gerenciamento, dessa forma o sujeito ideal do neoliberalismo é aquele que é capaz de participar competindo livremente e que é suficientemente capacitado para competir melhor fazendo suas próprias escolhas e aquisições. É isso que Becker (1964) quer dizer na sua Teoria do Capital Humano, quando argumenta que esse sujeito deve desenvolver, ao máximo, sua capacidade de ser o empresário de si mesmo.

Nesse processo de deliberações internacionais, as políticas neoliberais foram amplamente difundidas na América Latina, a partir da década de 1980. No Brasil, o neoliberalismo foi adotado pelo presidente Fernando Collor de Mello, tendo como marco de implementação os anos de 1990. Conforme destacam Evangelista, Shiroma e Moraes (2002, p.55), “com Collor, deflagraram-se o processo de ajuste da economia brasileira às exigências da reestruturação global da economia.”

É nesse cenário que se configuram os novos aspectos da política educacional brasileira, ou seja, a partir da reestruturação econômica do país, evidenciada nos anos de 1990, em analogia aos preceitos neoliberais da reestruturação do capital, que atribui centralidade à educação como componente privilegiado na concretização de tais ajustes, a política educacional passou a ser alvo de grandes mudanças fortemente influenciadas pelas políticas das agências multilaterais de financiamento, a exemplo do Banco Mundial, considerado principal órgão financiador das políticas sociais para os países em desenvolvimento.

As recomendações dos organismos multilaterais incidem sobre as mesmas diretrizes e justificativas acerca da necessidade de reforma da educação básica para suprir a defasagem existente entre as exigências do sistema produtivo e as possibilidades de resposta do sistema educativo na preparação de recursos humanos adequados ao mercado de trabalho e à cultura de empregabilidade.

A importância econômica atribuída à educação foi tratada, segundo Shiroma e Campos (1997) e Shiroma e Evangelista (2004), primeiramente, em um documento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), de 1990, intitulado *Transformación productiva com equidad*, no qual se pregava a necessidade de preparação de recursos humanos para a reestruturação das economias locais (América Latina e Caribe).

No mesmo ano, a educação básica foi tema da *Conferência Mundial de Educação para Todos* realizada em Jomtien (Tailândia), cuja composição dada na *Declaração Mundial de Educação para Todos* (BRASIL, 1993), apresenta orientações sobre como aumentar a

escolaridade e erradicar o analfabetismo² sem aumentar exageradamente os recursos financeiros e humanos³.

Cabe lembrar que a década representou um importante marco na educação brasileira, sendo considerada por alguns estudiosos, pesquisadores e educadores, como o período das grandes reformas educacionais, e, que após a promulgação da Constituição de 1988, iniciaram-se as discussões acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 promulgada em 20 de dezembro de 1996 (LDBEN/96), emergindo a partir desse momento em maior proporção, uma profusão de pareceres, diretrizes, resoluções e parâmetros curriculares.

Além da LDB/9.394/96, outras ações foram desenvolvidas no governo Fernando Henrique Cardoso, no campo da educação, destacando-se a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) e a Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010. Essas ações promoveram modificações profundas na organização dos níveis e modalidades da educação brasileira.

Assim, desde os anos 2000, foi-se evidenciando, pouco a pouco, a importância do Estado e dos governos no crescimento da renda, na redução das desigualdades, na garantia de direitos sociais e humanos e na formulação e implantação de políticas públicas que possam contribuir para mudanças sociais mais efetivas, tendo em vista a formação para o exercício da cidadania e a ampliação dos mecanismos de equalização das oportunidades de educação, trabalho, saúde e lazer (CONAE, 2014, p. 52).

Visando o pleno desenvolvimento da pessoa, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, aspirando seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Segundo Saviani (1991), a educação dinamiza, desenvolve e elabora fórmulas de sociabilidade cuja implementação promoveria a adaptação e o ajustamento dos indivíduos à condição de membros ativos da sociedade.

Quando se fala em políticas públicas na educação a abordagem trata da articulação de projetos que envolvem o Estado e a sociedade, na busca pela construção de uma educação mais inclusiva e de melhor qualidade, ou seja, que resgata a construção da cidadania (GIRON, 2008). Tem-se que o sistema educativo adotado e as políticas públicas direcionadas para a educação,

² Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão - países com os maiores índices de analfabetismo do mundo.

³ De acordo com o documento, no início da década de 1990, mais de 100 milhões de crianças não tinham acesso à escola e mais de 960 milhões de adultos eram analfabetos ou analfabetos funcionais.

são elementos que demonstram a preocupação do país com o seu futuro, pois somente, o ensino público gratuito, inclusivo e de qualidade pode construir uma sociedade em que as diferenças socioculturais e socioeconômicas não são tão díspares (FREIRE, 1998).

Oliveira (2010, p. 96), conceitua políticas públicas educacionais como:

[...] tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.

É importante observar que as políticas públicas educacionais não apenas se relacionam às questões voltadas ao acesso de todas as crianças e adolescentes às escolas públicas, mas também, a construção da sociedade que se origina nestas escolas a partir da educação. Neste entendimento, aponta-se que as políticas públicas educacionais influenciam a vida de todas as pessoas (FERREIRA; SANTOS, 2014, p. 148).

Os autores citados observam que:

A luta por uma escola cidadã no Brasil é envolvida por uma história de encontros e desencantos em que nem sempre o foco dos projetos é a qualidade da educação e a construção da cidadania. A realidade de desencanto com a educação brasileira assegura a esta um status de baixa qualidade, seja no contexto de toda a estrutura organizacional e educacional vivenciada, seja nos resultados de desempenho dos estudantes no processo ensino-aprendizagem. (Idem)

O que podemos perceber, nesse sentido, é que temos um Estado que age, de forma significativa, atendendo ora as necessidades provenientes da sociedade civil, ora atendendo as demandas mercadológicas e/ou da globalização, para estabelecer as diretrizes e leis que irão normatizar as relações que são estabelecidas no contexto educacional, no que se refere ao financiamento, como na gestão e administração escolar.

As consequências dessas políticas, principalmente em países como o Brasil, que tem uma história de descaso para com a educação da população pobre, são intensas. Fernandes (1966, p.72) destaca, que o valor dado a educação pelo povo brasileiro sempre foi acanhado, desde a colônia. Apenas na camada dominante a educação possuía certa importância. À grande massa foi negado o acesso à educação escolarizada. Esse desinteresse chegou, praticamente até a segunda metade do século XX, quando tínhamos cerca de 40% da população brasileira analfabeta.

Segundo Oliveira (2010, p. 22):

O Plano Nacional de Educação destaca que a educação deve fazer parte da vida do indivíduo desde o seu nascimento, constituindo-se como parte fundamental do seu desenvolvimento social e cultural, ou seja, é preciso que as diretrizes educacionais deem conta de assegurar uma educação realmente responsável, de qualidade e que busque realmente a emancipação do sujeito enquanto ser político e social. O cenário educacional necessita, hoje, de uma gestão que pense e promova o sucesso escolar dos educandos, que crie mecanismos para enfrentar os desafios que a educação nacional possui. Esse processo não é simples e requer além de vontade política, conhecimento técnico e um planejamento que realmente pense no desenvolvimento qualitativo da educação, na aprendizagem. A gestão é o fio condutor para que a escola, enquanto instituição responsável pela garantia de que o saber sistematizado seja socializado, cumpra sua função social.

O Governo Lula durante os primeiros anos de seu primeiro mandato optou por conservar e manter as ações do governo anterior no tocante às políticas educacionais no país, no entanto por meio da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, o governo criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), através da Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007. Foi um mecanismo de fortalecimento dos estados para a melhoria da qualidade de educação, uma vez que os recursos foram ampliados para toda a educação básica.

A instituição do FUNDEB, como um fundo de financiamento que cobre a educação básica – compreendendo suas três etapas, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – pode ser considerado um avanço no sentido de que busca corrigir falhas que eram apontadas no FUNDEF. Além disso, a firme defesa do MEC em relação à regulamentação ao piso nacional salarial dos professores da educação básica no Brasil pode ser apontada como uma tentativa política de recuperação do mencionado protagonismo. (OLIVEIRA, D., p. 208).

Outro aspecto a ser considerado com a aprovação do FUNDEB, com relação à valorização dos profissionais da educação, corresponde à Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que instituiu o Piso Salarial Nacional para os profissionais da educação básica. Essa iniciativa pretendeu reduzir as desigualdades salariais entre os estados e municípios brasileiros.

Foi lançado oficialmente, em abril de 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para abrigar uma série de ações já existentes e outras novas, gestadas e executadas pelo Ministério da Educação (MEC). Constitui-se, pois, de um conjunto de programas e medidas

reunidas, transformadas em um “Plano” que assume “inclusive na denominação, a agenda do Compromisso Todos pela Educação⁴” (SAVIANI, 2008, p. 1243).

Segundo Dalila Oliveira (2005), a educação à distância e a formação de professores em nível superior no Brasil, no governo Lula, foi eleita como a principal estratégia política, tanto para a formação de professores, como para a expansão das matrículas nas Instituições de Educação Superior (IES) públicas através da Universidade Vale do Acaraú (UVA) e da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) que através da Lei nº 11.502, de julho de 2006, passou a ter a responsabilidade de subsidiar o MEC na formulação de políticas, no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais da Educação Básica, além de ser responsável pelo fomento de programas de formação inicial (ensino presencial) e continuada (tecnologias de educação à distância).

No bojo das ações das políticas educacionais em discussão, em abril de 2010, a Conferência Nacional de Educação (CONAE) constituiu um espaço social de discussão da educação brasileira cuja realização se consolidou em Brasília, com a participação dos municípios, do Estado e da União. Coube à CONAE:

Manter constante o debate nacional, orientando a mobilização nacional pela qualidade e valorização da educação básica e superior, por meio da definição de referências e concepções fundamentais em um projeto de Estado responsável pela educação nacional, promovendo a mobilização dos diferentes segmentos sociais e visando à consolidação de uma educação efetivamente democrática (BRASIL, 2010, p.70).

O desafio para a sociedade brasileira expresso na CONAE foi o de articular um plano para construir um Sistema Nacional de Educação (SNE), a fim de garantir o direito de todos à educação. Convocada pela Portaria nº 1.410, de 03 de dezembro de 2012, a CONAE/2014 possuía caráter deliberativo e apresentou um conjunto de propostas que subsidiou o Plano Nacional de Educação, indicando responsabilidades, corresponsabilidade, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados e os sistemas de ensino.

Segundo Dourado (2015), um marco de fundamental importância nesse cenário foi a aprovação do PNE⁵ que trouxe em seu texto, vinte metas, quatro delas direcionadas à

⁴ Instituído pelo decreto federal nº 6.094/2007, constitui-se em uma estratégia utilizada para regulamentar o regime de colaboração entre municípios, estados e Distrito Federal, e com a participação das famílias e da comunidade, visando à mobilização social pela melhoria da educação básica.

⁵ O PNE 2014-2024 foi aprovado pelo Congresso Nacional, por meio da Lei nº 13.005/2014.

profissionalização, incluindo nesse conceito a formação de profissionais do magistério, inaugurando uma nossa fase para as políticas educacionais brasileiras.

1.2. Políticas de Leitura no Brasil

Compreende-se que as políticas de leitura no Brasil se apresentam nos diferentes tipos de demanda. Inicialmente, por volta de 1930 até o final da década de 1970, como uma demanda reprimida, considerando que, apesar dos altos índices de analfabetismo no Brasil, até então pouco se fez para resolver o problema da maioria da população brasileira. A partir da década de 1980, a questão da leitura passou a ser uma demanda nova, embasada na luta do povo pelo direito à escola e ao domínio e uso social da leitura. Mas foi somente a partir da década de 1990 que a leitura passou a ser, de fato, uma demanda recorrente, que - embalada principalmente por discussões políticas de cunho internacionais, por cobranças apontadas por pesquisas, avaliações e produções intelectuais, pela mídia e pela própria sociedade - passou a fazer parte não apenas da agenda governamental, como também de políticas criadas por organizações governamentais e não governamentais, que buscam equacionar esse problema (CIRINO, 2015).

A Ciranda de Livros, com início em 1982, é o primeiro programa surgido da sociedade civil com objetivo de levar a literatura para as escolas públicas brasileiras. Somente depois, o governo federal lança o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), seu programa nacional pautado na distribuição dos livros (XAVIER, 2010). Fernandes (2013), declara que esse programa foi desenvolvido pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) tendo como função selecionar, compor e enviar acervos às escolas públicas. Essa ação estava subordinada à política pública em vigor com o III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), dos anos de 1980 a 1985. Instituído em 1984 pela Resolução nº 14, o PNLD⁶ tinha como objetivo central oferecer uma oportunidade alternativa ao trânsito de livros no circuito escolar através das salas de leitura, possibilitando a leitura da literatura infanto-juvenil, de jornais e revista aos alunos de 1º grau (atualmente 1ª e 2ª fases do ensino fundamental).

O PNLD pode ser visto como uma alavanca propulsora na história do incentivo à leitura, pois através dele irão surgir vários outros programas do governo voltados para distribuição de livros visando atender a demanda e a carência das escolas públicas nesse aspecto. Algumas mudanças foram implementadas, tais como:

⁶ Decreto nº 91.542, de 19/08/85.

- Indicação do livro didático pelos professores;
- Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos;
- Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª séries das escolas públicas e comunitárias;
- Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores.

O PNLD tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. O programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos por um período de três anos. O PNLD⁷ também atende aos alunos que são público-alvo da educação especial. São distribuídas obras didáticas em Braille de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e dicionários.

Em 1988, devido à grande demanda, o programa foi alterado para Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares, em parceria firmada entre a FAE, o Instituto Nacional do Livro (INL) e prefeituras municipais. Assim, teve-se a criação de cerca de 10.000 bibliotecas escolares em todo Brasil. Esse programa priorizou as redes municipais de ensino e teve como consequência a exclusão das escolas estaduais, que vieram a ser atendidas em 1989, porém, em baixa escala (CIRINO, 2015). Segundo a autora, dentre as várias políticas criadas e algumas até extintas, pode-se mencionar alguns programas de maior relevância, como:

⁷ Em 2011, foram estabelecidos novos procedimentos no âmbito do PNLD. De acordo com esse regulamento, são atendidas apenas as escolas federais e as redes de ensino que tenham aderido formalmente ao Programa, mediante assinatura de termo específico disponibilizado. A adesão precisa ocorrer uma única vez. Assim, as escolas federais e redes de ensino que já aderiram não precisam firmar termo de adesão novamente e serão automaticamente atendidas pelo PNLD.

O Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef), criado em 1971 e extinto em 1985, cujo objetivo era implantar um sistema de contribuição financeira para o Fundo do Livro Didático (FLD); o PNLD, criado no ano de 1985 para substituir o Plidef, tendo como objetivo distribuir livros didáticos beneficiando alunos do ensino fundamental de toda educação pública do país. (Ibidem, p. 38)

É possível destacar também como programas relevantes para a história da leitura e dos livros didáticos o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), que estava em vigência até o período desta pesquisa. Criado em 1992, com a preocupação, cada vez maior, de encontrar uma identidade entre o livro, o leitor e a leitura, com o objetivo de aumentar o interesse nacional pelo seu hábito a partir da estruturação de uma rede de projetos direcionados à consolidação de práticas leitoras e à criação de condições eficazes de acesso ao livro com um caráter permanente dessas ações (XAVIER, 2010).

Ainda, o PRÓ-LEITURA, programa voltado para a formação leitora do professor, criado no ano de 1992, instituído por uma parceria entre o MEC e o governo francês, seu objetivo era atuar na formação dos professores, para que eles pudessem facilitar a entrada de seus alunos no mundo da leitura e da escrita. O Pró-leitura foi inserido nas políticas educacionais se propondo a articular os três níveis de ensino, envolvendo em um mesmo programa alunos e professores do Ensino Fundamental, os professores em formação e os pesquisadores. O programa aspirava estimular a prática leitora na escola pela criação, organização e movimentação das salas de leitura, cantinhos de leitura e bibliotecas escolares (SILVA, 2015, p. 62).

O Programa Nacional Biblioteca do Professor 1994-1997, que foi extinto com a criação do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), vem sendo executado pelo FNDE em conjunto com a Secretária de Educação Básica (SEB) do MEC (CARETTI, 2011, p. 30). Os principais objetivos do programa, segundo o FNDE, são “a democratização do acesso às fontes de informação; o fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores; e o apoio à atualização e o desenvolvimento do profissional do professor”. (CARRETI, 2011, p.30). O programa seleciona e distribui obras de leitura, materiais de pesquisa e de referência e também materiais referentes ao currículo nas várias áreas de conhecimento que compõem a educação básica. O PNBE atende todas as escolas públicas cadastradas no censo escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sem necessidade de adesão.

Além desses programas, várias ações e campanhas foram desenvolvidas a partir de 1970 com a intenção de contribuir com a leitura dos brasileiros. As tabelas a seguir sintetizam as principais campanhas e projetos, com seus objetivos e prioridades.

Tabela 1 – Campanhas do governo federal de incentivo à leitura no Brasil

Nome	Ano	Objetivo	Público beneficiado
<i>Quem Lê Viaja</i>	1997	Promover o livro e a leitura.	Todos os brasileiros.
<i>Tempo de Leitura</i>	2001	Fazer do Brasil um país de leitores.	Alunos de 4ª, 5ª e 8ª séries.
<i>Viva a Leitura</i>	2005	Estimular e reconhecer as melhores experiências relacionadas à leitura e através de concurso, premiá-las.	Escolas, professores, editores, bibliotecários, livreiros, organizações governamentais e não governamentais, meios de comunicação e empresas dos 21 países ibero-americanos.

Fonte: Copes (2007)

Tabela 2 - Projetos do governo federal de incentivo à leitura no Brasil

Nome do Projeto	Ano	Objetivo	Público Beneficiado
<i>Ciranda de Livros</i>	1982/1985	Distribuir e incentivar a leitura de literatura infantil e juvenil.	30 mil escolas públicas brasileiras.
<i>Viagem de Leitura</i>	1986/1988	Distribuir e incentivar a leitura de literatura infantil e juvenil.	Bibliotecas das escolas públicas.
<i>Sala de Leitura</i>	1988	Distribuir e incentivar a leitura de literatura infantil e juvenil.	Bibliotecas das escolas públicas.
<i>Literatura em Minha Casa</i>	2001/2004	Incentivar e valorizar a leitura literária doando aos alunos livros para compor sua biblioteca pessoal.	Alunos da 4ª, 5ª e 8ª série e do EJA.
<i>Fome de Livro</i>	2004	Criar uma política pública para o livro, a leitura e a biblioteca pública no país.	Todas as crianças, jovens e adultos.

Fonte: Copes (2007); FNDE (2014).

Muitas dessas ações, campanhas e projetos foram analisados e criticados por estudiosos do tema. Para Abreu (2007) campanhas como *Quem Lê Viaja* apenas estimulam a leitura de entretenimento, o que não corresponde a uma responsabilidade do governo, mas sim de editoras.

Outra análise que se destaca é referente ao projeto *Literatura em minha casa* analisado por Copes (2007); Berenblum e Paiva (2008) que compreenderam a falta de conhecimento do projeto por parte dos mediadores da leitura. De acordo com dados apresentados nas pesquisas, muitas crianças não receberam o material que foi distribuído seja pelo desconhecimento, seja através de decisão por parte dos mediadores de leitura que acreditavam que os alunos não teriam os cuidados necessários para o uso adequado do material. Desta forma, percebemos a valorização do livro enquanto objeto em detrimento à possibilidade de promover ao leitor as ferramentas básicas de participação na vida social, política e econômica da sua comunidade, e no país.

1.3. Pelos Caminhos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)

O Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, instituído pela Portaria Ministerial n.º 584, de 28 de abril de 1997, do Ministério da Educação, tem por objetivo a promoção da leitura e a difusão do conhecimento entre alunos, professores e comunidade. Para tanto, o PNBE distribui obras de literatura, de referência e outros materiais de apoio às escolas públicas do ensino fundamental. Para operacionalização do PNBE, a Secretaria de Ensino Fundamental (SEF) encarrega-se da definição das diretrizes e seleção dos títulos integrantes dos acervos de cada ano e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da aquisição e da distribuição dos livros para as escolas (FERNANDES, 2013).

Segundo o FNDE, são distribuídos às escolas por meio do PNBE; PNBE do Professor; PNBE Periódicos e PNBE Temático, acervos compostos por obras de literatura, de referência, de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica, com vista à democratização do acesso às fontes de informação, ao fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores e ao apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor. Todas as escolas públicas cadastradas no censo escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) são atendidas pelo programa sem necessidade de adesão.

O PNBE é composto pelos seguintes gêneros literários: obras clássicas da literatura universal, poema, conto, crônica, novela, teatro, texto da tradição popular, romance, memória, diário, biografia, relatos de experiências, livros de imagens e histórias em quadrinhos. A distribuição dos acervos de literatura ocorre da seguinte forma: nos anos pares são distribuídos livros para as escolas de educação Infantil (creche e pré-escola), anos iniciais do ensino

fundamental e educação de jovens e adultos; já nos anos ímpares a distribuição ocorre para as escolas dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio (FNDE).

O Ano de 1998, foi efetivamente o primeiro ano de atuação e distribuição do PNBE⁸, com o Acervo composto por 215 títulos, incluindo obras clássicas e modernas da literatura brasileira, enciclopédias, atlas, globos terrestres, dicionários, livros sobre a história do Brasil e sua formação econômica e um Atlas Histórico Brasil 500 Anos, distribuído às escolas de 5ª a 8ª série.

Em 1999, o PNBE distribuiu um acervo composto de 109 obras de literatura infantil e juvenil, sendo quatro obras voltadas às crianças portadoras de necessidades especiais, indicadas pela Secretaria de Educação Especial do MEC, acondicionadas em uma caixa-estante, em formato de escola, distribuídas às escolas de 1ª a 4ª séries. Segundo Cirino (2015, p. 56), “A escolha dessas escolas, conforme documentos oficiais, foi feita de acordo com o número de matrículas, de modo que foram beneficiadas aquelas que tinham 150 alunos ou mais matriculados”.

No Ano 2000, o PNBE investiu em material direcionado ao atendimento dos docentes do ensino fundamental, das escolas públicas participantes do Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado – Programa Parâmetros em Ação. Essas escolas foram contempladas com um acervo composto de materiais didático-pedagógicos, tendo como propósito apoiar e incentivar o desenvolvimento profissional de professores e especialistas em educação.

Os acervos eram compostos de: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), de 1ª a 8ª séries; Parâmetros em Ação – Curso de Formação Continuada, a Ética e Cidadania no Convívio Escolar – Uma Proposta de Trabalho; Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI); Referencial Nacional para a Educação Indígena e a Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Este acervo configura-se importante por duas razões: primeiro, saber o material que está circulando nas escolas públicas para a formação do saber docente e, segundo, perceber as possíveis consequências da desorganização cronológica do programa, pois o fato de o guia não ter sido entregue junto com o acervo de 1999 acarretou sérios prejuízos qualitativos.

De 2001 até 2004, o PNBE se configurou de uma nova forma, centralizando-se no projeto Literatura em Minha Casa. Nessa nova formatação, os acervos foram distribuídos às escolas, que repassariam os kits para os alunos levarem para casa. Segundo documentos do MEC, o objetivo deste novo formato atendia a duas necessidades. Primeiro, proporcionaria o

⁸ <http://portal.mec.gov.br>

acesso, incentivando o desenvolvimento do hábito de leitura em crianças e jovens a partir da distribuição de obras de literatura infanto-juvenil variadas. Além disso, o aluno compartilharia com a família e a comunidade os livros recebidos, ampliando o acesso também para aqueles que não estavam inseridos no contexto escolar (CIRINO, 2015).

Em 2001, denominado “Literatura em minha Casa”, o acervo foi composto por seis coleções diferentes, cada uma com cinco títulos: poesia de autor brasileiro, conto, novela, clássico da literatura universal e peça teatral. Pela primeira vez, as coleções foram entregues aos alunos para levarem para casa. A ideia do programa foi incentivar a leitura e a troca dos livros entre os alunos, além de permitir à família do estudante a opção pela leitura em casa. As escolas também receberam quatro acervos para sua biblioteca. Contudo, Fernandes (2013) afirma que, em boa parte das escolas, os livros que faziam parte das coleções que seriam distribuídos pelo programa Literatura em minha casa não foram entregues aos alunos por razões que precisam ser esclarecidas por meio de pesquisas. Podem-se levantar algumas hipóteses como: falta de informação, conscientização, autoritarismo da direção, resistência, entre outros fatores. Mas, independentemente de qual seja a resposta, o problema ocorrido revela que a comunidade escolar precisa estar presente e participativa nas políticas públicas de leitura.

Em 2002, o PNBE deu continuidade à ação “Literatura em minha Casa”, o acervo foi composto de oito coleções de diferentes editoras, cada uma com cinco títulos: poesia de autor brasileiro, conto, novela, clássico da literatura universal e peça teatral. Os alunos da 4ª série foram contemplados com uma coleção e as escolas receberam um acervo para suas bibliotecas.

No ano de 2003, o PNBE foi executado em cinco diferentes ações. Da mesma forma que no PNBE 2001 e 2002, foram distribuídas coleções de obras de literatura e de informação aos alunos matriculados na 4ª e na 8ª série além de alunos da EJA. Para os alunos da 4ª série de escolas públicas com mais de dez alunos foram distribuídas coleções compostas por cinco volumes de obras de literatura e de informação. Para os alunos da 8ª série e que também faziam parte de escolas com mais de dez alunos foram distribuídas coleções compostas por quatro volumes. Quanto aos alunos do EJA, foram distribuídas quatro coleções específicas, compostas por seis volumes de obras de literatura e de informação para jovens e adultos, para cada uma das escolas públicas com mais de quatro alunos na última série ou equivalente do curso presencial de educação de jovens e adultos do ensino fundamental. No ano de 2003 também foram propostas ações como:

Casa da Leitura (para uso de toda a comunidade do município) - Consiste na distribuição de bibliotecas itinerantes para uso comunitário no município,

contendo 154 livros de 114 títulos diferentes das 24 coleções do acervo das ações Literatura em minha Casa e Palavra da Gente. Os livros foram entregues nas prefeituras municipais, a quem coube dinamizar os acervos, seja em bibliotecas públicas ou outro lugar apropriado à sua utilização, estabelecendo, inclusive, parcerias com as escolas do município para a realização de atividades voltadas ao incentivo e à prática da leitura. Essa iniciativa permitiu que parte da população brasileira, excluída do acesso à leitura, pudesse contar com uma biblioteca itinerante. Beneficiou, principalmente, a população pobre das pequenas cidades e bairros de periferia de grandes e médias cidades;

Biblioteca do Professor (uso pessoal e propriedade do professor) - Foram distribuídos dois livros para cada professor da rede pública das classes de alfabetização e de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. Os livros foram escolhidos via internet pelos professores, a partir de uma lista de 144 títulos da Biblioteca Escolar, contendo livros de ficção e de não ficção, com ênfase na formação histórica, econômica e política do Brasil;

Biblioteca Escolar (para a biblioteca da escola e uso da comunidade escolar) - Foram distribuídos acervos contendo 144 títulos de ficção e não ficção, com ênfase na formação histórica, econômica e política do Brasil, para as 20 mil escolas com maior número de alunos de 5ª a 8ª série. Os títulos foram os mesmos distribuídos no PNBE 1998, à exceção dos títulos de domínio público. Em 2003, foram incluídos no PNBE livros paradidáticos da coleção Literatura em Minha Casa (PNBE 2001 e 2002), composta por 70 títulos. O Instituto Benjamin Constant (IBC) encaminhou a todos os CAPs, em meio ótico, a transcrição dos livros para impressão em Braille.⁹

Percebe-se que houve um aumento expressivo do público (escolas, professores e alunos) beneficiado pelo PNBE 2003, porém nota-se através das pesquisas realizadas que, assim como nos anos anteriores, o programa continua apresentando vagos critérios de seleção e de avaliação, permitindo que os acervos distribuídos sejam compostos de obras que não atendem ou não são adequados ao público pretendido.

A partir de 2005, a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) retomou o foco de atendimento aos alunos nas escolas, por meio da ampliação de acervos das bibliotecas. Nesse mesmo ano, atingiu-se a universalização para cada etapa de atendimento, sendo beneficiadas todas as 136.389 escolas públicas brasileiras com as séries iniciais do ensino fundamental, 1ª a 4ª séries, com pelo menos um acervo composto de 20 títulos diferentes. As coleções foram compostas por obras de diferentes gêneros e tipos de texto, a saber: Poesias, quadras, parlendas e cantigas; contos, crônicas, teatro, textos de tradição popular, mitologia, lendas, fábulas, apólogos, contos de fadas e adivinhas; Novelas (clássicos, terror, aventura, suspense, amor, humor) e Livros de imagens. Escolas com até 150 estudantes receberam um acervo composto por 20 títulos; escolas com 151 a 700 estudantes, três acervos compostos por 20 títulos cada um; e escolas com mais de 700 estudantes, cinco acervos, também compostos por 20 títulos

⁹ Disponível em <https://www.fnnde.gov.br/>. Acesso em: novembro de 2016.

cada um. Também, foi objetivo do FNDE, em 2005, garantir aos estudantes com deficiência auditiva a acessibilidade à comunicação, à leitura e à educação, ao oferecer a coleção Clássicos da Literatura em Libras – a Língua Brasileira de Sinais. Disponível em CD ROM, o referido material fez parte da biblioteca escolar e das atividades em sala de aula.

Em 2006, o acervo composto de 75 títulos de literatura dos mais variados gêneros (poesia, conto, crônica, romance) foi destinado às escolas públicas de 5ª a 8ª séries. Ao todo, foram atendidos cerca de 13,5 milhões de alunos em 46.700 escolas. O critério para distribuição seguiu baseado no número de alunos por escola, no qual escolas com até 150 alunos receberam um acervo com 75 títulos, escolas com 151 a 300 estudantes receberam um acervo com 150 títulos e escolas acima de 300 alunos receberam 225 títulos.

A partir do ano de 2007, foi mudada a nomenclatura do PNBE com referência ao ano base. Até 2006, o nome do programa se referia ao ano de aquisição. Em 2007, passou a referir-se ao ano de atendimento. Assim, os livros do PNBE 2008 foram adquiridos em 2007. Os livros do PNBE 2009 foram adquiridos em 2008 e assim por diante. Desta forma, não existiu uma versão do programa “PNBE 2007”.

Em 2008, o programa teve sua abrangência ampliada, deixando de atender apenas escolas de ensino fundamental e passando a atender também as de educação infantil e do ensino médio que passaram a receber obras de literatura. Nos editais de 2005 e 2006, as primeiras abordagens acerca dos critérios eram feitas por meio do item “critérios de seleção”. No ano de 2008 passou-se a utilizar uma introdução, a qual se detém sobre a importância de oferecer a literatura para os alunos desde as séries iniciais. Destaca-se o fato de ser a introdução um elemento necessário, por ser o momento em que o edital aborda qual a necessidade de oferecer literatura aos alunos de escolas públicas.

Ainda no ano de 2008, a introdução destacou o papel da criança no mundo contemporâneo. Os acervos foram compostos por textos em verso (poemas, quadras, parlendas, cantigas, trava línguas, adivinhas), em prosa (pequenas histórias, novelas, contos, crônicas, textos de dramaturgia, memórias, biografias), livros de imagens e de histórias em quadrinhos e, ainda, obras clássicas da literatura universal.

Os critérios de atendimento deram-se da seguinte forma: as escolas de educação infantil com até 150 alunos receberam um acervo com 20 títulos; de 151 a 300 estudantes, dois acervos; e aquelas com mais de 301 alunos, três acervos. As escolas do ensino fundamental com até 250 alunos receberam um acervo com 20 títulos; de 251 a 500 alunos, dois acervos; de 501 a 750 estudantes, três acervos; e de 751 a 1.000 alunos, quatro acervos. Instituições com mais de 1.001

alunos receberam cinco acervos. 139 títulos compuseram o acervo direcionado ao ensino médio, onde escolas com até 500 alunos receberam um acervo; de 501 a 1000 alunos, dois acervos; e escolas com 1001 alunos ou mais receberam três acervos.

Em 2009, são distribuídos às escolas públicas que oferecem as séries finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e às do ensino médio de todo o país, acervos compostos por títulos de poemas, contos, crônicas, teatro, textos de tradição popular, romances, memórias, diários, biografias, ensaios, histórias em quadrinhos e obras clássicas. Escolas com até 250 alunos receberam 100 títulos; com 251 a 500 estudantes, 200 obras; acima de 501 estudantes, 300 títulos.

Os acervos do PNBE contemplaram cerca de 24 milhões de alunos em 2010. Compostos por títulos de poemas, contos, crônicas, teatro, textos de tradição popular, romances, memórias, biografias, ensaios, histórias em quadrinhos e obras clássicas. A distribuição envolveu 10,7 milhões de livros a todas as escolas públicas da educação infantil (86.379 escolas), do ensino fundamental (122.742 escolas do 1º ao 5º ano) e da educação de jovens e adultos (39.696 escolas). Os critérios de atendimento adotado em 2010 foi o mesmo dos anos anteriores.

Em 2010, também houve aquisição de livros de orientação do ensino em cada disciplina da educação básica para distribuição aos professores da rede pública, para subsidiar o PNBE do Professor. O objetivo da iniciativa foi o apoio pedagógico, destinado a auxiliar teórica e metodologicamente os docentes no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem nos respectivos campos disciplinares, áreas do conhecimento e etapas/modalidades da educação básica. As obras foram divididas em cinco categorias: 1 - anos iniciais do ensino fundamental; 2 - anos finais do ensino fundamental; 3 - ensino médio regular; 4 - ensino fundamental da educação de jovens e adultos; e 5 - ensino médio da educação de jovens e adultos. No que tange o critério de atendimento, os acervos 1, 2 e 3 foram distribuídos para escolas com até 30 alunos e receberam um acervo, escolas com 31 a 100 alunos, dois acervos e escolas com mais de 100 alunos, quatro acervos. Quanto ao acervo 4 (EJA), escolas com até 30 alunos e escolas com 31 a 100 alunos receberam um acervo e escolas com mais de 100 alunos, dois acervos. Cada tipo de acervo foi direcionado a um segmento ou modalidade de ensino.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação também distribuiu, no início de 2010, o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), desenvolvido pela Academia Brasileira de Letras, com o objetivo de apoiar a implantação do novo acordo ortográfico, o vocabulário deve servir como material permanente de consulta, à disposição de alunos e professores. Ainda em 2010, os alunos e professores foram atendidos pelo PNBE Especial. O

Programa adquiriu e distribuiu obras de orientação pedagógica aos docentes do ensino regular e de atendimento educacional especializado e, ainda, obras de literatura infantil e juvenil em formato acessível aos alunos com necessidades educacionais especiais sensoriais. Com o investimento de R\$ 9,8 milhões, foram distribuídas 1,2 milhões de obras (82.350 acervos).

Outro fator importante em 2010 foi a aquisição e distribuição de periódicos às bibliotecas das escolas públicas. Destinados ao corpo docente, equipe pedagógica e diretores das unidades de ensino, com o intuito de aprimorar o processo de ensino e apoiar a formação e atualização desses profissionais. Os periódicos abordaram temas distintos, como: educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental; séries finais do ensino fundamental e ensino médio e gestão escolar. Foram distribuídos 11,5 milhões de periódicos para 143.773 escolas, com o investimento total de R\$ 29 milhões.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola 2011, foi direcionado ao atendimento dos alunos dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, com títulos de diversos gêneros literários, como contos, crônicas, romances, poemas e histórias em quadrinhos. Foram formados 6 acervos diferentes, 3 deles com livros adequados aos alunos dos anos finais do ensino fundamental e os outros 3 acervos adequados aos alunos do ensino médio. 20 milhões de alunos desses segmentos de ensino foram atendidos com 5,5 milhões de livros, que formaram 112.458 acervos. O investimento total no programa foi de R\$ 70,8 milhões. Para garantir atendimento ao PNBE Periódicos em 2011, o contrato de aquisição das revistas junto às editoras, para 2010, foi renovado para atendimento também em 2011. Foram distribuídos 11,5 milhões de periódicos para 143.773 escolas, com o investimento total de R\$ 31 milhões.

O PNBE 2012 foi direcionado à aquisição e à distribuição de obras literárias às escolas públicas dos anos iniciais do ensino fundamental, educação de jovens e adultos (etapas de ensino fundamental e médio) e educação infantil (creches e pré-escolas). Esta versão do programa teve como novidade a aquisição das obras também em formato *MecDaisy*¹⁰. O PNBE Periódicos 2012 teve por objetivo adquirir e distribuir revistas pedagógicas para auxiliar o trabalho do professor da rede pública e do gestor escolar. Destinadas a aprimorar o processo de ensino e apoiar a formação e atualização do corpo docente, da equipe pedagógica e dos diretores das unidades de ensino, as publicações foram enviadas às escolas públicas de educação básica durante o ano letivo. Foram adquiridos e distribuídos 15,1 milhões de exemplares de 11 revistas, com um custo total de R\$ 53,3 milhões.

¹⁰ Software desenvolvido pela UFRJ que permite a leitura/audição de livros no formato Daisy – *Digital Accessible Information System* – padrão de digitalização de documentos utilizado para a produção de livros acessíveis.

Em 2013, foram beneficiadas as escolas públicas de ensino fundamental (unidades de ensino do 6º ao 9º ano) e de ensino médio, com acervos de diversos gêneros literários, como contos, crônicas, romances, poemas e histórias em quadrinhos. O PNBE do Professor 2013 teve por objetivo adquirir obras de referência para ajudar os professores da educação básica regular e da educação de jovens e adultos na preparação dos planos de ensino e na aplicação de atividades em sala de aula com os alunos. Os títulos comporiam acervos para atender seis categorias distintas: educação infantil, anos iniciais e finais do ensino fundamental regular, ensino médio regular, ensino fundamental e médio da educação de jovens e adultos.

Em 2013 foi criado o PNBE Temático, que teve como objetivo, atender as bibliotecas das escolas da rede pública de ensino, com obras de referência que ampliem a compreensão de professores e estudantes sobre as temáticas da diversidade, inclusão e cidadania e atendam ao desafio de promover o desenvolvimento de valores, práticas e interações sociais. A ação prevê a disponibilização de obras de referência, elaboradas com base no reconhecimento e na valorização da diversidade humana, voltadas para estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Essas obras deveriam contribuir para a formação de uma cultura cidadã e a afirmação de valores que se oponham a todo tipo de preconceito, discriminação e exclusão. Foram estabelecidos nove temas que contemplam as especificidades de populações que compõem a sociedade brasileira: indígena; quilombola; campo; educação de jovens e adultos; direitos humanos; sustentabilidade socioambiental; educação especial; relações étnico-raciais e juventude. Para 2013 os acervos foram formados com até 45 títulos, englobando todos os temas. A estimativa de distribuição era de 85 mil acervos para 60 mil escolas, correspondendo a aproximadamente 3,8 milhões de livros.

O PNBE do professor é uma política pública em nível federal, uma ação dentro do programa de distribuição de livros, sendo distribuídos seus acervos diretamente para as escolas, em parceria com a Empresa Brasileira dos Correios, após criteriosa avaliação da Secretaria de Educação Básica – SEB-MEC. Entre as escolas do estado da Paraíba, cabe à SEE – Secretaria de Estado da Educação, por meio da Gerência Operacional de Assistência ao Estudante – GOAE e Núcleo de Material Didático, instruir os estudantes, pais ou responsáveis e professores sobre a responsabilidade destes pela correta utilização das obras, presente nas Diretrizes Operacionais para Funcionamento das Escolas da Rede Estadual. No município, a SEDEC – Secretaria de Educação e Cultura é responsável por administrar, controlar e fiscalizar a aplicação e funcionamento dos recursos e programas de governo na área de educação. Cada escola é responsável pelo patrimônio enviado e a gestão fica a cargo dos diretores.

Para melhor entendimento, segue abaixo duas tabelas em caráter demonstrativo acerca do funcionamento do PNBE apontando o cenário geral do programa com os acervos literários desde a sua criação com destaque para o PNBE do Professor.

Tabela 3 – Cenário geral do PNBE (1998 a 2013)

Ano	Quantidade de livros distribuídos	Contemplados	Quantidade de escolas contempladas	Critério de Distribuição
1998	3.660.000	5ª a 8ª série do E.F	20.000	Escolas com mais de 500 alunos
1999	3.924.000	1ª a 4ª série do E.F	36.000	Escolas com mais de 150 alunos
2001 C.L.M.C	60.923.940	4ª e 5ª série do E.F	139.119	Alunos de escolas públicas das séries contempladas.
2002 C.L.M.C	21.082.880	4ª série do E.F	70.455	Alunos de escolas públicas da série contemplada.
2003 C.L.M.C	49.034.192 (total de todas as modalidades contempladas)	4ª e 8ª série do E.F; EJA; Casa da Leitura; Bibliotecas do Professor e da escola (6º ao 9º ano)	4ª E.F = 125.194 8ª série E.F = 36.685 EJA = 10.964 C.L = 3.659 municípios Professor = 1.451.64 Escolas = 20.021	Alunos de escolas com mais de 10 matriculados nas séries contempladas; Prefeituras municipais; Professores de 1º ao 5º ano; escolas de 6º ao 9º ano com maior número de alunos.
2004	Não houve distribuição	_____	_____	_____
2005	5.918.966	Escolas de 1º ao 5º ano do E.F	136.389	Todas as escolas públicas das séries iniciais do E.F.
2006	7.233.075	Escolas de 6º ao 9º ano do E.F	46.700	Todas as escolas públicas das séries finais do E.F.
2007	Não houve distribuição	_____	_____	_____
2008	8.601.932	E.I., séries iniciais do E.F (1º ao 5º ano) e E.M.	229.889	Todas as escolas públicas de E.I.; das séries iniciais do E.F e do E.M.
2009	10.389.271	Séries finais do E.F (6º ao 9º ano); E.M.	66.935	Todas as escolas públicas das séries

				finais do E.F e do E.M.
2010	10.660.701	E.I.; séries iniciais do E.F (1º ao 5º ano) e E.M.	248.817	Todas as escolas públicas de E.I.; séries iniciais do E.F e EJA.
2011	5.585.414	Séries finais do E.F. (6º ao 9º ano) e E.M.	69.003	Todas as escolas públicas das séries finais do E.F. e E.M.
2012	10.485.353	Escolas públicas de E.I.; das séries iniciais do E.F. e da EJA.	240.201	Todas as escolas públicas de E.I.; séries iniciais do E.F. e da EJA.
2013	7.426.531	Séries finais do E.F. (6º ao 9º ano) e E.M.	86.794 (6º ao 9º ano) 36.981 (ensino médio)	Todas as escolas públicas das séries finais do E.F. e do E.M.

E.I = Educação Infantil E.F = Ensino Fundamental E.M = Ensino Médio
EJA = Educação de Jovens e Adultos P.D.C = Programa de Desenvolvimento Continuo
C.L.M.C = Campanha Literatura em Minha Casa C.L = Casa da Leitura

Fonte: <http://www.fn.de.gov.br/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/dados-estatisticos>

Tabela 4 – PNBE do Professor

Ano	Escolas beneficiadas/professores	Livros distribuídos	Acervos distribuídos	Investimento
2000	30.718 (escolas)	3.728.000	Não informado	15.179.101,00
2003	724.188 (professores)	1.451.674	Não informado	13.769.873,00
2010	140.131 (escolas)	6.983.131	565.831	59.019.172,00
2013	153.751 (escolas)	12.106.780	484.471	104.601.156,59

Fonte: <http://www.fn.de.gov.br/programas/programas-do-livro/biblioteca-na-escola/dados-estatisticos>

No PNBE do Professor, o critério de atendimento segue as seguintes diretrizes:

- Escolas com anos iniciais do ensino fundamental e/ou normal/magistério (1 a 30 alunos) = 1 acervo;
- Escolas com anos iniciais do ensino fundamental e/ou normal/magistério (31 a 100 alunos) = 2 acervos;
- Escolas com anos iniciais do ensino fundamental e/ou normal/magistério (mais de 100 alunos) = 4 acervos.

Seguindo o mesmo critério de atendimento, as escolas públicas com anos finais do ensino fundamental; escolas públicas com ensino médio regular, integrado, magistério e ensino médio da EJA; assim como, escolas públicas com anos finais e/ou finais do ensino fundamental e da EJA são contempladas com os acervos de obras literárias e de referência destinados a ajudar os professores na preparação dos planos de ensino e na aplicação de atividades em sala de aula com os alunos.

Na Paraíba, em 2013, 5.059 escolas foram beneficiadas com os acervos do PNBE do Professor distribuídos entre os segmentos: educação infantil, ensino fundamental – anos iniciais, ensino fundamental – anos finais, ensino médio mais magistério, EJA ensino fundamental e EJA ensino médio. O total de acervos impressos foi 15.141 e *MecDaisy* foi de 93, somando um total de 15.234. O montante de livros distribuídos entre impressos e *MecDaisy* ficou em torno de 356.570. Os valores de aquisição para 2013 foi de R\$ 2.426.371,39 e de distribuição fechou em R\$ 606.058,74.

No PNBE 2014 foram atendidas as escolas com educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e educação de jovens e adultos (ensino fundamental e médio). Foram selecionados 100 títulos para educação infantil, 100 para os anos iniciais do ensino fundamental e 50 para educação de jovens e adultos. O PNBE Periódicos 2014 distribuiu revistas pedagógicas para auxiliar o trabalho do professor da rede pública e do gestor escolar, tais publicações foram enviadas às escolas públicas de educação básica durante o ano letivo.

Com base nos dados apresentados no portal do FNDE quanto aos critérios para a seleção das obras literárias, divulgado às editoras, se concentra na importância do subsídio teórico e metodológico aos docentes no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem nos respectivos campos disciplinares, áreas do conhecimento e etapas/modalidades da educação básica, através das obras de apoio pedagógico, assim como, na importância do aluno ter autonomia nas leituras por meio dos diferentes títulos e ter acesso aos diferentes discursos encontrados por meio de gêneros na sociedade.

Segundo o edital, a seleção para a escolha dos livros inscritos não passa por nenhuma análise considerando a opinião do professor em sala de aula e nem a do aluno, não existe a participação dos sujeitos - leitores contemplados. A escolha das obras é feita por um grupo de profissionais ligado a uma instituição de referência, escolhidos pela instituição governamental responsável pelo processo, sendo as identidades dos mesmos mantidas em sigilo. Assim, ao final do processo, a maioria das escolas recebem os livros selecionados para aquela etapa de ensino, sem necessariamente terem participado de forma efetiva.

2 MAPEANDO A PESQUISA ACADÊMICA SOBRE O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA NO BRASIL

Nesse capítulo, mapeamos as pesquisas no Brasil, sobre a atuação do PNBE do Professor nas escolas do país. Segundo Brandão (2016), o PNBE do Professor tem se constituído como uma estratégia do Governo Federal para a implementação de ações, que visem melhorias no processo de ensino aos estudantes das escolas públicas. Dentre estas ações se encontra a formação docente, que tem sido considerada como um dos princípios essenciais para que o trabalho pedagógico tenha êxito no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, a qual constituiu o impulso inicial em direção à definição do nosso objeto de estudo.

Empreendemos essa tarefa através do levantamento e análise das Teses e Dissertações encontradas sobre o tema, no *site* da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e através do levantamento e análise dos artigos científicos, sobre a mesma temática, encontrados no site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), na Revista Espaço do Currículo do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), nos anais do Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: Aproximando agendas e agentes da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Ciências Biológicas (Licenciatura) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tais levantamentos foram realizados durante o mês de agosto de 2015.

Na pesquisa acerca dos trabalhos que abordavam esta temática, foram utilizados os seguintes descritores: biblioteca; Programa Nacional Biblioteca da Escola-PNBE; PNBE do Professor; formação docente; formação do professor. O critério utilizado na seleção dos trabalhos consistiu na presença de um desses descritores no título ou no resumo do trabalho. Nosso corpus de análise totalizou 10 (dez) trabalhos.

A localização dos trabalhos aprovados na ANPED deu-se através da página do *Website* da entidade, estando os textos disponibilizados online. Nessa pesquisa, foram consideradas as Reuniões Anuais 32^a – trigésima segunda - (2009) e 36^a – trigésima sexta - (2013) e os seguintes Grupos de Trabalhos (GTs): Estado e Política (GT-05), Política de Educação Superior (GT-11) e Currículo (GT-12).

Durante o levantamento dos trabalhos na BDTD selecionamos 04 (quatro) textos: Programa de Pós-Graduação em Educação - UFPB (Dissertação - 2009 e Tese - 2013),

Programa de Pós-Graduação em Linguística - UFPB (Dissertação - 2011) e Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Uberlândia (Dissertação - 2013).

Na Revista Espaço do Currículo, Vol. 7, N.3 (2014) - Currículo: Mosaico Interdisciplinar, encontramos 01 (um) artigo; 01 (um) artigo advindo do TCC (2013) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e finalmente 01 (um) artigo publicado no Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: Aproximando agendas e agentes (2013) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) no Simpósio Temático (ST-13): Ciclo de Políticas Públicas.

Para apresentar os resultados dessa pesquisa de natureza quanti-qualitativa, onde segundo Thiollent (1984, p. 46) “qualquer fato social e educativo possui aspectos que podemos descrever em termos quantitativos (...) e em termos qualitativos”, o presente texto está estruturado em quatro seções. Na primeira seção, tratamos das abordagens metodológicas e dos sujeitos considerados pelas pesquisas nos trabalhos apresentados. Além disso, identificamos diferentes aspectos destacados nas pesquisas e que estão relacionados ao Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE. Nesta segunda seção, discorreremos sobre o levantamento realizado, considerando o número de trabalhos por ano e por evento. E na terceira seção, apresentamos os resultados de nossa investigação, considerando os aspectos mais significativos do levantamento realizado nos trabalhos publicados analisados, salientando os aspectos mais enfatizados e as opções metodológicas utilizadas na maioria dos trabalhos. Por fim, traçamos considerações a respeito das lacunas encontradas no conjunto dos dados e indicamos aspectos que necessitam ainda ser investigados na temática abordada.

2.1. Dados Gerais da Pesquisa

Percorremos diversos caminhos com o objetivo de encontrar textos que foram utilizados como mapeamento e desenvolvimento de nossa pesquisa. Fizemos levantamento e análise de Teses e Dissertações encontradas sobre o tema, no site da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e através do levantamento e análise dos artigos científicos, sobre a mesma temática, encontrados no site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), na Revista Espaço do Currículo do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), nos anais do Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: Aproximando agendas e agentes da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de

Ciências Biológicas (Licenciatura) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Apresentamos a quantidade de trabalhos acerca de cada fonte, instituições representativas de cada trabalho e o ano de publicação e/ou acesso a leitores em geral.

Percebemos durante este caminhar que, trabalhos representados pela UFPB, a partir dos descritores já mencionados, são os que obtêm destaque em relação à quantidade de textos adquiridos na *Web*. Durante esta empreitada, diversos trabalhos foram encontrados acerca do PNBE, principalmente no BDTD onde foram encontrados 88 trabalhos entre dissertações e teses disponibilizados.

Descartamos os textos com datas de publicação anteriores à indicada para a pesquisa – entre os anos de 2009 a 2014 –, os títulos que tratavam de determinados municípios do país e também aqueles que o objeto de estudo apresentava questões raciais, de gênero ou sala de aula (aluno), além de textos que usavam como palavras-chave, o assunto em questão, mas de fato, abordam outras discussões. Foi necessário filtrar os resultados o bastante para percebermos que PNBE do Professor ou PNBE na Paraíba, não aparecem nas pesquisas, porém, a partir do que obtivemos acesso, de maneira geral, suscitamos a investigação e análise.

Tabela 5 – Quantidade de artigos publicados por ano

ARTIGOS	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
ANPED - GT5: ESTADO E POLÍTICA EDUCACIONAL (UNESP/SP)	1						
ANPED - GT11: POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (UFPA/PA)					1		
ANPED - GT12: CURRÍCULO (UFRJ/RJ)					1		
ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMANDO AGENDAS E AGENTES (UNESP/SP)					1		
REVISTA ESPAÇO DO CURRÍCULO (UFPB/PB)						1	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (UFRGS/RS)					1		

TOTAL	1	0	0	0	4	1	6
--------------	---	---	---	---	---	---	----------

Fonte: Elaborada pela autora.

Como podemos observar na Tabela 1, a fonte que traz o maior número de publicações, dentre os artigos científicos analisados que serão a base do estudo do PNBE (dois no total), é a Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) que trouxe como tema central o Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: Desafios para as Políticas Educacionais realizada no Campus Samambaia da Universidade Federal de Goiânia, divididos em dois grupos de trabalhos no ano de 2013.

Podemos acompanhar as respectivas instituições de origem dos trabalhos: da região sudeste, sul, norte e nordeste do Brasil, nas quais obtivemos representação. Uma mescla de pontos de vista, informações e pesquisa em torno de regionalidades distintas e acometidas de práticas e reflexões acerca do desenvolvimento do trabalho educativo fortalecendo o tecido social. Dos 6 (seis) artigos destacados na tabela acima, apenas 2 (dois) trazem o diálogo do PNBE como objeto, que são: o artigo proveniente do TCC/UFRGS e o artigo que resulta do Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas/UNESP, os 4 (quatro) artigos seguintes ilustrados na Tabela 1, trabalham com a formação de professores como mote.

Tabela 6 – Quantidade de dissertações e teses publicadas por ano

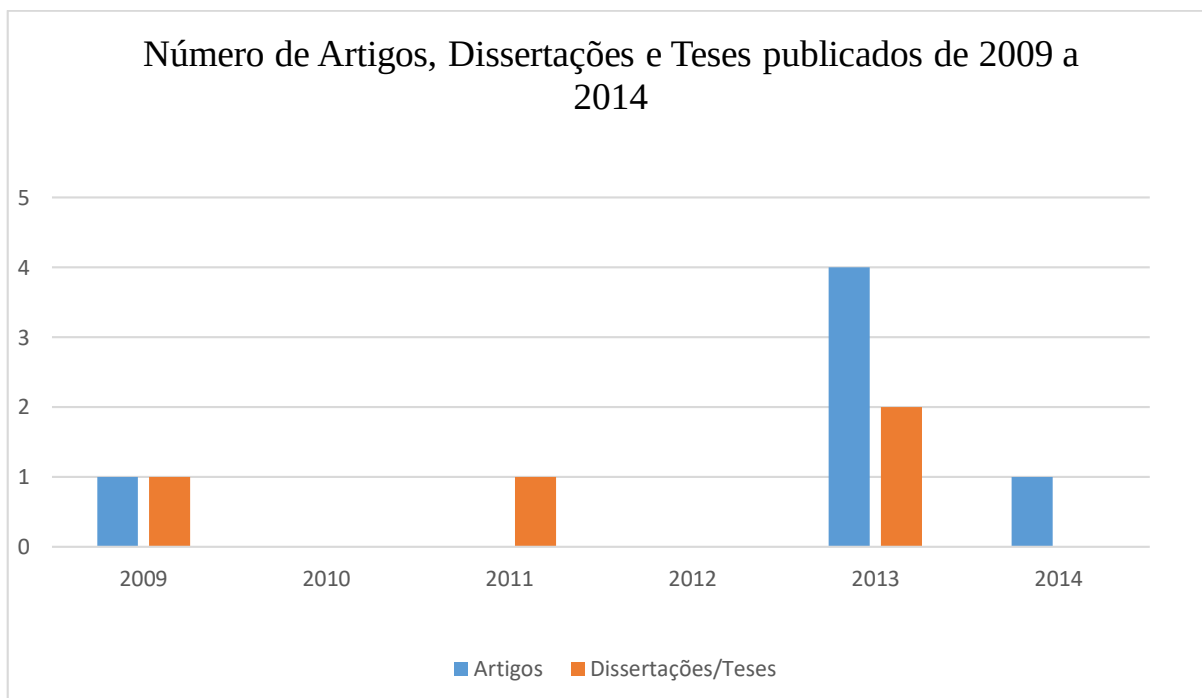
DISSERTAÇÕES	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO (FORMAÇÃO DOCENTE/UFPB)	1						
MESTRADO EM LINGÜÍSTICA (BIBLIOTECA ESCOLAR/UFPB)			1				
MESTRADO EM EDUCAÇÃO (PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA/UFU)					1		
TOTAL							3
TESES	2009	2010	2011	2009	2013	2014	TOTAL

TESE EM EDUCAÇÃO (FORMAÇÃO DOCENTE/UFPB)					1		
TOTAL							1

Fonte: Elaborada pela autora.

Na Tabela 2, verificamos que a Pós-graduação em Educação é a área que tem sobressaído no fomento das discussões sobre o tema estudado, conforme nos revela o número de publicações: 2 (duas) dissertações e 1 (uma) tese, totalizando 3 (três) trabalhos na área. Essa é uma quantidade bastante expressiva, pois representa 75% dos trabalhos *strictu sensu* pesquisados, porém dos 4 (quatro) trabalhos acadêmicos analisados, apenas a dissertação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), de 2013, traz o PNBE como objeto de pesquisa. Os demais trabalhos tratam da formação docente: dissertação e tese (PPGE/UFPB) e biblioteca escolar (Programa de Pós-Graduação em Linguística - Proling/UFPB).

Gráfico 1: Número de artigos, dissertações e teses publicadas por ano.



Fonte: Elaborada pela autora.

Como podemos observar no Gráfico 1, a publicação de artigos científicos em 2009 se dá na mesma proporção dos trabalhos acadêmicos *strictu sensu* utilizados na pesquisa, o ano seguinte não foi contemplado com publicações acerca do tema central em discussão. Em 2011,

temos a representação através de uma dissertação, em 2012, não localizamos nenhum trabalho a ser considerado nesta pesquisa. Em 2013 temos a maior representação entre artigos e publicações *strictu sensu* acerca da temática que discutimos e em 2014, apontamos um artigo utilizado neste estudo.

Sabendo que, o PNBE, tem o objetivo de “promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência”¹¹, e a escola é um ambiente de vida e, ao mesmo tempo, um instrumento de acesso do sujeito à cidadania, à criatividade e à autonomia, entendemos que, ela deve constituir-se como processo de vivência e não de preparação para a vida. Por isso, sua organização curricular, pedagógica e didática deve considerar a pluralidade de vozes, de concepções, de experiências, de ritmos, de culturas, de interesses. A escola deve conter, em si, a expressão da convivialidade humana, considerando toda a sua complexidade. A escola deve ser por sua natureza e função, uma instituição interdisciplinar.

Para Gadotti (2004), a interdisciplinaridade visa garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas. Para isso, integrar conteúdos não seria suficiente. É preciso, como sustenta Fazenda (1979), também uma atitude interdisciplinar, condição esta, a nosso ver, manifestada no compromisso profissional do educador, no envolvimento com os projetos de trabalho, na busca constante de aprofundamento teórico e, sobretudo, na postura ética diante das questões e dos problemas que envolvem o conhecimento.

Nesse sentido, entendemos como positivo o viés seguido através do corpus do trabalho, onde conseguimos visualizar poucas, porém, interessantes discussões acerca do tema que estudamos. Com o intuito de conhecer a produção acadêmica sobre o PBNE Professor, tratamos a seguir dos aspectos metodológicos e teóricos das produções analisadas revelados nos trabalhos apresentados, conforme nos referimos anteriormente.

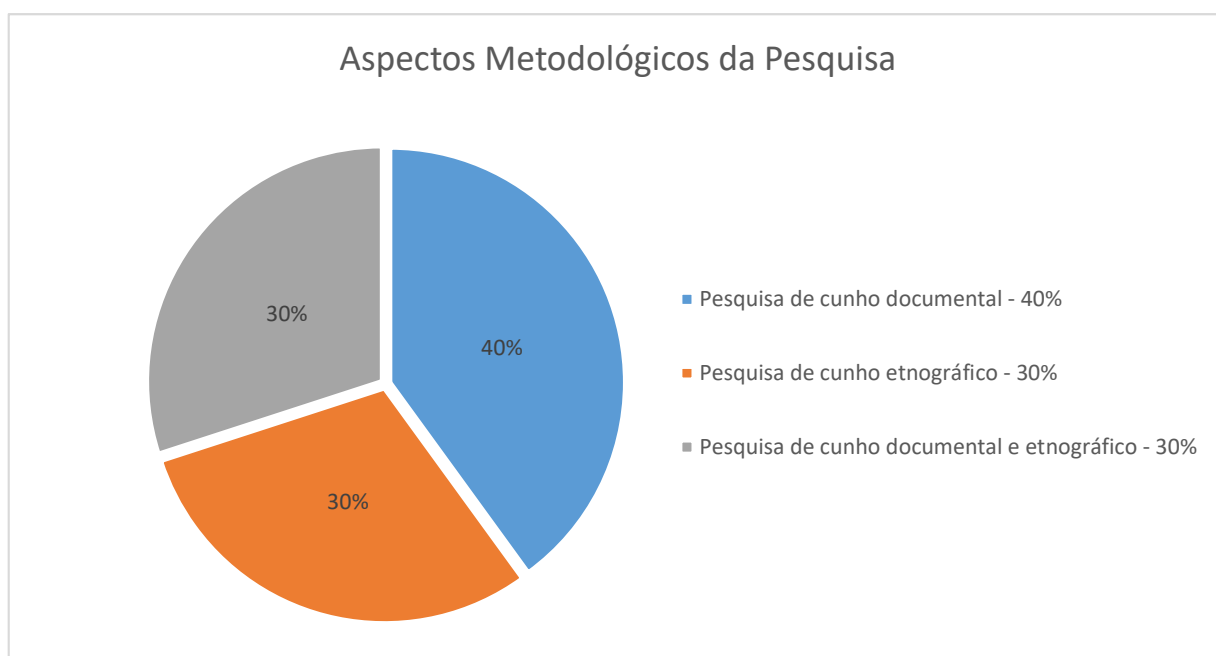
2.2. Procedimentos Metodológicos Encontrados nos Artigos Científicos, Dissertações e Teses

Após a leitura dos textos localizados organizamos algumas categorias com o intuito de identificar os aspectos investigados e as abordagens metodológicas adotadas nessas

¹¹ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: dezembro de 2016.

investigações sobre o PNBE. Nesse sentido, classificamo-las em três grupos, considerando tais procedimentos metodológicos: 1) as que utilizam basicamente pesquisa documental; 2) as de cunho etnográfico; 3) as que utilizam ambos os procedimentos, ou seja, pesquisa documental e de cunho etnográfico. Destacamos no gráfico 2 a distribuição referente à divisão do material pesquisado.

Gráfico 2: Aspectos metodológicos da pesquisa

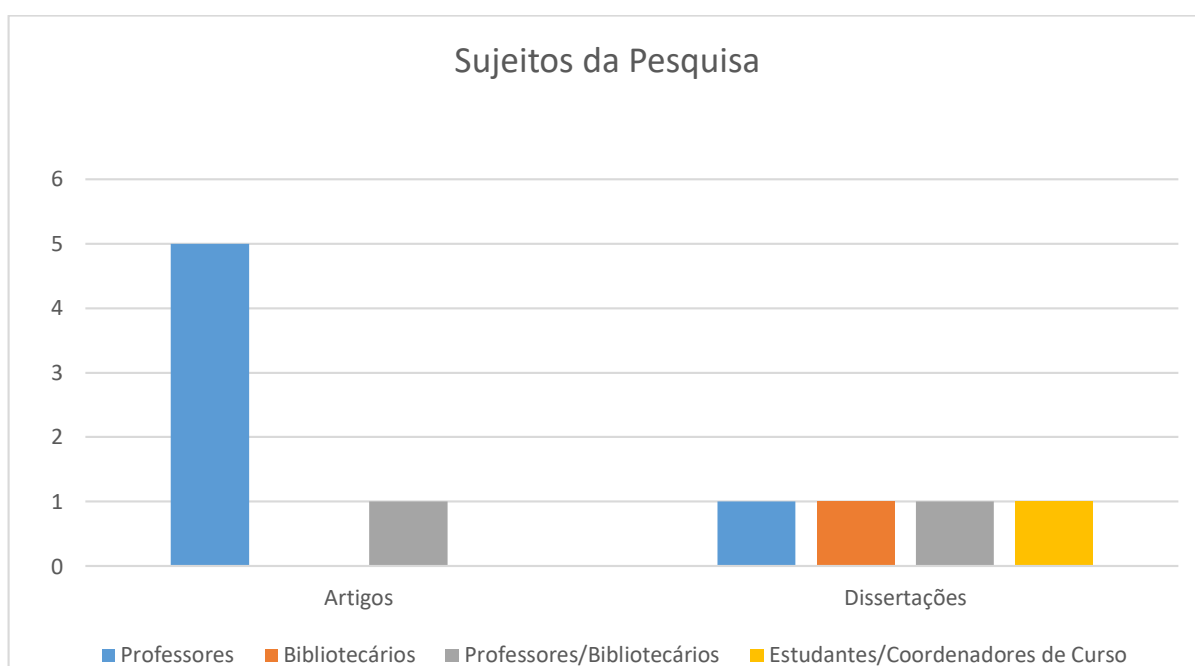


Fonte: Pesquisa da autora

Ao analisarmos os textos, observamos que a maior parte deles adotou a pesquisa documental, compreendendo quatro textos, o que corresponde à 40% dos trabalhos analisados. Destes, todos dialogaram com a formação de professores e analisaram documentos oficiais como, por exemplo, legislação, pareceres, resoluções e/ou documentos elaborados pelo MEC norteadores dos processos, inicial e continuado, da formação de professores da Educação Básica. Nos três trabalhos que priorizaram estudos etnográficos e que equivalem à 30%, os dados foram coletados através de análise do discurso e entrevista ou ainda utilizando ambos os procedimentos de coleta de dados. Identificamos que os professores e responsáveis pela biblioteca foram considerados como principais sujeitos investigados. Nos três trabalhos que versam com as duas formas de procedimento metodológico: documental e etnográfico, e que formam os outros 30% dos trabalhos analisados, foram apontados dados que abarcam

levantamentos bibliográficos, documentos governamentais, portarias, legislações e relatórios, coletas de dados a partir da observação e entrevistas. A abordagem de pesquisa etnográfica, seja exclusivamente de caráter etnográfica (observação) ou acompanhada de pesquisa documental, indica o interesse dos pesquisadores em priorizar experiências locais e problematizar dados do cotidiano. Entendemos que o contexto local está intimamente relacionado com o contexto global, dessa forma, faz-se necessário o investimento em pesquisas que analisem essa relação. O Gráfico 3 destaca os sujeitos da pesquisa em relação aos documentos pesquisados.

Gráfico 3: Sujeitos da pesquisa



Fonte: Pesquisa da autora

Os dados acima indicam que a maioria das pesquisas privilegiou os professores como sujeito de investigação e/ou tinham o professor como parâmetro para o desenvolvimento do seu trabalho. Em alguns textos foram contemplados vários agentes no processo de investigação, de cunho quali-quantitativo.

Entendemos que a formação de professores tornou-se a base da pesquisa aqui tratada, por estar presente na fundamentação do PNBE do Professor, “que tem por objetivo apoiar a prática pedagógica dos professores da educação básica e também da Educação de Jovens e

Adultos por meio da avaliação e distribuição de obras de cunho teórico e metodológico”¹². Nesse contexto, a formação docente assume uma importância estratégica para a efetiva implementação das políticas educacionais (MORAES, 2003), sob o qual destacamos o PNBE.

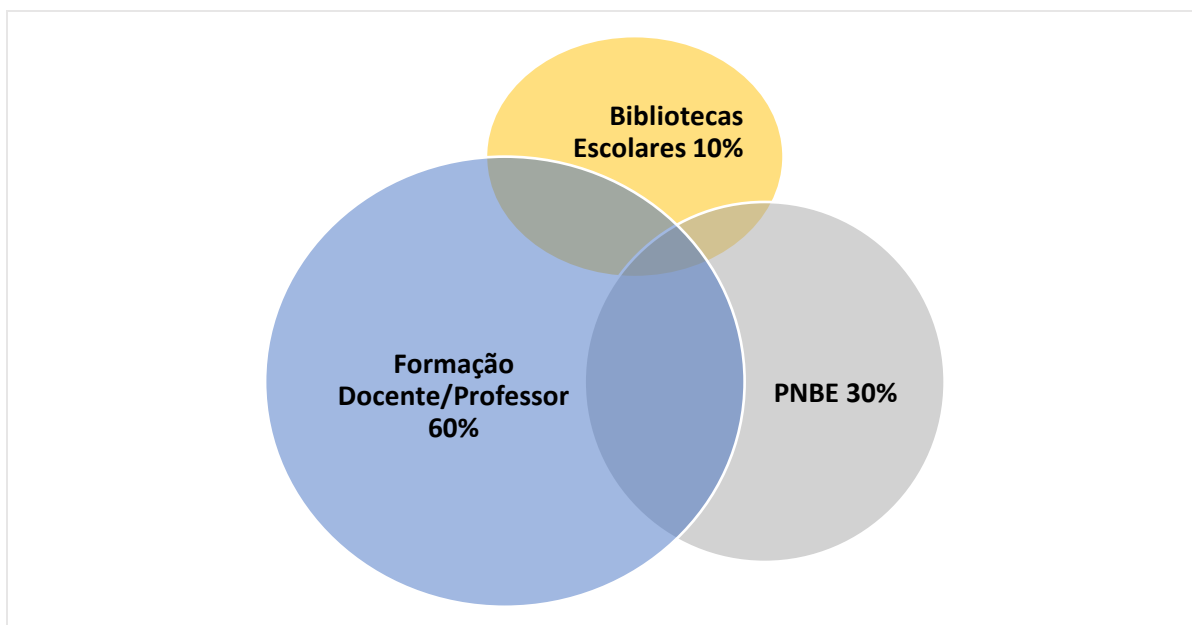
Com o intuito de aprofundar nossa análise sobre os trabalhos investigados, passamos a considerar os principais aspectos abordados nas pesquisas descritas nos trabalhos que compõem o conjunto dos nossos dados.

A formação docente/professores constitui-se como referência para propostas políticas adotadas na educação brasileira e para o desenvolvimento do trabalho educativo. Nesse contexto, a formação docente assume uma importância estratégica para a efetiva implementação das políticas educacionais (MORAES, 2003). O relatório para a UNESCO elaborado pela Comissão Internacional sobre “Educação para o Século XXI”, sob a coordenação do economista francês Jacques Delors, propõe um novo conceito de educação, cujas bases são consideradas mais eficazes à adaptação autônoma dos indivíduos em um mundo em constante mudança. Trata-se do conceito de educação como um *continuum*: o aprender a aprender, edificado sobre quatro pilares que sintetizam o caráter de prontidão que deve ser formado nos educandos. São eles: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Com relação à preparação do professor, o relatório endossa as orientações do Banco Mundial quanto à formação inicial e continuada.

Esta ênfase na formação do professor é discutida em todos os segmentos e em todos os documentos analisados para nosso estudo, conforme elaboramos o Gráfico 4 abaixo:

Gráfico 4: Ênfase na formação docente

¹² Disponível em <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: outubro de 2015.



Fonte: Pesquisa da autora.

O Gráfico 4 é importante para analisar o impacto acerca da ênfase na formação do professor, como também por destacar a formação por competências e para a pesquisa (com vistas à resolução de problemas) como eixos articuladores dos processos formativos tendo como norte a reflexão sobre a prática. Dentre nosso corpus de trabalhos pesquisados, o percentual da discussão referente à formação do professor é superior às outras temáticas em questão, porém, permeia por todas as demais pesquisas no que tange ao professor como objeto de estudo. Seguindo essa linha de raciocínio, compreendemos a formação docente/professores como um processo contínuo, atuando no cotidiano escolar e potencializando uma prática educativa competente e problematizadora, isto é:

A formação é aqui entendida como processo contínuo e permanente de desenvolvimento profissional, o que pede do professor disponibilidade para a aprendizagem; da formação, que o ensine a aprender, e do sistema escolar no qual ele se insere como profissional, condições para continuar aprendendo. Ser profissional implica ser capaz de aprender sempre. (BRASIL, 1998, p. 63).

Trazendo para a discussão em andamento, sobre as condições para continuar aprendendo, entre outros parâmetros, entendemos que não é apenas o salário que determina a valorização do magistério, mas sabe-se também que ele é um dos elementos fundamentais para a definição na escolha de uma carreira. As condições de trabalho, incluindo aí a infraestrutura das escolas, o pessoal de apoio, a existência de bibliotecas, equipamentos de informática, salas de esporte, formas de contratação, a valorização de plano de cargos e salários, são outros fatores

determinantes para que a docência venha a atrair e reter bons professores e que a importância da educação, no caso brasileiro, seja traduzida em recursos e responsabilidade gestora que possibilitem a implementação das políticas estabelecidas.

Conforme buscamos alinhar reflexões que tracem um viés característico a partir de agentes envolvidos no processo de compreensão da significação de projetos e programas pensados e desenvolvidos de acordo com a necessidade global de dialogar e viabilizar ações que efetivamente sejam norteadoras e subsidiem as políticas públicas educacionais do país, nos deparamos com a real e urgente premência de fomentar as práticas de leitura e investigar tais práticas devido ao fato de que elas se renovam com às transformações da sociedade.

Em consenso com a ilustração do Gráfico 4, a leitura, como sabemos está associada a um conjunto de fatores que a constituem, como diria Orlandi (2006, p. 9): “[...] ela não é uma questão de tudo ou nada, é uma questão de natureza, de condições, de modos de relação, de trabalho, de produção de sentidos, em uma palavra: de historicidade”. Desta forma, a prática da leitura, enquanto uma atividade básica que dá suporte a tantas outras aprendizagens, seja no ambiente familiar, na sala de aula ou biblioteca, oportuniza a instituição de mecanismos que relacionem o bem-estar dos alunos e da sociedade por consequência.

Considerando que sem leitura não é possível iniciar nenhum processo de educação, pois a leitura é uma proposta de abertura de portas, de alargamento de horizontes, Pimentel (2007), acreditamos que o ato de ler na escola é mediado pelo professor, pela “pedagogia” ou disciplina, pelas determinações que são dadas, pelo livro e as orientações que ele fornece ao aluno e ao professor, pelo questionário direcionado, pela política de incentivo à leitura, pelo sistema bibliotecário, pelas avaliações que classificam ou reprovam, enfim, por todas as relações de poder. Não obstante a esta conjectura,

Nas escolas modernas, entretanto, a biblioteca é parte integrante e da mais alta relevância no organismo escolar. Nas escolas mais modernas se veem livros por toda parte, tendo-os os alunos com fartura à sua relação, como acontece, por exemplo, nos Estados Unidos. Ao contrário: o livro continua a ter na escola o papel importante que sempre teve. A diferença a esse respeito está, não em sua abolição, que seria absurda, mas sim na maneira de utilizá-lo (CAMPOS, 1936, p. 272).

Os professores fomentam a dinâmica pertencente à emersão da frequência intensiva dos alunos à biblioteca para a produção dos trabalhos de classe e estimulam o gosto pela leitura e pelo hábito de ler. Práticas discursivas em torno do livro e da leitura dão uma nova moldura para o seu uso escolar, estabelecendo técnicas de leitura e levando em conta, inclusive, o

ambiente a que se propõe atender as necessidades de alunos, de professores e dos atores que transitam pelas bibliotecas escolares.

A biblioteca escolar caracteriza-se pelo saber que propaga e semeia, assim como, também pode ser responsável por inúmeras atividades lúdicas com a função de criar e manter-se viva uma colcha de retalhos relacionando vivências, olhares, concepções, aprendizagem e desenvolvimento somados ao direcionamento, elaboração, execução e permanência de ações e programas de incentivo ao ato de ler. Sendo assim, através de diferentes linguagens, concebemos a biblioteca como um lugar que permite a interação de sujeitos que produzem e são por ela produzidos.

Adentrando ao último tema sugerido e presente na proposição dos textos analisados, enveredamos exatamente no PNBE/PNBE do Professor: instituído através da Portaria Ministerial 584/1997, pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC) e em parceria com o FNDE. O PNBE surge dentro de um grande movimento do MEC para formular uma política de formação de leitores, a qual, segundo o Ministério, traçaria as diretrizes básicas para a “ação pública e conjunta de formação de leitores e de incentivo a leitura no país” (BRASIL, 2006, p. 9). Assim, o programa divide-se em três ações: avaliação e distribuição de obras literárias, o PNBE - Periódicos e o PNBE – Professor, como já tratamos anteriormente.

Tal programa, financiado pelo FNDE, em parceria com a Secretaria de Educação básica (SEB) do Ministério da Educação, efetivou a sua primeira distribuição de livros e outros recursos didáticos em 1998 para alunos da 5ª a 8ª séries de alunos do ensino fundamental, com um acervo composto de 215 títulos, incluindo obras de literatura brasileira, enciclopédias, atlas, globos terrestres, dicionários, livros sobre a história do Brasil e sua formação econômica e um Atlas Histórico Brasil 500 Anos. Em 1999, a distribuição contemplou os alunos de 1ª a 4ª séries, com 109 obras de literatura infantil e juvenil, sendo quatro obras destinadas às crianças com necessidades especiais. E em 2000, voltou-se apenas para atender aos professores com a coleção “Biblioteca do Professor”.

Entre os primeiros anos do programa, houveram mudanças significativas na distribuição dos acervos, adequando as obras aos formatos exigidos pelo MEC e pelo mercado editorial. Em 2004, o modelo de distribuição atingido permanece até o período desta pesquisa. Essa mudança teve como propósito “a retomada da valorização desse espaço, a biblioteca, como promotor da universalização do conhecimento e, também, da universalização do acesso a acervos pelo coletivo da escola” (BERENBLUM; PAIVA, 2008, p. 8).

Sabemos que as políticas públicas implementadas sob esta égide evidenciam a luta por uma educação democrática e de qualidade para todos, é do público organizado na sociedade civil que deve vir as vozes e necessidades para a realização de políticas públicas voltadas ao interesse da coletividade em geral, assim como, de grupos em específico. Ao interagir com a escola, a sociedade civil em geral consegue mudar valores. Sendo estes transformadores das atitudes e posturas docentes, constituindo elementos cruciais para a conjectura política, educacional e civil do país.

2.3. Algumas Considerações a Respeito do Mapeamento da Pesquisa Acadêmica sobre o PNBE

Ao realizar a pesquisa de teses e dissertações no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram encontrados com o termo intitulado “PNBE”, no campo “assunto” sem nenhum outro parâmetro para pesquisa, 88 (oitenta e oito) trabalhos entre teses e dissertações. Porém, apenas 13 (treze) trabalhos de fato consistiam na discussão do tema de nosso interesse. Alguns publicados no ano de 2008, outros nas áreas de inclusão, literatura, ensino médio, português, étnico-racial e com foco na editoração do material distribuído. Ao passo que relacionamos “Programa Nacional Biblioteca da Escola”, foram encontrados 466 (quatrocentos e sessenta e seis) trabalhos. Desse montante, repetiram-se os 13 (treze) trabalhos já mencionados, além de áreas como educação ambiental, alimentação, enfermagem, gestão, PROINFO e demais textos que de alguma maneira tivessem algumas destas palavras-chave descritas em algum momento da pesquisa.

O conjunto de trabalhos analisados traz contribuições importantes para a compreensão do PNBE, considerando o corpus de 10 (dez) textos que vislumbram um pouco da discussão em diferentes óticas do Programa. A predominância de pesquisas de cunho documental, como já comentado, faz-se presente nos trabalhos estudados que buscam abordar o PNBE, sua fundamentação, finalidade, raio de atuação, público contemplado, conjunto de anos/séries/modalidades de ensino, ampliando o interesse no debate acerca da formação docente, buscando identificar a temática e seus impactos na prática, no dia-a-dia das escolas, nas relações entre professores e alunos imbuídos da rotina escolar.

O exemplo que descrevemos, acerca dos caminhos percorridos para arcar com este mapeamento, nos traz um panorama que evidencia a importância da pesquisa ao não identificar tantos trabalhos que promovam questões que procuramos empreender com esta investigação,

tanto de conhecimento nacional, estadual e municipal quanto local que abarquem a vivência propriamente dita, o relacionamento sujeito x material disponibilizado, usos e desusos dos acervos recebidos. Com base em tudo isso, optamos por analisar trabalhos que nos dessem uma base geral sobre o PNBE e os desafios que suscitam tais percepções.

Os estudos considerados na pesquisa documental indicam que à medida que o PNBE se consolida como programa governamental, os pesquisadores intensificam as investigações acerca desta temática, contudo, não são esgotadas as possibilidades de aprofundamento, debates e pesquisas, devido à diversidade de aspectos não explorados e desprovidos de novos olhares. Desta forma, o estudo se justifica por ser de categoria inevitável, ampliar as investigações relacionadas à temática PNBE considerando, a partir do Decreto nº 6.319, de 20 de dezembro de 2007, republicado em 02 de abril de 2008, a necessidade de garantir aos alunos e professores da rede pública de ensino o acesso à cultura e à informação, estimulando a leitura como prática social.

Com a análise dos dados documentais foi possível perceber que estratégias precisam ser criadas para auxiliar na divulgação do Programa dentro e além dos muros escolares. A comunidade precisa estar envolvida nos projetos que dialogam com a “democratização do acesso às fontes de informação, o fomento à leitura e formação de alunos e professores leitores, assim como o apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor” (FNDE, 2008, p. 5).

Necessitamos ainda de pesquisas que indiquem possibilidades para a construção de práticas alternativas que sejam desenvolvidas e aplicadas em comunhão com a realidade do professor, na busca por um total aproveitamento do material recebido nas escolas com a intenção de fazer-se real e presente no contexto pedagógico do ambiente escolar, proporcionando melhorias no processo de ensino-aprendizagem.

Em se considerando o levantamento realizado em trabalhos acadêmicos sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola aprovados e publicados nas reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), na Revista Espaço do Currículo, nos Anais do Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas e nos TCC da UFRGS, no período de 2009 a 2014, é possível afirmar que as pesquisas avançam a passos lentos.

A falta de informação, o acondicionamento e o local adequados, a ausência de uma maior divulgação e o acesso aos acervos encontrados nas escolas com o intuito de possibilitar a excelência de resultados que abarquem o Programa e seu investimento, foram apontados,

inclusive, aspectos de total desconhecimento dos acervos por parte das escolas, bibliotecários ou responsável pela biblioteca e ainda, pelos próprios professores, como demonstra o transcrito de um dos trabalhos analisados:

Eu conheço o programa e os livros direcionados aos professores, mas nunca os usei. Para te dizer a verdade nunca parei nem para olhá-los, nem por curiosidade. Até porque já tenho o meu modo de trabalhar e não quero modificar a minha metodologia. (PROFESSOR X *apud* CARVALHO, 2013, p. 9).

Certamente, os desafios são inúmeros, visto que nos documentos, resoluções, decretos e leis, os programas e projetos federais da educação são construídos e pensados com o propósito de resgatar a qualidade da escola pública para alcançar de forma concreta um melhor nível educacional, buscar a geração e transmissão de valores éticos, morais e cidadãos que efetivamente são construtores de novos conhecimentos e de uma sociedade a luz da cidadania (FURGHESTTI, 2012).

Porém, para que isso ocorra é necessário que esses programas sejam estruturados de fato visando atender os quesitos citados anteriormente e que atenda aos critérios expostos por estes em seus editais. Assim, é preciso que além e mais do que distribuir livros para escolas saibam acondicioná-los em locais adequados, sendo essencial, e que hajam políticas públicas mais incisivas com relação à educação pública em nosso país.

Entendemos que esta pesquisa foi apenas o início de uma investigação com um campo amplo de discussão e debate ao redor da temática escolhida para dar sentido e respostas a questões que permanecem deficientes de análise. A averiguação da práxis, do núcleo de experiências a partir do desenvolvimento do PNBE nas escolas: ouvir a voz do professor - do mediador do conhecimento, do agente gerador e provocador de saberes, enfatizando a formação continuada disponibilizada pelo governo federal e seus efeitos diante de seus alunos, currículo e espaço de trabalho, assim como de todos os agentes envolvidos no processo de formação de professores e alunos leitores intrínsecos à dinâmica do ambiente escolar.

Julgamos que as informações analisadas neste capítulo ainda são insuficientes para delinear a literatura publicada e discutida sobre o PNBE no Brasil, seus impactos na vida escolar dos atores envolvidos e contemplados no programa. Compreendemos que professores, alunos, bibliotecários, diretores e a comunidade escolar devem unir forças a fim de incentivar e manter ações que visem o melhor aproveitamento do material recebido no dia a dia da escola.

3 ENTRELAÇANDO OS ASPECTOS DA PESQUISA

3.1. Biblioteca Escolar: Contextualizando o Campo da Pesquisa

A política educativa de leitura é recente na história da sociedade brasileira, marcada pela ausência de mecanismos para a formação de uma sociedade leitora. Somente no século XIX, por volta de 1840, no Rio de Janeiro, começam a surgir os primeiros traços necessários para a formação e o fortalecimento da cultura da leitura, quando são criados alguns mecanismos mínimos para produção e circulação da literatura, como tipografias, livrarias e bibliotecas.

Não existia biblioteca pública antes do século XIX. A Biblioteca Nacional foi criada com a vinda de Dom João VI para o Brasil, em 1808. O acervo, de aproximadamente sessenta mil peças, era formado de livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas.

O PNBE surge em decorrência da apropriação da cultura letrada pelos sujeitos adultos do sistema escolar. Deste modo, a biblioteca da escola é percebida como um espaço propício para a prática da formação do leitor escolar.

Chartier (1998) discute como historicamente se pensou o papel da biblioteca:

[...] desde a Alexandria, o sonho da biblioteca universal excita as imaginações ocidentais. Confrontados com a ambição de uma biblioteca onde estivessem todos os textos e todos os livros, as coleções reunidas por príncipes ou particulares são apenas uma imagem mutilada e decepcionante do saber. O contraste foi sentido como uma intensa frustração. Esta levou à constituição de acervos imensos, à vontade das conquistas e confiscos, as paixões bibliográficas e à herança de porções consideráveis de patrimônio escrito. (CHARTIER, 1998, p. 117)

As bibliotecas sofreram grandes mudanças desde os seus primórdios, deixando de ser apenas guardiãs do conhecimento, lugar privilegiado para poucos e tornando-se grandes disseminadoras da informação. Atualmente essas mesmas bibliotecas que lá no início tinham como suporte informacional tabletes de argila, papiro, etc., estão sendo invadidas pelas novas Tecnologias da Informação e Comunicação e, portanto, tendo que adaptar-se a essa nova forma de disseminar o conhecimento.

Pimentel (2007) define biblioteca como, a porta de entrada para o conhecimento, pois, fornece as condições básicas para o aprendizado permanente, a autonomia das decisões e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais. As bibliotecas podem ser

classificadas de acordo com as funções que cada uma desempenha. Dentre elas daremos destaque a biblioteca escolar, que segundo Pimentel (2007, p. 23),

Localiza-se em escolas e é organizada para integrar-se com a sala de aula e no desenvolvimento do currículo escolar. Funciona como um centro de recursos educativos, integrado ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo primordial desenvolver e fomentar a leitura e a informação. Poderá servir também como suporte para a comunidade em suas necessidades.

A situação das bibliotecas escolares tem sido, para os profissionais ligados à educação, uma constante preocupação. Decorrentes de fatores como a crise econômica e social das famílias brasileiras somadas à falta de uma cultura letrada, a questão da leitura está ligada não só a fatores econômicos e sociais, mas também a questões políticas e culturais (DUARTE, 1997). Diante disso,

Pensar sobre a importância da biblioteca escolar hoje para o processo de ensino-aprendizagem constitui repensar a própria prática de leitura na escola. Isso porque sabe-se que a biblioteca guarda os mais diversos tipos de livros e que, teoricamente, estão todos à disposição do aluno sempre quando precisar. No entanto, não é isso que de fato acontece (BARRETO, 2008, p. 1).

Para o IFLA¹³ (2006), “A biblioteca escolar desenvolve nos estudantes competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis”. Segundo Costa (2013),

Além de possuir a missão de formar leitores e pesquisadores, a biblioteca possui a missão social de inserir o indivíduo na sociedade em que vive. Reforçar no aluno a importância de “aprender a aprender”, preparando-o para um aprendizado contínuo e duradouro, exigido no contexto atual, é missão fundamental da biblioteca escolar.

Podemos perceber a importância das bibliotecas junto ao processo de ensino-aprendizagem, principalmente nas escolas públicas, no tocante a ser parte fundamental dos recursos educativos do ambiente escolar, devendo ser vista como uma oportunidade de fortalecimento do ensino. Todavia, com relação ao espaço biblioteca, inserida nas escolas públicas de João Pessoa-PB, ainda há muito a se conquistar, inclusive no aspecto estrutural para viabilizar o atendimento dos alunos da forma necessária, ou seja, o município está carente quanto à qualidade na prestação dos serviços correspondentes às bibliotecas escolares.

¹³ *International Federation of Library Associations and Institutions.*

Segundo estudo realizado por Cruz & Carvalho (2014, p. 46), “constatou-se a carência e/ou inexistência de bibliotecas públicas escolares no município de João Pessoa, que efetivamente sejam atuantes e cumpram com seus objetivos de biblioteca escolar”. O ambiente de estudo das autoras foram as escolas públicas municipais de João Pessoa, totalizando 86 (oitenta e seis) escolas que estão inseridas em uma estrutura organizacional da Secretária de Educação e Cultura (SEDEC) distribuída em polos e coordenados por profissionais, em sua maioria, pedagogos.

De acordo com Castrillón (1985), o conceito de biblioteca escolar parte da análise das funções de biblioteca com relação ao sistema educativo, o currículo, a leitura, o desenvolvimento da capacidade de pesquisa, da criatividade, com a aprendizagem permanente, a comunicação, a recreação, a capacitação do professor, a informação educativa e a relação com a comunidade.

O valor da biblioteca para a educação está na sua indissociabilidade, enquanto a escola é o vínculo iniciador da instrução ou educação formal a biblioteca a complementa. Conforme Silva (1986), ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura será um instrumento vago e incerto. A biblioteca precisa ser vista como uma oportunidade de fortalecimento do ensino, oportunizando ao seu aluno, a busca por novas informações. Do convívio com a leitura, com novas ideias, é que surge o leitor crítico, criativo e independente.

As discussões em torno de leitura, formação de leitores e bibliotecas são amparadas por estudos desenvolvidos por Chartier (1990, 1996, 1998, 2002), Soares (2008, 2010, 2012), Zilberman (1988, 1994, 1999), Lajolo (2001), Silva (2009), entre outros estudiosos do assunto, como também documentos, dissertações e teses sobre a temática. Os autores dialogam entre si, fazendo reflexões a respeito do papel da leitura na construção do conhecimento e, ainda, o papel desempenhado pela escola como principal agente formador de leitores. Reconhecem que para a formação de leitores em nossos dias exige-se bem mais do que possuir ou ter escolas e bibliotecas em pleno funcionamento, é preciso ter professores e bibliotecários capacitados para exercer a função de mediadores da leitura.

Diante do exposto, acerca do que foi lido sobre os teóricos citados, podemos entender o quanto o PNBE representa para o desenvolvimento de uma sociedade em que a leitura, o conhecimento e a formação significativa, podem alavancar de forma positiva o contexto social em que estamos inseridos. O programa estudado foi instituído justamente para tentar fomentar

questões como as destacadas por eles e que merecem um olhar mais criterioso a seu respeito. Haja vista que as discussões em torno da leitura e da formação de leitores foi o principal motivo para que se criasse o PNBE.

A instituição de uma política de formação de leitores é condição básica para que o poder público possa atuar sobre a democratização das fontes de informação, sobre o fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores. Além disso, ela se constitui, no contexto da sociedade brasileira, como uma forma de reverter a tendência histórica de restrição do acesso aos livros e à leitura, como bem cultural privilegiado a limitadas parcelas da população. A leitura, como prática sociocultural, deve estar inserida em um conjunto de ações sociais e culturais e não exclusivamente escolarizadas, entendida como prática restrita ao ambiente escolar (BERENBLUM, 2006).

Para que a biblioteca da escola se torne um lugar necessário tanto para a aprendizagem quanto para a formação de leitores, de acordo com Campello (2010), é preciso que todos os mediadores considerem a leitura e a formação de leitores fundamental e que a escola, enquanto espaço de formação, colabore para isso. Segundo a autora, se a escola tem uma perspectiva de ensino passivo, com estratégias didáticas voltadas para aulas expositivas, utilizando como fonte apenas o livro didático e tendo o professor como único informante, a biblioteca se constitui como um espaço com pouco significado e utilidade. Já uma escola em que a biblioteca é reconhecida e utilizada como um importante espaço de aprendizagem, onde os alunos podem buscar informações significativas através da pesquisa e da leitura como meio de produção de conhecimento, e onde o professor atua como mediador, a biblioteca se torna um espaço fundamental e indispensável.

O IFLA, aprovado pela Unesco, aborda a questão da biblioteca escolar no ensino e aprendizagem de todos. Trata-se de um documento internacional resultante da Conferência Geral realizada em novembro de 1999, que dispôs sobre a biblioteca escolar como ambiente favorável à aprendizagem para todos, habilitando os estudantes para diferentes instruções ao longo da vida. No documento são abordadas questões importantes como a missão da biblioteca escolar, o seu funcionamento, os objetivos, o profissional qualificado que nela deve atuar, assim como, dá sugestões de serviços e gestão.

É ressaltada a responsabilidade da biblioteca escolar a cargo das autoridades locais, regionais e nacionais para sua articulação com políticas e legislações específicas voltadas para sua promoção. Ainda é sugerido que o MEC e o Ministério da Cultura (MinC) articulem ações

e planos para a funcionalidade da biblioteca escolar, principalmente no que diz respeito à implantação e divulgação do manifesto IFLA.

O PNBE integra às ações *Por uma Política de Formação de Leitores*, elaboradas pelo MEC, a partir de três eixos norteadores: retomar a biblioteca como foco de ação; acervos de uso coletivo voltados para a ampliação das bibliotecas e espaços de leitura; e atendimento universal das escolas da educação básica (PEREIRA, 2006). A regulamentação dessa política encontra-se fundamentada em três volumes: o primeiro volume, *Por uma Política de Formação de Leitores*, (BERENBLUM, 2006) traz um breve histórico das ações do MEC com relação à leitura, apresentando inclusive dados referentes ao PNBE. O segundo volume, foco dessa análise denominado *Biblioteca na Escola* (PEREIRA, 2006) apresenta a política de formação de leitores e se constitui como um manual que descreve ações a serem realizadas no âmbito da escola para montar, normatizar e funcionar a biblioteca no contexto escolar. O terceiro volume, *Dicionários em Sala de Aula* (RANGEL, 2006), aborda a questão do uso do dicionário, considerando-o importante subsídio para inserir os alunos no universo de informações, além de dispor sobre os acervos encaminhados à escola. Destaca-se que esse material foi disponibilizado a todas as secretarias de educação estaduais, municipais e do Distrito Federal, além de ter sido distribuído a todas as escolas públicas do país¹⁴.

O documento *Biblioteca na Escola* trata, em seus seis tópicos, de questões relativas às possibilidades de leitura, à apropriação do texto escrito e à ampliação de leitura, como também aponta sugestões de como montar a biblioteca e fomentar leituras direcionadas para a formação do professor e do mediador. O documento inicia afirmando que o ideal é que se tenha na escola um local destinado ao armazenamento de livros e demais acervos, sendo um local privilegiado para a leitura. Entretanto, ressalta que

Nem sempre isso é possível. Mas existe a possibilidade de se fazer adaptações e encontrar soluções criativas de forma a oferecer a alunos, professores e a comunidade escolar um lugar agradável e prático para a leitura e guarda de livros e periódicos. (BRASIL, 2009, p. 9)

Conforme está expresso no documento, mesmo que a escola não disponha de um espaço específico para biblioteca escolar ou sala de leitura, é possível adaptá-la em um lugar “seco, arejado e bem iluminado” (Idem). É sugerido que o local seja dividido com outro espaço, caso não haja lugar disponível, podendo ser feitas divisórias com as estantes de livros, improvisando

¹⁴ O material encontra-se disponível no portal do MEC.

até mesmo “com cordas e madeiras ou, ainda com tijolos” (BRASIL, 2009, p. 10). Silva (2009a, p. 124) adverte que o mobiliário da biblioteca escolar não pode trazer riscos à saúde do aluno, deve ser resistente e oferecer estabilidade e segurança ao usuário. Além disso, deve ser prático, possibilitando comodidade, acessibilidade e facilidade no uso bem como na manutenção.

Entretanto, os problemas da biblioteca brasileira apresentam algumas questões de deficiências apontadas para o sistema de ensino (ZILBERMAN, 1998): estrutura material deficiente, carência de recursos, má remuneração de pessoal e dispersão metodológica. Nesse sentido, Escarpit (1975, p.130) salienta seu papel na formação da praticada leitura a partir do posicionamento de outros especialistas na área: “todos os especialistas concordam que não pode haver desenvolvimento da leitura sem um sistema adequado de bibliotecas públicas”.

A SEE/MG lançou, em 2010, o “Caderno de Boas Práticas dos Professores para Ensino do Uso da Biblioteca das Escolas Estaduais de Minas Gerais” como instrumento para guiar o professor para o ‘Ensino do Uso da Biblioteca’ na condução de um trabalho na biblioteca da escola organizado e voltado para a formação de leitores (MINAS, 2010). O material é dividido em cinco eixos e subdivido com ações concretas em cada eixo, sugerindo boas práticas para a obtenção da excelência do ensino e, nas ações concretas, exemplos de como a prática foi implementada em outras escolas que obtiveram excelentes resultados. Esse Caderno apresenta, no eixo três, uma ação concreta que é a divulgação dos acervos recebidos e da listagem de livros, com sugestão de leituras para alunos e professores, bem como exposição das aquisições recentes.

Outro aporte teórico na utilização da biblioteca escolar está no Módulo “Biblioteca Escolar” oferecido no Curso de Capacitação pela SEE/MG, o *Pró-funcionário*. O Curso é uma parceria do MEC com os estados e municípios e visa a formação dos funcionários das escolas no efetivo exercício, amparado pelo Decreto nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010, que institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Podemos inferir, nestes materiais disponíveis pela SEE/MG, um movimento, mesmo que pequeno, na importância deste espaço dentro das escolas públicas estaduais, como função na oferta de igualdade de informação, tanto para os alunos, como para os professores.

É justamente essa instituição que pode oferecer aos escolares as melhores condições para atender aos seus interesses e necessidades de leitura, pois “a proximidade da sala, a interação professor-bibliotecário-aluno, as orientações mais atuais de ensino que impelem a criança para a busca-descoberta, através de diferentes textos...” (POLKE, 1973, p. 60), poderão formar o futuro leitor, usuário de bibliotecas.

De acordo com o IFLA, o papel do bibliotecário escolar varia de acordo com os orçamentos, currículos e metodologias de ensino nas escolas, dentro do quadro legal e financeiro do país. Os bibliotecários escolares devem tornar-se competentes no planejamento e na instrução das diferentes habilidades, para o manuseio de novas ferramentas de informação, tanto a professores como a estudantes.

A *American Association of School Librarians* (AASL) também discute novos padrões para bibliotecas escolares, segundo os quais o papel do bibliotecário é colaborar no ensino e aprendizagem, fornecer o acesso à informação e gerenciar o programa da biblioteca, a associação também fez menção ao desafio dos professores e bibliotecários com a reestruturação das escolas para o desenvolvimento da sociedade da informação.

O ambiente da escola vem mudando e é mister que aconteça um esforço geral entre o governo, estados e municípios, comunidade escolar e os profissionais da educação para garantir o acesso com qualidade à tecnologia, definindo-se a meta de que cada escola esteja conectada à internet, no sentido de disponibilizar recursos informacionais abundantes, ao passo em que preparam os alunos para um ambiente rico em informação: no mercado de trabalho, na cidadania ou na vida cotidiana.

A ação da biblioteca escolar inicia-se no limite do espaço onde se busca a forma de aprender e onde se adquire o conhecimento, ou seja, a competência para fazer uso da informação, selecionada pelo interesse em aprender. “O êxito na aprendizagem de novos conhecimentos (de conteúdos), deve-se sem dúvida, a uma predisposição, a uma motivação, a um interesse em aprender que não é dado pelo conteúdo, mas pela forma de aprender.” (GADOTTI, 1987, p. 106)

O PNBE como um dos maiores programas de distribuição de livros para compor as bibliotecas, faz o papel de provedor das informações veiculadas na sociedade, porém, são os atores dentro do ambiente escolar que podem utilizar as informações no objetivo de aprender a aprender (BRASIL, 2012). Aprender a utilizar a informação é uma das mais importantes atividades do currículo escolar e a biblioteca seria o “laboratório de aprendizagem”, contribuindo para formação de alunos bem-sucedidos e adultos capacitados, já que na vida, a satisfação tanto no plano pessoal e social como no profissional dependem do conhecimento, habilidade e talento em oportunizar a informação na formação individual.

3.2. Laboratórios de Aprendizagem

Para alcançar o objetivo geral dessa dissertação que foi analisar o PNBE como instrumento de incentivo e ampliação dos sujeitos leitores na comunidade escolar e, considerando que a apropriação desses acervos perpassa pela forma como esse material é disponibilizado aos seus alunos, avaliar o espaço da biblioteca escolar como ambiente propício à aprendizagem dos alunos, assim como, facilitador no desenvolvimento da formação continuada dos professores quanto ao acesso aos acervos recebidos pelo PNBE nas escolas, faz-se necessário, visto que atende ao objetivo proposto por essa pesquisa.

Selecionamos duas escolas públicas para observar como se dá os aspectos já mencionados anteriormente, sendo o critério utilizado para escolha dessas escolas a tipicidade e a conveniência, tipicidade porque ambas são instituições de referência em suas comunidades e conveniência porque são escolas próximas ao domicílio desta autora durante o período da pesquisa.

A seguir trazemos informações mais específicas acerca das escolas analisadas e que serviram para amparar as análises realizadas. Sobre a escola A: apresenta em seu quadro de funcionários, 48 professores com formação pedagógica em nível superior. Atendendo a população residente em João pessoa, Conde, Santa Rita, Alhandra, Bayeux. A instituição conta com cerca de 500 alunos com 19 turmas funcionando no turno da manhã e 7 turmas funcionando no turno da tarde.

Nosso intuito de verificar o espaço físico e o funcionamento das bibliotecas das escolas escolhidas, sabendo que estes ambientes tem a função de armazenar, conservar e fazer circular os acervos enviados pelo PNBE, nos permitiu fazer algumas indagações. Assim, sobre a importância da cultura material escolar, Souza (2007) nos informa que embora tomados quase sempre como pressuposto natural, os artefatos materiais vinculam concepções pedagógicas, saberes, práticas e dimensões simbólicas da cultura escolar.

Partindo desse pressuposto, atentamos neste momento para a constituição descritiva do espaço físico da escola A. As dependências da escola se dividem em: uma sala para a diretoria, uma para a secretaria, 21 salas de aula, uma sala para o descanso dos professores, um laboratório de informática, um laboratório de matemática, um laboratório de química, uma cozinha pedagógica, um ginásio, uma sala de música, uma quadra de esportes, um campo de futebol, uma sala para serviço de restaurante e bar, uma sala para hotelaria, uma sala de línguas, um refeitório e uma biblioteca que funciona no turno da manhã com uma bibliotecária.

Fotografia 1 - Espaço e acervo da escola A



Fonte: produzida pela autora.

A biblioteca em questão foi inaugurada em abril de 2010 e conta com cerca de mais de 2.100 livros entre os mais variados títulos organizados nas prateleiras das estantes. Verificamos os livros didáticos como detentores de grande parte do acervo, estão bem conservados e tratam das edições mais recentes de publicação, separados nas estantes pelo nome da disciplina. Dicionários e mapas também ocupam seus lugares do espaço visitado. Não conseguimos identificar o material advindo do PNBE do professor, conforme consta em anexo, referente a última distribuição do programa, que data do ano de 2013.

Tal situação demonstra que é possível existir a democratização do acesso à leitura com os acervos disponibilizados pelo PNBE, apesar de ainda não ter se efetivado a preocupação em escutar os profissionais da escola sobre o processo de distribuição, pois, muitas vezes eles ficam encaixotados nas bibliotecas ou salas não destinadas para esse tipo de acondicionamento, conforme ocorre nessa instituição. Averiguamos diversas caixas com livros em determinada sala as quais não souberam nos dizer se teriam derivado do PNBE e por que não estavam alocados na biblioteca com fácil acesso aos professores e aos alunos da instituição.

Fotografia 2 - Mobiliário da escola A



Fonte: produzida pela autora.

Com relação ao mobiliário da biblioteca observamos a existência de 15 estantes de alumínio, 6 mesas, 3 computadores, um quadro branco. O ambiente passou por reforma recente e por isso, mantém móveis novos e com poucos sinais de desgaste do tempo, paredes pintadas, teto preservado. Acerca da salubridade do local podemos evidenciar tratar-se de um ambiente ventilado, 6 janelas, ar condicionado, bem higienizado, com boa localização na escola, precisamente logo depois da entrada principal da escola, do lado esquerdo, após o auditório e com uma rampa de acessibilidade. Por estar localizada na entrada da escola, há certa distância para o deslocamento dos alunos de suas salas até à biblioteca, porém, não foi identificado problema, uma vez que de qualquer ponto da escola, chega-se rapidamente à área da biblioteca.

Conforme informações oferecidas pela funcionária que nos acompanhou, a leitura na instituição se dá principalmente durante as aulas, utilizando o livro didático. No horário oposto ao momento em que a bibliotecária se encontra no setor, os professores acompanham os alunos até a biblioteca que fica fechada até que aconteça determinada procura. Quanto à disponibilização do material para consulta dos alunos, existe um caderno em que são anotadas as informações inerentes aos empréstimos, porém foi-nos informado que todos os alunos possuem os exemplares referentes ao PNLD e que os utilizam ao longo do período escolar, podendo assim levá-los para casa durante o ano letivo, fazendo a devolução ao final do mesmo.

Não souberam nos dizer qual a relação que os professores têm com o acervo da biblioteca, quais momentos se utilizam desses acervos e como se apropriam do material disponibilizado pela escola para elaboração dos planos de aulas e atividades relacionadas à própria formação e atualização didática.

Fotografia 3 - Espaço virtual na biblioteca da escola A



Fonte: produzida pela autora.

Os computadores dividem espaço com as estantes de livros na biblioteca onde sua utilização pelos alunos, acontece com prévio agendamento a partir de atividades direcionadas pelos professores e acompanhadas pelo funcionário presente no ambiente. Ao passo que a escola A possui laboratório de informática e também computadores em sua biblioteca, entendemos que a inclusão digital faz parte da realidade dessa instituição. Nesse sentido, é importante ressaltar que não só a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, mas também, a capacitação para utilização dessas mídias, em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania, serão facilitadores para a imersão dos alunos no cotidiano de novas atitudes, competências e habilidades, novas práticas socioculturais em meio à diversidade educacional.

É, a partir da sua posição nesse espaço que os agentes elaboram suas representações e executam suas ações, isto é, pelo prisma do seu lugar no “sistema de posições sociais”. Para entender melhor esse cenário,

A profissionalização do universo simbólico, sua subdivisão em campos de produção cultural e a transformação do capital cultural em privilégios e distinções criam um “mercado simbólico” no qual o valor de uma produção cultural é largamente determinado pelo julgamento de instituições que detêm autoridade para tal no domínio público: as escolas e as universidades, os museus, as bibliotecas e outros organismos culturais, as editoras. Neste contexto, os sistemas de ensino desempenham um papel instrumental na apropriação da riqueza simbólica que é julgada digna de ser possuída e cultivada. (BOURDIEU, 1982, p. 99-81)

Para o cientista da informação Barreto (1996, p. 2), as informações podem ser conceituadas como “estruturas significantes com a competência de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo ou sociedade”. Para isso, o sujeito é considerado “agente de uma construção que é a sua própria estrutura cognitiva” (MOREIRA, 1999, p. 15), produzindo sentidos a partir de sua experiência como ser individual e social.

Perrotti (1990) enfatiza o papel da biblioteca numa sociedade na qual grande parcela da população é socialmente excluída. Vincula-se a este novo papel das bibliotecas o caráter educativo da informação, constituído de um sentido de sociabilidade e não de um processo de confinamento, como salienta o autor. Até mesmo porque as práticas da leitura se alteraram nesta sociedade, em conformação, marcada pela presença das TICs que aceleram a prática da leitura e permitem maiores possibilidades de acesso à informação, o que acarreta novos problemas.

A velocidade e as formas de transmissão da informação impedem que o sujeito a selecione, a analise, e a interprete de acordo com suas próprias experiências. Neste contexto, uma nova instituição de leitura é suscitada para cumprir o papel de ressignificar as práticas de leitura e reconstituir os argumentos simbólicos que favorecem a construção dos sentidos de mundo. Enquanto a biblioteca escolar se constitui de um espaço que tentar prover de representações esse campo investigativo, o professor capacitado e envolvido nas necessidades e exigências da escola, da comunidade e porque não dizer, do mercado profissional, acaba por realizar no seu dia a dia ações determinadas pela demanda educacional e social, associando várias linguagens em benefício do desenvolvimento intelectual dos alunos.

Pensando que a prática docente interfere nos resultados da educação, Perrenoud apresenta dez competências necessárias à docência com o objetivo de,

[...] elaborar um manual de competências julgadas prioritárias por serem coerentes com o novo papel dos professores, com a evolução da formação contínua, com as reformas da formação inicial, com as ambições das políticas educativas [...] além de contribuir para a formação de representações cada vez mais precisas das competências em questão. (PERRENOUD, 2000, p. 14)

Essas competências que os profissionais da educação devem desempenhar no exercício da profissão continuada e, ainda, devem estar contidas no planejamento dos gestores escolares no intuito de promover a melhoria de seus profissionais. Diante da conjectura que encontramos na escola A após as nossas observações, não deixando de mencionar que passamos por duas diferentes gestões durante a pesquisa, indagamos ao diretor atual quais as principais dificuldades vivenciadas pela escola, que são facilmente identificadas por ele: material didático que não atende às necessidades reais dos alunos e professores; ausência da família para acompanhar os alunos na atividades e, assim, desenvolvê-las da melhor maneira possível; carência de capacitação para os professores; compromissos dos servidores com a frequência da escola.

A partir dessa perspectiva, entendemos que os recursos disponibilizados pelo PNBE do professor são um dos muitos que a escola pode utilizar na melhoria profissional, garantindo um efeito de qualidade esperado pela sociedade. Mas o que seria essa qualidade e quais competências os profissionais da educação necessitam? Lück (2009) afirma que,

Em relação à função/profissão, competência é o conjunto sistêmico de padrões mínimos necessários para o bom desempenho das responsabilidades que caracterizam determinado tipo de atividade profissional. Em relação à pessoa, constitui na capacidade de executar uma ação específica ou dar conta de uma responsabilidade específica em um nível de execução suficiente para alcançar os efeitos pretendidos. A competência envolve conhecimentos, habilidades e atitudes referentes ao objeto de ação, sem a qual a mesma é exercida pela prática do ensaio e erro. (LÜCK, 2009, p. 13)

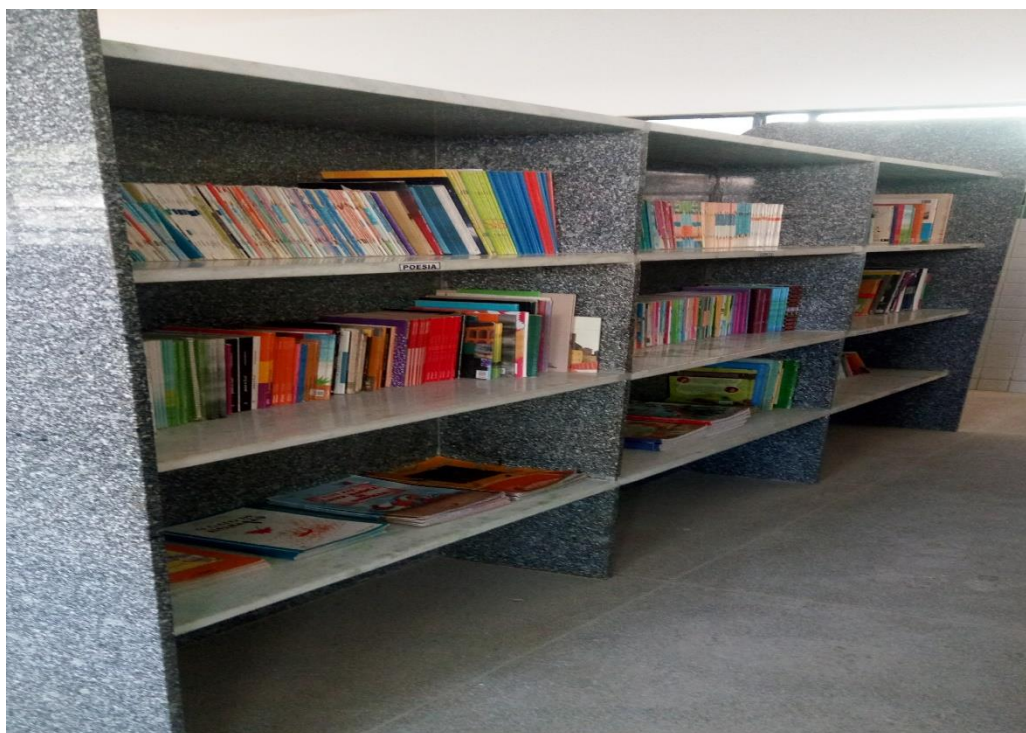
Diante da complexidade existente hoje no universo escolar e das competências elencadas como padrões mínimos colocados por Lück (2009), ensinar tornou-se uma atividade complexa diante das novas possibilidades que o século XXI delegou à humanidade. A profissão docente deixou de ser somente repassar instrução e/ou seguir manuais didáticos, sendo necessária uma inter-relação entre os conteúdos, a sociedade, a cultura e as outras áreas do conhecimento.

Seguindo com nossa rotina de observação, apontaremos as características da escola B: possui 29 professores em seu quadro de funcionários, todos com formação pedagógica com

nível superior e atende uma demanda que provém dos bairros dos Bancários, Castelo Branco, mangabeira, Valentina e da cidade de Bayeux, etc. A instituição conta com mais de 600 alunos distribuídos em dois turnos e aproximadamente 20 turmas de alunos na escola.

Ainda conhecendo as dependências da escola, verificamos uma sala para direção, uma secretaria, 20 salas de aulas, uma sala para os professores, uma sala de vídeo, um laboratório de ciências, uma sala de recursos e Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma sala de vivência para as disciplinas de Artes, Música e Educação Física, uma cantina/refeitório, um ginásio e uma biblioteca com uma bibliotecária e três funcionárias que atendem aos alunos do reforço escolar.

Fotografia 4 – Espaço e acervo da biblioteca da escola B



Fonte: produzida pela autora.

Em se tratando do mobiliário da biblioteca da escola B, encontramos cinco estantes de mármore com granito divididas em seis compartimentos cada, três de um lado, três do outro lado com três prateleiras em cada divisória, cinco mesas de mármore, 10 cabines de estudo individual, 35 cadeiras de plástico, nove janelas e três ar condicionado. A biblioteca não possui computadores ou qualquer outro dispositivo eletrônico para acesso do público escolar.

O acervo da biblioteca possui entre 4.000 e 5.000 livros organizados por temas e assuntos em cada estante indicando o que o leitor irá encontrar. Regras de bom comportamento,

atitudes positivas e lembretes da boa convivência entre livros e leitor estão espalhadas em todo o ambiente, com caráter informativo e dinâmico. Encontramos disponíveis para consulta e empréstimos: livros didáticos, coleções de cordel, revistas, gibis, dicionários, paradidáticos, coleções de clássicos da literatura brasileira, literatura universal, teatro, jogos, novelas, livros para pesquisas dos professores, grandes teóricos e autores para apoio didático.

Fotografia 5 – Cabines de estudo da biblioteca da escola B



Fonte: produzida pela autora.

Todo o material que compõe o acervo da biblioteca da escola B, se mantém disponível para empréstimo, estipulando um prazo de até oito dias para devolução do livro. A bibliotecária acompanha a demanda de saídas de material em um caderno de anotações que contém todos os dados referentes ao dia a dia da biblioteca. Acompanhamos uma média de empréstimos do turno da manhã de cerca de 70 livros ao mês, em detrimento a uma média de 50 livros por mês do turno da tarde, no período da pesquisa. Os alunos preenchem um *Termo de responsabilidade de utilização dos livros referentes ao ano letivo vigente* com os seguintes dados: nome completo, RG, nome do responsável, turma, disciplina, data de entrega, data de devolução e assinatura.

Nos aproximamos da rotina de atividades mediante anotações e conversa informal com a funcionária da escola que nos acompanhou durante a observação: a disciplina de artes mantém

um vínculo intenso e permanente com o acervo da biblioteca, onde a professora desenvolve junto aos seus alunos, recitais, peças teatrais, leituras de paradidáticos individual e coletiva, oficinas de desenho e pintura, atividades com cordel de forma interativa, leituras de revistas e gibis, jornais, trabalhos acadêmicos assim como desenvolve atividades em que se discutam a versão do livro e do filme através de sessões de vídeos usando a interdisciplinaridade com outros professores e com a bibliotecária.

A preocupação com a falta de um elo entre escola e biblioteca é realçada nas palavras de Sanches Neto citado por Hillesheim e Fachim (1999, p. 66): “a biblioteca é encarada como um anexo da escola, quando na verdade, ela deveria ser sua alma”. Biblioteca e escola são duas instâncias distintas, mas responsáveis pela formação do leitor. É importante que haja harmonia entre biblioteca e escola, para que juntas possam alcançar seus reais objetivos.

O documento que determina os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997), pressupõe que o aluno “saiba utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos”. De acordo com os PCNs, a escola B através de sua equipe de profissionais, tem a preocupação de inserir no cotidiano da biblioteca, diversas atividades que provocam a curiosidade, o questionamento, o interesse e despertam nos alunos a vontade de estar sempre mergulhado no ambiente que lhes transmite conhecimento e troca de informações das mais diversas áreas.

De certo modo, a legislação legitima as expectativas valorativas que a sociedade quis ou quer ver disseminadas por meio da escola. Contudo, há que se considerar também a perspectiva de Bourdieu (1983) quando entende que

É preciso abandonar todas as teorias que tomam explícita ou implicitamente a prática como uma reação mecânica, diretamente determinada pelas condições antecedentes e inteiramente redutível ao funcionamento mecânico de esquemas preestabelecidos, “modelos”, “normas”, ou “papéis”, que deveríamos, aliás, supor que são em número infinito, como o são as configurações fortuitas dos estímulos capazes de desencadeá-los. (p. 64)

O sistema educacional é elaborado pela sociedade, com leis e diretrizes definidas, a fim de transmitir noções de história e cultura que servirão de base para toda transformação que esse indivíduo poderá sofrer e/ou exercer sobre a sociedade. De acordo com Houaiss¹⁵ educação é: “aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico,

¹⁵ Disponível em <http://clicandodegraca.blogspot.com/2008/02/dicionrio-eletrnico-houaiss-da-lngua.html> Acesso em: agosto de 2018.

intelectual e moral do ser humano”. Pensando nessas questões, entendemos que o trabalho do professor diante de tantas incitações, não consiste simplesmente em transmitir informações ou conhecimentos, mas em apresentá-los sob a forma de problemas a resolver, situando-os num contexto e colocando-os em perspectiva de modo que o aluno possa estabelecer a ligação entre a sua solução e outras interrogações mais abrangentes (EDUCAÇÃO, 2000).

Fotografia 6 – Sala de depósito dos livros da biblioteca da escola B



Fonte: produzida pela autora.

Na sala designada para depósito dos livros, encontramos grande número de livros didáticos provenientes do PNLD para uso da comunidade escolar. Alguns são de edições anteriores, outros são mais atuais e novos, porém observamos um número excedente de material sem utilização. Kits completos para alunos novatos assim como enciclopédias, caixas com arquivos de documentos e material de escritório para uso das funcionárias da biblioteca.

Em se tratando das condições estruturais da biblioteca, podemos citar que o ambiente é arejado, bem iluminado e se encontra no centro da escola, onde observamos salas de aulas próximas que circulam o prédio em que a biblioteca está localizada, com fácil acesso para os alunos e professores. Ao longo do ambiente da biblioteca da escola B, pudemos observar painéis expositivos de fotografias dos alunos representando diversos projetos de incentivo à leitura,

destarte, percebemos envolvimento significativo da comunidade escolar dos dois turnos nas atividades desenvolvidas na biblioteca, sendo estas programadas e inseridas no planejamento didático dos professores.

Durante a pesquisa, averiguamos a exposição do material enviado pelo PNBE em 2013, ano de distribuição mais recente do programa analisado. Observamos também que os professores se utilizam desse material citado com o objetivo de agregar ao seu trabalho, tirando dúvidas, ideias, assim como fonte de pesquisa para inserção de conteúdos através do uso de metodologias problematizadas nos livros de referência encontrados na biblioteca. Toda a utilização dos livros é registrada no caderno de anotações já mencionado anteriormente.

Segundo Antunes (1993) saber ler, gostar de ler, ter o hábito da leitura permite avançar, viver mais, são novos conhecimentos, novas experiências, novos mundos que os livros nos trazem. Em razão disso, podemos apreender que as experiências vivenciadas no exercício da profissão de professor fazem parte do arcabouço da sua formação e podem interferir no seu fazer pedagógico durante toda a sua vida de especialista no ciclo acumulativo de competências.

Em benefício do encerramento da observação da escola B, em conversa informal com a gestora, indagamos sobre as principais dificuldades enfrentadas pela instituição, obtivemos as seguintes respostas: ausência da participação da família, falta de materiais didáticos, manutenção da estrutura da escola, falta de funcionários correspondentes às necessidades da escola e formação para os professores na área de inclusão, visto que a instituição atende crianças que necessitam de atenção e acompanhamento especial. A gestora também pontuou positivamente o comprometimento da equipe de trabalho, em se fazer pertencer ao espaço escolar e superar as dificuldades que vão acontecendo ao longo do ano letivo.

Sabemos da importância de construir no espaço escolar os momentos de discussões teóricas que possam instrumentalizar e habilitar os professores e suas práticas, trazendo a possibilidade de “identificar os problemas e buscar soluções, mas, especialmente, ‘[...] que seja uma prática coletiva, uma prática construída conjuntamente por grupos de professores ou por todo o corpo docente de uma determinada instituição escolar’” (CANDAU, 1996 *apud* AMBROSETTI; RIBEIRO, 2005, p. 39).

3.3. Ensaio Acerca das Observações Feitas nas Bibliotecas das Escolas A e B

Nas visitas às duas escolas, que apesar de serem escolas de referência em suas comunidades, percebemos realidades distintas no que diz respeito à rotina em suas bibliotecas

assim como no acesso e apropriação dos acervos pelos professores e alunos pertencentes às instituições. Sobre o *acervo*, na escola A, observamos a ausência das obras referentes à distribuição do PNBE dentro do espaço da biblioteca, nas estantes apenas observamos livros didáticos utilizados pelos alunos em anos anteriores e no ano letivo vigente, mas que ainda são alvo de consulta.

Surge a preocupação em compreender onde acontece a falha na disponibilização dos títulos, veiculados através dos programas federais. Afirmar em uma política ainda tímida reside no fato de que o PNBE está preocupado mais restritamente com a distribuição de livros e não com uma política mais ampla da biblioteca, pois, como afirma Garcez (2007, p. 28) os livros “acabam sumindo pela falta de local apropriado (biblioteca), pela falta de tratamento adequado (carência do profissional bibliotecário) e pela falta de dinamização de leituras, reflexo da pouca parceria ou da pouca aproximação entre bibliotecários e professores”.

Na escola B, encontramos um grande acervo de livros e obras advindas de diversos programas federais, inclusive do PNBE, acessível para uso do público leitor da escola. Com efeito, essa configuração nos remete a uma reflexão que se aplica ao contexto da biblioteca escolar, conforme relata Lemos (2005, p.101-102),

Nem toda coleção de livros é uma biblioteca, do mesmo modo que nem toda biblioteca é apenas uma coleção de livros. Para haver uma biblioteca, no sentido de instituição social, é preciso que haja três pré-requisitos: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização; uma comunidade de usuários, efetivos ou potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas, e, por último, mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca. [...] Em geral define-se biblioteca como um acervo de materiais impressos (livros, periódicos, cartazes, mapas, etc.) ou não-impressos, como filmes cinematográficos, fotografias, fitas sonoras, discos, microformas, cederrons, devedês, programas de computador, etc. e mantidos para leitura, visualização e consulta.

Diante da visão apresentada na citação, identifica-se que houve expressiva mudança de mentalidade referente à biblioteca escolar no final do século XX e início do XXI em nível global e nacional, pelo menos a partir de um caráter discursivo, como o apresentado no *Manifesto da Unesco* (1999), fóruns, eventos, campanhas, produções bibliográficas e mobilizações políticas.

No entanto, compreende-se que para se chegar à desejada mudança de discurso e de ações relacionadas à biblioteca escolar no Brasil é preciso inicialmente refletir sobre o problema da concepção que se tem dela enquanto qualquer espaço com qualquer acervo em uma estante.

É preciso admitir que um dos requisitos principais para a constituição de uma biblioteca escolar hoje delibera acervo que indique suporte físicos e virtuais, complexos e dinâmicos, que deve possibilitar ao usuário várias formas de acesso à informação.

Entretanto, a integração da gestão com os professores e bibliotecários em função da execução de práticas educativas inclusivas, no que tange a representação do universo escolar a partir do que reconhecemos enquanto espaço de incentivo à leitura, torna-se uma necessidade cada vez maior por garantir aos serviços as características que estão na expectativa dos usuários. O professor percebe em suas atitudes as possíveis ações de seus alunos, além de compreender como suas opções podem interferir diretamente nas escolhas dos mesmos: “o professor é o intermediário entre o livro e o aluno, seu leitor final. Os livros que ele lê ou leu são os que terminam invariavelmente nas mãos dos alunos” (COSSON, 2009, p. 32). Há uma intersecção entre as experiências vivenciadas no encontro e o trabalho que os professores realizam em sala de aula, é um espelho que reflete e refrata a história educacional que cada um vive e desempenha.

Retomando o fato de que na escola A existiam certa quantidade de caixas de livros guardadas em uma sala não apropriada para esse fim, não sabendo exatamente de quais programas, projetos ou doações teria esse material se originado e, dessa maneira, não havendo nenhum tipo de aproveitamento por parte dos professores e alunos no exercício de suas atividades didáticas, é sabido que, em algumas escolas, o recebimento das caixas com o acervo do PNBE causa estranhamento e são guardadas porque os gestores não sabem para que servem e temem o extravio dos livros, bem como, o ressarcimento do bem público com o dinheiro de seu próprio salário, porém, não podemos afirmar que é esse o caso em questão.

Devemos mencionar que, embora o PNBE tivesse nascido com a finalidade de equipar as escolas com livros para as bibliotecas escolares, em acervos coletivos, em dado momento os investimentos destinaram-se a coleções pessoais recebidas por poucos alunos, em relação ao universo de matrículas. Praticamente o Programa manteve-se apenas como um grande distribuidor de livros, como se a existência de acervos (de qualidade) fosse o caminho natural de formação de leitores nas escolas públicas brasileiras, sem prever apoio algum a projetos de formação continuada de professores com foco na leitura literária, segundo dados da *Avaliação Diagnóstica do PNBE*¹⁶ realizada no ano de 2005 em parceria da SEB do MEC com a Unesco, financiadora formal da pesquisa.

¹⁶ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/livro_mec_final_baixa.pdf

No entanto, a escola A demonstra não cumprir um dos fins do PNBE, a democratização do acesso. Nesse sentido, vale retomar o artigo 2º da Resolução/CD/FNDE nº 7 de 2009, que dispõe sobre o PNBE:

Art 2º Serão distribuídos às escolas acervos compostos por obras de literatura, de referência, de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica, com vista:

- I. democratização do acesso às fontes de informação;
- II. fomento à leitura e à formação dos alunos e professores leitores;
- III. apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor.

(Resolução/CD/FNDE, nº 7, de 20 de março de 2009)

Garantir o acesso às fontes implica em pensar em estratégias que vão além da distribuição dos acervos. Nesses termos, é preciso rever o conceito de acesso buscando uma visão mais ampla e inclusiva. Além disso, promover o fomento à leitura e a formação de professores e alunos, sugere o direito a literatura já anunciado por Cândido (2004), o que na prática, precisa ser garantido por todos os mediadores e envolvidos no processo educativo e de formação de leitores.

Um outro parâmetro a ser comentado é que as bibliotecas das duas escolas se assemelham no quesito *estrutura física*, que apesar de situarem-se em áreas diferentes dentro de suas instituições, atestamos a iluminação, ventilação, preservação, cuidado com os livros e mobiliário, organização, limpeza, em local de pouco barulho, como pontos de aproximação nas escolas pesquisadas. Tais bibliotecas constituem-se em espaços acolhedores para o desenvolvimento de atividades no interior de suas paredes. Observamos também que não há sinalização que indique onde se encontra a biblioteca dentro das escolas para que o aluno seja autônomo em relação às suas necessidades enquanto leitor. Também não há sinalização dentro da biblioteca A, indicando o uso do espaço e o funcionamento dos serviços oferecidos aos usuários, normas de uso, mural de informações, etc.

Desse modo, entendendo que a estrutura física e material é um quadro preocupante na maioria das escolas públicas brasileiras, é nesse contexto que Kimura (2008, p. 20) afirma que a existência e o consequente acesso a condições de infraestrutura são considerados pelos próprios professores das escolas como um aspecto dotado de importância fundamental para o desenvolvimento de seu trabalho, podemos admitir que nas escolas analisadas, não encontramos fatores inquietantes quanto a esse fundamento.

Nessa compreensão, Satyro e Soares (2007, p. 9) nos ensina que não é possível falar de infraestrutura escolar sem falar sobre os insumos, pois:

Insumos escolares são entendidos como infraestrutura de todo tipo: número médio de alunos por turma, número de horas/aula, docentes com formação superior, construção e melhoria das dependências da escola, existência de biblioteca ou sala de leitura e outros aspectos positivos. Infraestrutura é, nesse caso, tudo aquilo que o dinheiro pode comprar.

A deficiência de infraestrutura nas escolas, segundo Satyro e Soares (2007, p. 7) afeta diretamente a qualidade da educação. Prédios e instalações inadequadas, a inexistência de bibliotecas, espaços esportivos e laboratórios, a falta de acesso a livros didáticos, materiais de leitura, a relação inadequada ao tamanho da sala de aula e o número de alunos, são problemas que influenciam diretamente no desempenho dos alunos.

Acerca do quesito *ações e práticas em funcionamento* nas bibliotecas observadas, as escolas A e B diferem em seu cotidiano. Na escola A, a rotina de atividades desenvolvidas a partir da biblioteca são: consulta e empréstimos de livros didáticos para realização de trabalhos individuais ou em grupos dos alunos. Não observamos nenhuma outra atividade acontecendo, nem nos foi relatado informalmente, em paralelo ao dia a dia corriqueiro do espaço de leitura. Em relação ao uso dos computadores na biblioteca, não observamos no período em que estivemos visitando a escola, nenhum tipo de movimentação de usuários para utilização dos mesmos.

Nessa perspectiva, a socialização entendida como necessária para o bom desenvolvimento dos saberes enquanto professor-aluno-leitor que visa preparar indivíduos para uma sociedade em constante mutação durante o processo de ensino-aprendizagem, não conseguimos identificar a participação do público dessa escola no contexto da biblioteca como fonte de experiência para a vivência escolar.

É interessante perceber que o diretor da escola também tem um papel relevante no funcionamento da biblioteca, Lück ao colocar o diretor como líder demonstra a importância desse profissional como “coordenador e orientador principal da vida da escola e todo o seu trabalho educacional” (LÜCK, 2009, p. 23). A utilização dos acervos enviados pelo PNBE e a finalidade dos mesmos para o aperfeiçoamento profissional requer essa orientação e coordenação, utilizando a gestão dos recursos humanos a favor da qualidade.

Na escola B, constatamos um cenário de atividades diversas acontecendo na medida em que os professores dessa instituição, inserem em seus planejamentos didáticos, o roteiro de tarefas e procedimentos que serão utilizados durante o período letivo de seus alunos, tendo o nosso laboratório de aprendizagens – a biblioteca – como participante ativa do crescimento da

escola, mensurado através do acesso diário e mensal dos alunos nesse espaço, além do melhoramento dos níveis de leitura, escrita e autonomia das decisões no dia a dia em sala de aula.

A ausência de computadores na escola precisa ser pontuada, visto que,

[...] as práticas escolares tradicionais não vão poder mais se sustentar na cibercultura. As novas formas de ler, escrever e lidar com o conhecimento integram uma nova ecologia cognitiva: maneiras diferentes de pensar e de aprender. Conheceremos também outras formas de ensinar, de organizar a escola e, é claro, de avaliar (RAMAL, 2000, p. 1)

Os alunos tornam-se descobridores, transformadores, produtores e disseminadores do conhecimento. Em contrapartida, os professores têm então, que redimensionar a metodologia oferecida na escola com atividades que ultrapassem as paredes das salas, dos laboratórios e dos muros das universidades. O mundo globalizado¹⁷ é, também, cada vez mais digital e conectado, portanto a cibercultura¹⁸ acontece como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem atual, articuladas aos objetivos de ensino. A escola e o professor devem se apropriar e permitir a inclusão digital na estrutura formal de ensino, se caracterizando assim, em mais um desafio intrínseco à educação no país.

No processo de produção de conhecimento, mediante as discussões que trazemos nessa pesquisa, a biblioteca e todos os sentidos que advém de seu aproveitamento interdisciplinar consolidado pelo apoio da gestão escolar, repercute na escola B, abre possibilidades significativas, segundo entendemos, para que o trabalho docente seja realizado em benefício do aluno, mas também, em benefício da comunidade que é assistida pela escola, considerando a necessidade de uma participação mais efetiva da família, conforme conversa informal com a diretora do estabelecimento de ensino em questão.

Em razão das *dificuldades* comentadas pelos gestores das escolas pesquisadas, para nos aproximarmos um pouco mais de sua realidade, percebemos que as duas vivências se aproximam. São vários os fatores que requerem atenção das autoridades competentes para que as ações que acabam girando em torno do cumprimento de metas, se efetivem como pré-

¹⁷ O termo deriva da palavra globalização, conforme Estevão (2006) nos lembra de que há uma aceitação da ideia de que globalização diz respeito, fundamentalmente, à “compreensão do mundo ou à intensificação das relações sociais de escala mundial”, como postula Giddens (2002, p. 2), ou ainda, à estruturação concreta do mundo como um todo”.

¹⁸ Cibercultura segundo Pierre Lévy, é produzida no ciberespaço que é um novo meio de comunicação que surge da interconexão de computadores, na qual ela emerge e se transforma. Disponível em: <https://prezi.com/gh6zomv80y-r/definicao-de-cibercultura-segundo-pierre-levy/> Acesso em: agosto 2018.

requisito da atividade político-pedagógica das escolas, resultando em uma educação com qualidade social.

Assim, uma educação com qualidade social é caracterizada por um conjunto de fatores intra e extraescolares que se referem às condições de vida dos alunos e de suas famílias, ao seu contexto social, cultural e econômico e à própria escola – professores, diretores, projeto pedagógico, recursos, instalações, estrutura organizacional, ambiente escolar e relações intersubjetivas no cotidiano escolar. Segundo Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 9),

(...) a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento de variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e muito menos sem tais insumos (...). Desse modo, a qualidade da educação é definida envolvendo recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula (...).

É em consonância com essa perspectiva e no intuito de melhorar a qualidade da educação brasileira que devem se situar as ações, mediadas por efetiva regulamentação do regime de colaboração entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, objetivando, de fato, conforme Dourado (2015), assegurar um padrão de acesso, permanência e gestão na educação básica, pautado por políticas e ações que promovam a educação democrática e de qualidade social para todos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da investigação realizada, pontuamos que, a discussão do PNBE no Brasil ainda é limitada, principalmente no que diz respeito ao PNBE do professor. De forma geral, precisamos ampliar a discussão não só fora dos muros da escola nos debates acadêmicos, mas dentro dos muros da escola, se faz necessário buscar uma aproximação da literatura publicada acerca do tema, como também disponibilizado *online*, da mesma maneira que, através dos materiais enviados para as escolas, em vias de manuais e orientações acerca do montante de livros distribuídos pelo Brasil.

A implementação de uma política de formação de leitores, a distribuição de livros feita pelo MEC e a presença de livros de qualidade nas escolas, não garantem, à luz das ideias lobatianas que “um país se faz de livros e homens”, nem tampouco o efetivo acesso dos alunos e professores, fato comprovado através dessa pesquisa.

A despeito dos objetivos do programa em relação à distribuição dos livros terem sido atingidos, as mudanças na educação brasileira são visíveis. Primeiramente, pelo direito à educação, mudando o perfil da clientela atendida, em segundo lugar, pelo contexto na sociedade do conhecimento¹⁹, com informações e transformações tecnológicas cada vez mais rápidas.

O acervo do PNBE, se mantém guardado, esquecido, na biblioteca de uma das escolas observadas, não obstante a isso, percebemos que o acervo do programa governamental PNBE não consegue proporcionar saltos na formação do leitor nas escolas brasileiras se não houver uma política específica de formação de mediadores, e que se fazem pertinente frente à conjectura que se apresenta.

Sobre o PNBE hoje, podemos mensurar que o MEC através do FNDE estuda a retomada do Programa, que desde 2014 não distribui livros entre as escolas públicas do país, porém, com modificações, devido ao debate acerca da subutilização desses acervos dentro das escolas. A questão que se coloca é que, se os livros estão sendo subutilizados, cabe ao MEC desenvolver ou estimular programas de formação de professores para seu uso e não apenas tentar reintegrar o Programa enviando os acervos diretamente para os alunos, restringindo o uso e o campo de atuação.

¹⁹ Sociedade do conhecimento: conjunto de transformações que estão afetando o planeta, seja na empresa, na universidade, nas relações sociais. De certa maneira, passamos da antiga sociedade agrária, onde o eixo norteador era a agricultura, para uma sociedade industrial onde o eixo passou a ser fábrica, e agora estamos evoluindo para uma sociedade onde a informação e o conhecimento se tornaram os elementos estruturadores mais significativos (DOWBOR, 2001).

Ao se finalizar uma avaliação como essa é indispensável formular novas questões a serem suscitadas pela realidade do campo investigado e reflexões dela resultantes, como, pensar políticas de leituras que sejam efetivadas, não se restrinjam ao espaço escolar, e reconheçam sua importância para a formação do estatuto de leitor? Há uma carência de projetos de formação continuada de professores com foco na leitura literária e nas áreas de conhecimento desenvolvidas em sala de aula e no processo formativo do educador.

As necessidades percebidas durante a pesquisa ressaltam que seria preciso monitoramento em todas as fases do Programa, na distribuição, na divulgação, na circulação e na utilização; a articulação dos programas de distribuição de materiais com os outros programas do Governo Federal; além da integração dos materiais recebidos pelos programas governamentais com os projetos das instituições escolares.

Observa-se que, por mais que o PNBE tenha trazido algum tipo de inovação em termos de acesso a obras literárias pela comunidade escolar, esbarra-se em questões práticas, como falta de bibliotecas, bibliotecas não estruturadas, profissionais não preparados para a dinâmica e concretização dos projetos e de mediadores de leitura, preparados para formação de leitores. A mera distribuição de livros não é capaz de mudar o cenário da leitura no ensino público brasileiro, visto que há questões mais prementes, de base, que perpassam pela não valorização do professor e investimento na sua formação, como o pagamento de salários dignos e condições de trabalho que façam jus ao seu importante papel de educador.

É possível abrir espaço para o acesso à outras vivências e competências, experiências e informações do universo leitor na escola, na sala de aula e na comunidade, tal como uma cultura que promova ações críticas na educação, oferecendo possibilidades de reação reflexiva e interpretativa entre os sujeitos, estimulando o aprendizado de novos saberes, potencializando o indivíduo a enfrentar novos desafios e vencer os limites impostos pela sociedade.

Propõe-se pensar, discutir e reflexionar sobre essas questões, à luz dos dados coletados na pesquisa, promovendo o debate e o intercâmbio com equipes de pesquisadores que abordem problemáticas afins em outros contextos analisados, afinal, ainda temos muito o que discutir na educação e para a educação, enquanto política pública educacional do Brasil.

5 REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil colonial. In: **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: ALB, 2007. p. 213-233.

ANTUNES, W. A. **Bibliotecas escolares**: curso de capacitação do professor regente de biblioteca. Brasília: CORBI, 1993.

AMBROSETTI, Neusa Banhara; RIBEIRO, Maria Teresa de Moura. A escola como espaço de trabalho e formação dos professores. IN: Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, 8, 2005, São José do Rio Preto. **Formação Continuada de Professores**. São José do Rio Preto: UNESP, 2005. p. 38-48.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y Estratégias para la educación**. Washington, DC: Word Bank, 1995.

BARRETO, A. A. A eficiência Técnica e Econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação. **Ciência da Informação**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 1-18, jul. 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

BARRETO, Angela Maria. **Memória de Leituras**: Trajetória de Leitores Idosos do Vale do Paraíba – uma contribuição aos estudos da relação entre informação e produção de sentidos – São Paulo: CBD/ECA/ USP, 2003 (tese de doutorado).

BARRETO, Cintia. Biblioteca escolar: ranços e avanços. **Educação Pública**, 2008. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0190.html>>. Acesso em: 02 maio 2016.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BELO, André. **História & livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BERENBLUM, Andréa. **Por uma política de formação de leitores**. Elaboração Andréa Berenblum, Jane Paiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BERENBLUM, Andréa; PAIVA, Jane. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)**: leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras. Brasília: MEC/SEB, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Em Foco: história, produção e memória do livro didático. Educação e Pesquisa. **Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 471-473, set./dez., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 ago., 2015.

BRANDÃO, Claudia Leite. **PNBE do professor: usos e desusos**. 2016. 208f. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis – MT, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Política de Formação de leitores**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____. Conferência Nacional de Educação (CONAE): **O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação**: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração. Brasília, DF: MEC, 2010.

_____. FNDE. **Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE**. c2012. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao> Acesso em: 15 nov. 2017.

_____. FNDE. **Plano Nacional da Biblioteca na Escola**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. FNDE. **Plano Nacional da Biblioteca na Escola**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/distribuicaosimadnet/filtroDistribuicao>>. Acesso em: 10 ago. 2015

_____. FNDE. **Plano Nacional do Livro Didático**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668id=12391option=com_contentview=article>. Acesso em: 17 ago. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”. In: BRASIL. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília: MEC/SEF, 1993.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC, 1997. v. 2

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Referenciais para a formação de professores**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Por uma política de formação de leitores**. Brasília, 2006.

_____. Tribunal de Contas da União. **Avaliação do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE**. Sumário Executivo, 2002.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)**: leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras. Secretaria de Educação Básica e Coordenação-Geral de Materiais Didáticos. Elaboração: Andréa Berenblum e Jane Paiva. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Acesso em: 24 set. 2017.

BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BECKER, Gary. **Human Capital**. New York: National Bureau of Economic Research, 1964.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982. 361p.

BOURDIEU, P. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983

CAMPOS, M. R. **Escola moderna**: conceitos e práticas. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Francisco Alves, 1936.

CAMPELLO, Bernadete. A biblioteca escolar como espaço de aprendizagem. In: Paiva, Aparecida. MACIEL, Francisca. COSSON, Rildo. **Literatura: ensino fundamental**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antônio. **Vários escritos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004.

CARETTI, Luciana da Silva. **Concepção de relação ser humano-natureza nos livros de literatura infantil para o ensino fundamental do Programa Nacional Biblioteca da Escola 2008**. 2011. 132f. Dissertação (Pós - Graduação em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011.

CARVALHO, Leiliane de Vargas. **PNBE do professor: um instrumento pedagógico para o incremento das aulas de Ciências e Biologia? Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Biológicas)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013.

CASTRILLON, Silvia. **Modelo flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares**. Brasília: FEBAB, 1985.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.

_____. As revoluções da leitura no ocidente. In: **Histórias e histórias da leitura**. Márcia Abreu (org.) - Campinas - São Paulo: Mercado de letras, 2002.

CHARTIER, Anne-Marie. Leitura e saber ou a literatura infantil entre ciência e ficção. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani. **A escolarização da leitura literária: o jogo do infantil e juvenil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CIRINO, Darciane Barros Leão. **Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE: apropriação dos acervos para a formação de leitores no município de Ipameri-Goiás**. 2015. 187f. Dissertação (Pós - Graduação em Educação) – Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. Catalão, 2015.

CONAE. **O Plano Nacional da Educação (PNE) na articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração**. 2014. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/images/doc/DocumentoFina240415.pdf>>. Acesso em: 10 jan., 2016.

COPES, Regina Janiaki. **Políticas públicas de incentivo à leitura: um estudo do Projeto Literatura em Minha Casa**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2007.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. 1ªed. 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

COSTA, Jéssica Fernandes. **O papel da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem**. 2013. 97f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

CRUZ, Alexsandra dos Santos; CARVALHO, Ediane Toscano Galdino de. Bibliotecas públicas escolares do município de João Pessoa: campo de trabalho em expansão. **Biblionline**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 33-48, 2014.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília, DF: INEP, 2007.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.36, n. 131, p. 299-324, abr./jun. 2015.

DOWBOR, L. **Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

DUARTE, Emeide Nóbrega et al. **Bibliotecas escolares no município de João Pessoa-PB: Diagnóstico**. 1997.

EDUCAÇÃO: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 2000.

ESCARPIT, Robert. Hábitos de Leitura In: _____ **A Fome de Ler**. Rio de Janeiro, FGV/INL, 1975, p. 115 – 147.

ESTEVÃO, C. V. **Globalização, metáforas organizacionais e mudanças educacionais – Dilemas e desafios**. Coleção cadernos do CRIAP, Porto – Portugal: Asa Editores II, 2006.

EVANGELISTA, O.; MORAES, M. C.; SHIROMA, E. O. Os arautos da reforma e a consolidação do consenso: anos de 1990. In: **Política Educacional**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

FAZENDA, Ivani C. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Loyola, 1979.

FERNANDES, Célia Regina Delácio; CORDEIRO, Maísa Barbosa da Silva. Os critérios de avaliação e seleção do PNBE: um estudo diacrônico. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, set/dez. 2012.

FERNANDES, Célia Regina Delácio. **Leitura, literatura infanto-juvenil e educação** [livro eletrônico]. Londrina: Eduel, 2013.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus (Editora da Universidade de São Paulo), 1966. p. 614.

FERREIRA, Cleia Simone Ferreira; SANTOS, Everton Neves dos. Políticas públicas educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. **Revista LABOR**, v. 1, n. 11, 2014. Disponível em: <http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume11/9_POLITICAS_PUBLICAS_EDUCACIONAIS.pdf>. Acesso em: 18 jun 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FRISON, Lourdes M. B. e SCHWARTZ, Suzana. **Motivação e aprendizagem: avanços na prática pedagógica**. Porto Alegre: Ciências & Letras, n. 32, p. 117-131, 2002.

FURGHESTTI, Mara Luciane da Silva; GRECO, Maria Teresa Cabral; CARDOSO, Rosinete Costa Fernandes. **Ensino fundamental de nove anos: os impactos das políticas públicas para a alfabetização com letramento**, 2012.

GADOTTI, Moacir. **O pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo, Ática, 1987.

_____. Moacir. **A organização do trabalho na escola**: alguns pressupostos. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Interdisciplinaridade**: atitude e método. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2004.
Disponível em: <www.paulofreire.org>. Acesso em: 23 ago. 2015.

GARCEZ, Eliana Fioravante. O bibliotecário nas escolas: uma necessidade. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.12, n.1, p.27-41, jan./jun., 2007

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Escala, 2009.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRON, Graziela Rossetto. Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com a cidadania. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas. n. 24, jun., 2008.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bories. Conhecer e ser uma biblioteca escolar no ensino-aprendizagem. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 4, n. 4, 1999. p. 64-79.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. 2ª reimp.alt. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2922 p. V 3.0. Disponível em:
<http://clicandodegraca.blogspot.com/2008/02/dicionrio-eletrnico-houaiss-da-lngua.html> Acesso em: agosto de 2018.

IFLA. Directrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares. 2002. Disponível em:
<<http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt.pdf>>. Acesso em: 20 fev 2016.

KAERCHER, Gladis Elise Pereira da Silva. **O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola**. 2006. 225f. Tese (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, 2006.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico**: questões e propostas. São Paulo: Contexto, 2008. p. 07-67.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra. (Org.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. 184p.

LIBÂNEO, José C.; PIMENTA, Selma G. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação & Sociedade**, n.68, dez., 1999.

LAJOLO, Marisa. **Literatura: leitores e leitura**. São Paulo: Moderna, 2001.

LAJOLO, Marisa; Zilberman, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARQUES, Maria José D. V.; ARENA, Adriana P. Buim. PNBE: Um recurso para a formação do professor mediador de leitura. **Revista Profissão Docente**, Uberaba: v. 13, n. 27, p. 71-86, 2013.

MELO, José Wilson Rodrigues de. Currículo e diversidade cultural: aspectos da reflexão para a formação continuada de professores. X COLÓQUIO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES, VI COLÓQUIO LUSO BRASILEIRO DE CURRÍCULO: desafios contemporâneos do campo do currículo. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Caderno de Boas Práticas dos Professores para Ensino do Uso da Biblioteca das Escolas Estaduais de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SEE, 2010.

MORAES, Maria Célia Marcondes. (Org.) “Recuo da Teoria”. In: **Iluminismo às avessas: produção do conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 151-167.

MOREIRA, Marco Antonio. **Teorias da Aprendizagem**. São Paulo, EPU, 1999

NAVARRO, Mari Carmen Diez. Vamos brincar de professor? **Pátio: revista pedagógica**, Porto Alegre. V. 11, n. 43, p. 36-39, out., 2007.

NEVES, L. M. W. Educação: um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, I. (org). **O desmonte da nação: balanço do Governo FHC**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999, p. 133-152.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Goiás: Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93-99.

OLIVEIRA, Anderson dos Santos. **A Política Educacional Brasileira: Uma Análise Crítica do PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação**. 2010. 50f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. **Educ. Soc.**, v. 26, n. 92, p. 753-775, out., 2005.

_____. Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, n. 2, p. 185-384, maio/ago. 2009. Disponível em: www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/19491/11317. Acesso em: 16 fev. 2017.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PARASURAMAN, A. **Marketing research**. 2. Ed. Addison Wesley Publishing Company, 1991.

PEREIRA, Andréa Kluge. **Biblioteca na escola**. Elaboração Andréa Kluge Pereira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação Básica, 2006.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PERROTTI, Edmir. **Confinamento Cultural, Infância e Leitura**. São Paulo, Summus, 1990.

PIMENTEL, Graça. **Biblioteca escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

POLKE, A.M.A. “A biblioteca escolar e o seu papel na formação de hábitos de leitura” In: **Rev. Esc. Bibliotecon**. Belo Horizonte, UFMG, v.2, nº1, mar. 1973.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMAL, A. C. Avaliar na cibercultura. **Revista Pátio**. Porto Alegre: Artmed, 2000. Disponível em: http://idprojetoseducacionais.com.br/doc/avaliar_na_cibercultura.pdf Acesso: maio 2018.

RANGEL, Ergon de Oliveira. **Dicionários em sala de aula/elaboração** Ergon de Oliveira Rangel, Marcos Bagno. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

SATYRO, Natália; SOARES, Sergei. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005**. Brasília: IPEA, 2007.

_____. **O impacto da infraestrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de Ensino Fundamental**. Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação).

SILVA, Ezequiel T. **Leitura e realidade brasileira**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1986.

SILVA, Rovilson José da. Biblioteca escolar: organização e funcionamento. In: SOUSA, Renata Junqueira de. (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009a.

SILVA, Sayonara Fernandes da. **O Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE: da gestão ao leitor na educação infantil de Nata/RN**. 2015. 285f. Dissertação (Pós - Graduação em Educação) – Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 2015.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOARES, Magda. Ler, verbo transitivo. In: PAIVA, Aparecida. [et al] (org.). **Leituras literárias: discursos transitivos**. Belo Horizonte: CEALE; Autêntica, 2008a.

_____. Leitura e Democracia cultural. In: PAIVA, Aparecida. [et al] (org.). **Democratizando a leitura: pesquisas e práticas**. Belo Horizonte: CEALE; Autêntica, 2008b.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. **Alfabetização e letramento**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2012. 123p.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. (Org.) **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 165.

SHIROMA, Eneida O.; CAMPOS, Roselaine F. “Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação”. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XVIII, n. 61, p. 13-35, dez/1997.

SHIROMA, Eneida O.; EVANGELISTA, Olinda. “Um fantasma ronda o professor: a mística da competência”. In: MORAES, Maria Célia Marcondes. (Org.) **Iluminismo às avessas: produção do conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 81-98.

THIOLLENT, Michel Jean-Marie. Aspectos qualitativos da metodologia de pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução. **Cadernos de Pesquisa**, n. 49, p. 45-50, 1984.

UNESCO. *Manifesto da Biblioteca escolar da IFLA/UNESCO*. 1999. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2018.

VIDAL, Diana Gonçalves. Práticas de leitura nas escolas brasileiras dos anos 1920 e 1930. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.) *Modos de ler/Formas de escrever: estudos de história da leitura e de escrita no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 117-142.

VILLA, Fernando Gill. **Crise do professorado: uma análise crítica**. Campinas: Papirus Ed., 1998.

XAVIER, Marisa. **O Programa Nacional Biblioteca da Escola e o seu impacto na sala de aula: a circulação e o acesso do livro de literatura no interior de uma escola municipal de ensino fundamental**. 2010. 148f. Dissertação (Pós - Graduação em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP. Marília/SP, 2010.

ZILBERMAN, Regina (org.). **Leitura em crise na escola: as alternativas do professor**. Porto Alegre: Mercado das letras, 1988a.

ZILBERMAN, Regina. **A Leitura e o ensino da literatura**. São Paulo: Contexto, 1988b.

_____. **A Literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 1994.

_____. **Leitura literária e outras leituras**. Belo Horizonte: CEALE; Autêntica, 1999.

_____. O Leitor nas Políticas de Leitura e Formação do Brasil. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, v.56, jan./ dez., 1998. p.53-6.

DOCUMENTAL – PORTAIS DA INTERNET

Banco de teses da CAPES. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: 18 ago. 2015

Site da Revista Espaço do Currículo. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec>

Site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em: <http://www.anped.org.br/>

Link da página da 32ª Reunião da ANPED. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/>

Link da página da 36ª Reunião da ANPED. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/>

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>

<http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/index.php>

LUME Repositório Digital. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/96799>

Site da Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/#!/pesquisa/grupos-de-pesquisa/participacao-democracia-e-politicas-publicas/encontros-internacionais/>

Portal do Fundo de Desenvolvimento da Educação. Disponível em:
https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000007&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC

Site da *The International Federation of Library Associations and Institutions* . Disponível em:
<https://www.ifla.org/>

Site da *The American Association of School Librarians*. Disponível em: <http://www.ala.org/aasl/>

Portal do Tribunal de Contas da União. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/inicio/>

FNDE**FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**

Nome da Entidade:			
Endereço:			
Cod. Município:	250/50	Complemento:	JOAO PESSOA
CEP:	58050690	Município:	UF:
Sequencial Entidade:	000000099274	Tipo Localização:	URBANA
Ano:	2013	Origem Dados:	CENSO EFETIVADO
Programa:	PNBE	DDO:	83
		Indígena:	
		Bairro:	CASTELO BRANCO III
		Cdd. Escola:	PB
		Estera:	25094190
		Telefone:	ESTADUAL
		Entidade Vinculada:	32444354

CONSULTA DISTRIBUIÇÃO			
SÉRIE/ANO	OBJETO	CRITÉRIO	QTDE OBJETO ADQUIRIDO
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 24	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 25	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 26	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 27	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 28	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 29	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 30	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 31	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 32	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 33	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 34	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 35	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LINGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 87	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LINGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 88	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LINGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 89	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LINGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 90	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LINGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 91	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2

Data/Hora de Impressão: 21/08/2016 20:47:33

Página 1 de 4

6 ANEXOS

ANEXO 1. LISTA DE TÍTULOS ENVIADOS PELO PNBE À ESCOLA A (ANO 2013).

CONSULTA DISTRIBUIÇÃO

SÉRIE/ANO	OBJETO	CRITÉRIO	QTD OBJETO ADQUIRIDO
XX	32303L0000 - LÍNGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 92	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LÍNGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 93	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LÍNGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 94	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LÍNGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 95	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LÍNGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 96	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LÍNGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 97	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LÍNGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 98	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 73	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 74	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 75	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 76	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 77	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 78	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 79	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 80	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 81	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 82	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 78	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 79	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 80	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 81	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 82	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 83	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 84	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2

CONSULTA DISTRIBUIÇÃO			
SÉRIE/ANO	OBJETO	CRITÉRIO	QTD DE OBJETO ADQUIRIDO
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 85	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 86	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 87	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 88	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 89	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32328L0000 - PATIO ENSINO MEDIO, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO - EDIÇÃO 16	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32328L0000 - PATIO ENSINO MEDIO, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO - EDIÇÃO 17	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32328L0000 - PATIO ENSINO MEDIO, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO - EDIÇÃO 18	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32328L0000 - PATIO ENSINO MEDIO, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO - EDIÇÃO 19	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 88	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 89	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 90	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 91	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 92	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 93	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 94	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 95	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 96	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 97	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 98	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 99	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32329L0000 - PRESENÇA PEDAGÓGICA - EDIÇÃO 109	PERIODICOS - CATEGORIA 03 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32329L0000 - PRESENÇA PEDAGÓGICA - EDIÇÃO 110	PERIODICOS - CATEGORIA 03 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32329L0000 - PRESENÇA PEDAGÓGICA - EDIÇÃO 111	PERIODICOS - CATEGORIA 03 - ESCOLAS URBANAS	1

CONSULTA DISTRIBUIÇÃO

SÉRIE/ANO	OBJETO	CRITÉRIO	QTDE OBJETO ADQUIRIDO
XX	32328L0000 - PRESEÇA PEDAGÓGICA - EDIÇÃO 112	PERIODICOS - CATEGORIA 03 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32328L0000 - PRESEÇA PEDAGÓGICA - EDIÇÃO 113	PERIODICOS - CATEGORIA 03 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32328L0000 - PRESEÇA PEDAGÓGICA - EDIÇÃO 114	PERIODICOS - CATEGORIA 03 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	PNBE DO PROFESSOR EJA ME	PNBE DO PROFESSOR EJA ME (escolas)	2
XX	PNBE DO PROFESSOR ENSINO MÉDIO	PNBE DO PROFESSOR ENSINO MÉDIO (escolas)	4
XX	ACERVO 1 - EM1 CAIXA 01	PNBE 2013 - ESCOLAS	1
XX	ACERVO 1 - EM1 CAIXA 02	PNBE 2013 - ESCOLAS	1
XX	ACERVO 2 - EM2 CAIXA 01	PNBE 2013 - ESCOLAS	1
XX	ACERVO 2 - EM2 CAIXA 02	PNBE 2013 - ESCOLAS	1

Total Qtde De Objetos: 140

FNDE**FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**

Nome da Entidade:		Complemento:		Bairro:	BANCARIOS
Endereço:		Município:	JOAO PESSOA	UF:	PB
Cod. Município:	250750	Tipo Localização:	URBANA	Cód. Escola:	25114867
CEP:	58051105	Origem Dados:	CENSO EFETIVADO	Estera:	MUNICIPAL
Sequencial Entidade:	000000550264	DDD:	83	Telefone:	32189362
Ano:	2013	Indígena:		Entidade Vinculada:	
Programa:	PNBE				

CONSULTA DISTRIBUIÇÃO

SÉRIE/ANO	OBJETO	CRITÉRIO	QTDE OBJETO ADQUIRIDO
XX	32306L0000 - CARTA FUNDAMENTAL - EDIÇÃO 45	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32306L0000 - CARTA FUNDAMENTAL - EDIÇÃO 46	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32306L0000 - CARTA FUNDAMENTAL - EDIÇÃO 47	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32306L0000 - CARTA FUNDAMENTAL - EDIÇÃO 48	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32306L0000 - CARTA FUNDAMENTAL - EDIÇÃO 49	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32306L0000 - CARTA FUNDAMENTAL - EDIÇÃO 50	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32306L0000 - CARTA FUNDAMENTAL - EDIÇÃO 51	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32306L0000 - CARTA FUNDAMENTAL - EDIÇÃO 52	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32306L0000 - CARTA FUNDAMENTAL - EDIÇÃO 53	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32306L0000 - CARTA FUNDAMENTAL - EDIÇÃO 54	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32323L0000 - NOVA ESCOLA - EDIÇÃO 259	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32323L0000 - NOVA ESCOLA - EDIÇÃO 260	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32323L0000 - NOVA ESCOLA - EDIÇÃO 261	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32323L0000 - NOVA ESCOLA - EDIÇÃO 262	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32323L0000 - NOVA ESCOLA - EDIÇÃO 263	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32323L0000 - NOVA ESCOLA - EDIÇÃO 264	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32323L0000 - NOVA ESCOLA - EDIÇÃO 265	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1

Data/Hora de Impressão: 21/08/2018 20:40:14

Página 1 de 5

ANEXO 2. LISTA DE TÍTULOS ENVIADOS PELO PNBE À ESCOLA B (ANO 2013).

CONSULTA DISTRIBUIÇÃO

SÉRIE/ANO	OBJETO	CRITÉRIO	QTDE OBJETO ADQUIRIDO
XX	32323L0000 - NOVA ESCOLA - EDIÇÃO 266	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32323L0000 - NOVA ESCOLA - EDIÇÃO 267	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32323L0000 - NOVA ESCOLA - EDIÇÃO 268	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32326L0000 - PATIO EDUCACAO INFANTIL - EDIÇÃO 34	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32326L0000 - PATIO EDUCACAO INFANTIL - EDIÇÃO 35	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32326L0000 - PATIO EDUCACAO INFANTIL - EDIÇÃO 36	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32326L0000 - PATIO EDUCACAO INFANTIL - EDIÇÃO 37	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32336L0000 - REVISTA CIÊNCIA HOJE DAS CRIANÇAS - EDIÇÃO 242	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32336L0000 - REVISTA CIÊNCIA HOJE DAS CRIANÇAS - EDIÇÃO 243	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32336L0000 - REVISTA CIÊNCIA HOJE DAS CRIANÇAS - EDIÇÃO 244	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32336L0000 - REVISTA CIÊNCIA HOJE DAS CRIANÇAS - EDIÇÃO 245	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32336L0000 - REVISTA CIÊNCIA HOJE DAS CRIANÇAS - EDIÇÃO 246	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32336L0000 - REVISTA CIÊNCIA HOJE DAS CRIANÇAS - EDIÇÃO 247	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32336L0000 - REVISTA CIÊNCIA HOJE DAS CRIANÇAS - EDIÇÃO 248	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32336L0000 - REVISTA CIÊNCIA HOJE DAS CRIANÇAS - EDIÇÃO 249	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32336L0000 - REVISTA CIÊNCIA HOJE DAS CRIANÇAS - EDIÇÃO 250	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32336L0000 - REVISTA CIÊNCIA HOJE DAS CRIANÇAS - EDIÇÃO 251	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32336L0000 - REVISTA CIÊNCIA HOJE DAS CRIANÇAS - EDIÇÃO 252	PERIODICOS - CATEGORIA 01 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 24	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 25	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 26	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 27	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 28	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 29	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2

CONSULTA DISTRIBUIÇÃO

SÉRIE/ANO	OBJETO	CRITÉRIO	QTDE OBJETO ADQUIRIDO
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 30	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 31	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 32	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 33	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 34	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32302L0000 - CÁLCULO MATEMÁTICA PARA TODOS - EDIÇÃO 35	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LÍNGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 87	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LÍNGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 88	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LÍNGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 89	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LÍNGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 90	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LÍNGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 91	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LÍNGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 92	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LÍNGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 93	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LÍNGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 94	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LÍNGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 95	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LÍNGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 96	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LÍNGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 97	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32303L0000 - LÍNGUA PORTUGUESA - EDIÇÃO 98	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 73	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 74	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 75	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 76	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 77	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 78	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2

CONSULTA DISTRIBUIÇÃO

SÉRIE/ANO	OBJETO	CRITÉRIO	QTD OBJETO ADQUIRIDO
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 79	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 80	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 81	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32307L0000 - CARTA NA ESCOLA - EDIÇÃO 82	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 78	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 79	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 80	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 81	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 82	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 83	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 84	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 85	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 86	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 87	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 88	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32314L0000 - FILOSOFIA CIENCIA E VIDA - EDIÇÃO 89	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32328L0000 - PATIO ENSINO MEDIO. PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO - EDIÇÃO 16	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32328L0000 - PATIO ENSINO MEDIO. PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO - EDIÇÃO 17	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32328L0000 - PATIO ENSINO MEDIO. PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO - EDIÇÃO 18	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32328L0000 - PATIO ENSINO MEDIO. PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO - EDIÇÃO 19	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 88	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 89	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 90	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 91	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2

Data/Hora de Impressão: 21/08/2018 20:40:14

CONSULTA DISTRIBUIÇÃO			
SÉRIE/ANO	OBJETO	CRITÉRIO	QTDE OBJETO ADQUIRIDO
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 92	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 93	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 94	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 95	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 96	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 97	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 98	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32337L0000 - REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL - EDIÇÃO 99	PERIODICOS - CATEGORIA 02 - ESCOLAS URBANAS	2
XX	32329L0000 - PRESENÇA PEDAGÓGICA - EDIÇÃO 109	PERIODICOS - CATEGORIA 03 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32329L0000 - PRESENÇA PEDAGÓGICA - EDIÇÃO 110	PERIODICOS - CATEGORIA 03 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32329L0000 - PRESENÇA PEDAGÓGICA - EDIÇÃO 111	PERIODICOS - CATEGORIA 03 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32329L0000 - PRESENÇA PEDAGÓGICA - EDIÇÃO 112	PERIODICOS - CATEGORIA 03 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32329L0000 - PRESENÇA PEDAGÓGICA - EDIÇÃO 113	PERIODICOS - CATEGORIA 03 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	32329L0000 - PRESENÇA PEDAGÓGICA - EDIÇÃO 114	PERIODICOS - CATEGORIA 03 - ESCOLAS URBANAS	1
XX	PNBE DO PROFESSOR E.F - ANOS FINAIS	PNBE DO PROFESSOR E.F - ANOS FINAIS (escolas)	2
XX	PNBE DO PROFESSOR E.F - ANOS INICIAIS	PNBE DO PROFESSOR E.F - ANOS INICIAIS (escolas)	2
XX	ACERVO 1 - FF1 CAIXA 01	PNBE 2013 - ESCOLAS	1
XX	ACERVO 1 - FF1 CAIXA 02	PNBE 2013 - ESCOLAS	1
XX	ACERVO 2 - FF2 CAIXA 01	PNBE 2013 - ESCOLAS	1
XX	ACERVO 2 - FF2 CAIXA 02	PNBE 2013 - ESCOLAS	1

Total Qtde De Objetos: 173

ANEXO 3. LISTA DE TÍTULOS POR SEGMENTO E VALORES DE AQUISIÇÃO DO PNBE DISTRIBUÍDOS PELO PROGRAMA À NÍVEL BRASIL (ANO 2013).

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FUNDE PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA - PNBE PNBE do Professor 2013 - Valores de Aquisição

Segmento de Ensino	Editora	Título	Quantidade Unidade	Valor Unidade	Valor Total	Quantidade Unidade	Valor Unidade	Valor Total	Valor de Contrato
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio	EDITORIA MATEMÁTICA LTDA	A FÍSICA NA FÍSICA	19.406	7,26	141.316,26	169	17,76	3.001,44	146.317,72
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio	EDITORIA NOVA FRONTIERA PARTICIPAÇÕES SA	VERBES O ENSINO DA ANÁLISE SINÉTICA, HISTÓRIA E RECONHECIMENTO	19.406	4,57	88.689,42	369	3,726	3.001,44	91.690,86
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio	FUNDACÃO EDITORA DA UNESP	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, FENOMENOLÓGICA, CONCEPÇÕES, PROBLEMATIZANDO NOVA INTER-PROVAÇÃO	19.406	8,75	169.998,46	169	17,76	3.001,44	172.999,90
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio	IML LINGUA LTDA	A LINGUA DE AÇÃO COMO TEMA PARA O ENSINO DAS CÊNTICAS INFINITAS E DA MATEMÁTICA	19.406	8,90	172.133,40	169	17,76	3.001,44	175.134,84
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio	TELOS EDITORA LTDA - EPP	EDUCAÇÃO ESTÉTICA NA SALA DE AULA: DE ENCONTRO E APRENDIZAGEM COM JOVENS E ADULTOS	19.406	5,94	115.272,64	169	17,76	3.001,44	118.274,08
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental	AUTENTICA EDITORA LTDA	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA DE JOVENS E ADULTOS: CONCEPÇÕES, PROBLEMATIZANDO NOVA INTER-PROVAÇÃO	43.797	3,89	170.370,33	167	21,37	3.141,39	173.511,72
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental	EDITORIA CIVIL LTDA	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	43.797	6,75	295.529,75	167	21,37	3.141,39	298.671,14
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental	EDITORIA MATEMÁTICA LTDA	MATEMÁTICA E SUAS APPLICAÇÕES	43.797	5,48	239.576,36	167	21,37	3.141,39	242.717,75
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental	EDITORIA MODERNA LTDA	ENSINO DE HISTÓRIA, LÍNGUA, CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	43.797	3,58	156.793,26	167	19,86	2.913,54	159.706,80
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental	EDITORIA VOGES EDITORA	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: TEMA, FÍSICA E MATEMÁTICA	43.797	5,80	253.134,10	167	21,37	3.141,39	256.275,49
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental	FUNDACÃO EDITORA DA UNESP	O OLVIDO PRESENTE	43.797	10,70	468.627,90	167	21,37	3.141,39	471.769,29
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental	GRUPO A EDUCAÇÃO SA	ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: LÍNGUA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	43.797	4,95	216.795,15	167	21,37	3.141,39	219.936,54
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental	LIBER LINGUA EDITORA LTDA	MATEMÁTICA E PRODUÇÃO DE TEXTOS: CONCEPÇÕES, PROBLEMATIZANDO NOVA INTER-PROVAÇÃO	43.797	3,85	172.896,15	167	19,86	2.913,54	175.809,69
Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental	SINGULAR EDITORA E GRÁFICA LTDA	MATEMÁTICA E SUAS APPLICAÇÕES	43.797	7,36	322.212,86	167	21,37	3.141,39	325.354,25
Ensino Médio	AUTENTICA EDITORA LTDA	ESTATÍSTICA FÍSICA PARA O ENSINO MÉDIO	62.177	6,28	390.471,56	1.102	6,15	6.777,30	397.248,86
Ensino Médio	AUTENTICA EDITORA LTDA	CONHECIMENTO E IMAGINAÇÃO: SOCIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO	62.177	8,77	545.292,29	1.102	6,15	6.777,30	552.069,59
Ensino Médio	AVANÇADA EDOES E TECNOLOGIA LTDA	CAPÍTULOS DE HISTÓRIA, O TRABALHO COM FONTES	62.177	7,02	436.482,54	1.102	6,15	6.777,30	443.259,84
Ensino Médio	MYKANA EDOES E TECNOLOGIA LTDA	GEOGRAFIA EM AÇÃO: PRÁTICAS EM CLASSE	62.177	5,58	346.997,66	1.102	6,15	6.777,30	353.774,96
Ensino Médio	BANKIN CAMINO E GUARIZUÍ EDITORA LTDA	ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO ENSINO MÉDIO: TEORIA E PRÁTICA	62.177	11,00	683.912,11	1.102	6,15	6.777,30	690.689,41
Ensino Médio	BASE EDITORIAL LTDA	A SOCIOLOGIA EM SALA DE AULA: DIÁLOGOS SOBRE O ENSINO E SUAS PRÁTICAS	62.177	5,79	360.004,83	1.102	6,15	6.777,30	366.782,13
Ensino Médio	CHANCE LARVING EDOES LTDA	ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA - COLEÇÃO IDEIAS EM AÇÃO	62.177	6,86	426.534,22	1.102	6,15	6.777,30	433.311,52
Ensino Médio	CONTEZ EDITORA E LINGUAGEM LTDA	ALDO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA DE ENCONTRO E APRENDIZAGEM	62.177	5,48	340.729,56	1.102	6,15	6.777,30	347.506,86
Ensino Médio	EDUCOS SA LTDA	PORTUGUÊS LINGUAGEM, CONTEÚDOS E TECNOLOGIAS: A LÍNGUA NO ENSINO MÉDIO	62.177	9,10	565.810,70	1.102	6,15	6.777,30	572.588,00
Ensino Médio	EDUCOS SA LTDA	ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO ENSINO MÉDIO: TEORIA E PRÁTICA	62.177	7,71	479.384,67	1.102	6,15	6.777,30	486.161,97
Ensino Médio	EDITORIA AUTORES ASSOCIADOS LTDA	FÍSICA EM SALA DE AULA	62.177	7,38	458.866,26	1.102	6,15	6.777,30	465.643,56
Ensino Médio	EDITORIA DIMENSO LTDA	FORÇA + FELDIO + FÍSICA 7 A BIODINÂMICA E SUO ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	62.177	6,02	374.305,54	1.102	6,15	6.777,30	381.082,84
Ensino Médio	EDITORIA FTD SA	ENCICLOPÉDIA COM ARTE E CULTURA	62.177	17,15	1.066.395,55	1.102	6,15	6.777,30	1.073.172,85
Ensino Médio	EDITORIA MATEMÁTICA DISTRIBUIDORA E LINGUAGEM LTDA	PRODUÇÃO AMBIENTAL: DA TEORIA À PRÁTICA	62.177	5,42	336.993,34	1.102	6,15	6.777,30	343.770,64
Ensino Médio	EDITORIA MODERNA LTDA	PROPOSTA DE TRABALHO E ENSINO DE FÍSICA: ESPECIALIDADE DAS MATEMÁTICAS, FÍSICA, QUÍMICA, HISTÓRIAS E TRANSVERSALIDADE	62.177	8,69	538.587,53	1.102	6,15	6.777,30	545.364,83
Ensino Médio	EDITORIA MODERNA LTDA	UMA ARCADEIA INTERDISCIPLINAR: BOTÂNICA NO ENSINO MÉDIO	62.177	5,85	363.735,45	1.102	6,15	6.777,30	370.512,75
Ensino Médio	EDITORIA MODERNA LTDA	UMA OLHADA OBJETIVA PARA PRODUÇÃO DE TEXTOS: ANÁLISE, ANÁLISE, COMENTÁRIOS	62.177	6,07	377.414,39	1.102	6,15	6.777,30	384.191,69
Ensino Médio	GRUPO A EDUCAÇÃO SA	CONTEÚDOS DO MATEMÁTICA: DO MATEMÁTICA DE 1.º ANO - ENSINO MÉDIO	62.177	4,75	294.097,21	1.102	6,15	6.777,30	300.874,51
Ensino Médio	HEBRA EDITORA LTDA	QUÍMICA E AGRICULTURA: FONTES VARIÁVEIS PARA A SALA DE AULA	62.177	14,31	889.752,87	1.102	6,15	6.777,30	896.530,17
Ensino Médio	IBER INSTITUTO BRASILEIRO DE EDOES PEDAGÓGICAS LTDA	QUÍMICA E AGRICULTURA: FONTES VARIÁVEIS PARA A SALA DE AULA	62.177	5,40	335.755,80	1.102	6,15	6.777,30	342.533,10
Ensino Médio	MAZZA EDOES LTDA	MATEMÁTICA E SUAS APPLICAÇÕES - VOL. 2	62.177	6,18	384.233,86	1.102	6,15	6.777,30	391.011,16
Ensino Médio	MAZZA EDOES LTDA	MATEMÁTICA E SUAS APPLICAÇÕES - VOL. 1	62.177	5,95	369.953,15	1.102	6,15	6.777,30	376.730,45

Infante Médio	PHI LAMOS LTDA	LEITURA LITERÁRIA E OUTRAS LETURAS - IMPRESSAS E ALTERNATIVAS NO TRABALHO DO PROFESSOR	62.177	7,52	467.571,04	1.100	6,19	6.777,30	471.308,2
Infante Médio	PHI LAMOS LTDA	AÇÃO E REAÇÃO - IDEIAS PARA ALUNAS ESPECIAIS DE QUÍMICA	62.177	10,12	639.211,24	1.100	6,19	6.777,30	638.006,2
Infante Médio	PHI LAMOS LTDA	EDUCAR É UMA SOCIEDADE. CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO CIDADÃO	62.177	6,16	389.010,32	1.100	6,19	6.777,30	389.787,2
Infante Médio	SAVANNA E INCLUÍDO S/A	Filosofia: ensinar e aprender	62.177	9,80	609.314,60	1.100	6,19	6.777,30	616.111,4
Infante Médio	SAVANNA S.A. LEMBRANÇAS EDITORAIS	ANALISE LINGÜÍSTICA NOS GÊNEROS TEXTUAIS	62.177	5,25	326.429,16	1.100	6,19	6.777,30	333.206,4
Infante Médio	SISTEMAS DE ENSINO ABRIEL EDUCAÇÃO SA	O TEXTO NA SALA DE AULA	62.177	3,95	245.599,15	1.100	6,19	6.777,30	252.376,2
Infante Médio	TELUS EDITORA LTDA - EPP	EXPORTE PARA A VIDA: NO RITMO MÚNDO	62.177	5,85	383.135,45	1.100	6,19	6.777,30	379.512,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	AUTENTICA EDITORA LTDA	A MATEMÁTICA NA ESCOLA - REFLEXÕES, CONSTATANTES E IDEIAS DE ATIVIDADES	102.955	5,47	\$61.161,95	631	7,52	4.745,12	\$67.903,8
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	BASES EDITORIAL LTDA	VIAGRANDO A HISTÓRIA: METODOLOGIA DE ENSINO DA HISTÓRIA	102.955	5,67	\$63.154,05	631	7,52	4.745,12	\$69.899,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	CANOE EDITORAÇÃO LTDA	POUQUINHO ENSINO DE GRAMÁTICA: DIVERSIFICAÇÃO DE SUJEITOS DE ATIVIDADES	102.955	6,12	\$68.084,60	631	7,52	4.745,12	\$74.829,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	CONTEZ EDITORA E LITERÁRIA LTDA	GÊNEROS JORNALÍSTICOS: NOTÍCIAS E CARTAS DE LEITOR NO ENSINO FUNDAMENTAL	102.955	4,89	\$53.449,95	631	7,52	4.745,12	\$58.199,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	CONTEZ EDITORA E LITERÁRIA LTDA	O CORREIO NO CONTEXTO ESCOLAR	102.955	5,19	\$54.318,45	631	7,52	4.745,12	\$59.067,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	A SOCIEDADE EM CÊMBRA: MÚLTIPLOS CONSTRUINDO UMA CIDADANIA PARA A VIDA	102.955	6,74	\$69.826,70	631	7,52	4.745,12	\$75.571,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	LEITURA E AUTORIA: FUNDAMENTADO EM LINGUAGEM PORTUGUESA E LITERÁRIA	102.955	12,76	1.313.705,80	631	7,52	4.745,12	1.318.450,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	A GEOGRAFIA EM PROJETOS CURRICULARES: LER O LUGAR E COMPREENDER O MUNDO	102.955	8,74	\$89.826,70	631	7,52	4.745,12	\$94.571,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	A DOCÊNCIA EM HISTÓRIA: REFLEXÕES E PROPOSTAS PARA AÇÕES	102.955	10,61	1.091.352,55	631	7,52	4.745,12	1.096.097,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	MAZETTES NA EDUCAÇÃO FÍSICA: NA ESCOLA E NA ACADEMIA, INSPIRAÇÃO, PARTICIPAÇÃO	102.955	11,41	1.277.671,55	631	7,52	4.745,12	1.282.416,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	ARTES VISUAIS, DANÇA, MÚSICA E TEATRO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E COORDENAÇÃO DOCENTES	102.955	10,61	1.091.352,55	631	7,52	4.745,12	1.096.097,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: NO RITMO DE HISTÓRIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: CONTEÚTOS E PRÁTICAS	102.955	6,98	718.625,80	631	7,52	4.745,12	723.370,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	O JORNAL NA AULA DE ESPANHOL: TEXTO NOTÍCIAS, ENTREVISTAS E ARTIGOS DE OPINÃO	102.955	6,40	658.912,00	631	7,52	4.745,12	663.657,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	A LINGUAGEM SUPLEMENTAR DE MATEMÁTICA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	102.955	5,82	\$59.198,10	631	7,52	4.745,12	\$63.943,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	INTERAGIR COM TROCENSO: NO RITMO DE INTELIGÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	102.955	8,14	\$84.053,70	631	7,52	4.745,12	\$88.798,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	CÊNCIAS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: PRODUÇÃO DE ATIVIDADES EM UMA PERSPECTIVA SOCIO-HISTÓRICA	102.955	4,87	\$50.139,05	631	7,52	4.745,12	\$54.884,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	ARTE NA ESCOLA: COMO ESTIMULAR UM OLHAR CRÍTICO E INVESTIGATIVO NOS ALUNOS DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	102.955	4,94	\$50.597,70	631	7,52	4.745,12	\$55.342,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	GEOGRAFIA	102.955	6,63	\$68.594,65	631	7,52	4.745,12	\$73.336,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	HISTÓRIA	102.955	5,10	\$51.070,50	631	7,52	4.745,12	\$55.815,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	GÊNEROS NO DISCURSO NA ESCOLA: RESCUTINDO PRINCÍPIOS E PRÁTICAS	102.955	9,40	\$97.777,60	631	7,52	4.745,12	\$102.522,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	A EDUCAÇÃO FÍSICA E O ESPORTE NA ESCOLA: CONTEXTO, SABERES E FORMAÇÃO	102.955	5,24	\$53.948,10	631	7,52	4.745,12	\$58.693,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	CONSTRUINDO CONTEÚTOS: CONTRIBUIÇÕES PARA A SISTEMATIZAÇÃO DO CONTEÚDO CONCEITUAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	102.955	7,85	\$77.830,75	631	7,52	4.745,12	\$82.575,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS COM A LITERATURA E A GEOGRAFIA	102.955	5,99	\$65.700,45	631	7,52	4.745,12	\$70.645,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	CULTURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS EM SALA DE AULA	102.955	4,21	\$43.440,25	631	7,52	4.745,12	\$48.185,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	ATIVIDADES LÚDICAS PARA A AULA DE LINGUAGEM ESPANHOL: CONSTATANTES, TENDÊNCIAS E PRODUÇÃO QUANTITATIVA	102.955	3,04	\$31.283,20	631	7,52	4.745,12	\$36.028,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	MATEMÁTICA PARA A AULA	102.955	6,55	\$68.050,25	631	7,52	4.745,12	\$72.795,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	OFICINA DE GRAMÁTICA: METALINGUAGEM PARA PRINCIPANTES	102.955	4,68	\$48.279,40	631	7,52	4.745,12	\$53.024,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	MÉDIO AMBIENTE EM CENA	102.955	8,22	\$86.290,10	631	7,52	4.745,12	\$91.035,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	INICIAÇÃO AO ESTUDO DIÁLOGO DA GEOGRAFIA: DAS CONSTITUIÇÕES AS DEMONSTRAÇÕES	102.955	5,63	\$57.656,65	631	7,52	4.745,12	\$62.401,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	ENSINO E CONSTRUÇÃO NA PRODUÇÃO DE TEXTOS ESCOLARES	102.955	6,13	\$61.074,15	631	7,52	4.745,12	\$66.819,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	LER E ESCREVER NA EDUCAÇÃO INFANTIL - DESCOBRINDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	102.955	4,67	\$47.943,12	631	7,52	4.745,12	\$52.688,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	PRÁTICAS DE LINGUAGEM ORAL E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	102.955	4,41	\$47.020,66	631	7,52	4.745,12	\$51.765,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	CIDADANIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL - DIÁLOGO COM OS DEBATES ELEMENTOS DA PROPOSTA PEDAGÓGICA	102.955	11,45	\$120.867,70	631	7,52	4.745,12	\$125.612,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	BRINCANDO DE PENSAR COM CRIANÇAS DE 3 A 4 ANOS	102.955	10,32	\$100.380,32	631	7,52	4.745,12	\$105.125,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	O TRABALHO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	102.955	12,22	\$130.980,72	631	7,52	4.745,12	\$135.725,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	JOGO E A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA: MUITO PRAZER EM APRENDER	102.955	3,88	\$41.708,88	631	7,52	4.745,12	\$46.453,2
Infante Final do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	EDUEBRA GRÁFICA LTDA	INTERAÇÕES COM OLHOS DE LER	102.955	5,86	\$63.878,36	631	7,52	4.745,12	\$68.623,2

Educação Infantil Crie e Brinche	EDUORA EDITORA BRUCHER LTDA	INTERAÇÕES QUE ESTÁ A ARTE NA INFÂNCIA?	306.530	7,38	R\$5.544,18	1,340	5,38	7.310,48	832.870,66
Educação Infantil Crie e Brinche	EDUORA EDITORA BRUCHER LTDA	INTERAÇÕES SEM PROFESSOR DE ARTES: CULINÁ, EMOÇÃO E MÚSICA, UMA LINHA LÉZIO	106.830	7,14	R\$1.309,44	1,340	5,38	7.326,48	738.636,12
Educação Infantil Crie e Brinche	EDUORA EDITORA DISTRIBUIDORA LUMIANA LTDA	ATUALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR RENOVADO E INTERESSANTE SOBRE A CRIANÇA	306.636	4,33	R\$4.088,93	1,340	5,38	7.410,48	488.270,00
Educação Infantil Crie e Brinche	EDUORA EDITORA DISTRIBUIDORA LUMIANA LTDA	MÚSICA EM BALALO	306.636	5,06	R\$9.677,56	1,340	5,38	7.316,48	544.854,74
Educação Infantil Crie e Brinche	EDUORA EDITORA DISTRIBUIDORA LUMIANA LTDA	O BRINQUEDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OBSERVAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E INCUBIDÃO	306.636	8,41	R\$10.694,46	1,340	5,38	7.316,48	584.173,16
Educação Infantil Crie e Brinche	EDUORA EDITORA DISTRIBUIDORA LUMIANA LTDA	MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PROPOSTAS PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA	306.636	8,60	R\$10.894,40	1,340	5,38	7.316,48	604.310,08
Educação Infantil Crie e Brinche	GRUPO A EDUCAÇÃO SA	A CASA IMAGINÁRIA: LITERATURA E LITERATURAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA	306.636	4,06	R\$4.910,56	1,340	5,38	7.316,48	440.238,20
Educação Infantil Crie e Brinche	GRUPO A EDUCAÇÃO SA	PROJETOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	306.636	4,04	R\$4.748,44	1,340	5,38	7.316,48	302.071,12
Educação Infantil Crie e Brinche	GRUPO A EDUCAÇÃO SA	EDUCAÇÃO DE 0 A 3 ANOS - O APERFEIÇOAMENTO EM SINCRONIA	306.636	8,31	R\$10.697,46	1,340	5,38	7.316,48	937.344,14
Educação Infantil Crie e Brinche	RELUMONS LTDA	DO VENTIL AO COLO: DO SOM À LITERATURA: LIVROS PARA BEBÊS E CURIOSOS	306.636	6,39	R\$7.748,48	1,340	5,38	7.316,48	731.575,96
Educação Infantil Crie e Brinche	SARAVIA E SICHANO S/A	MATEMÁTICA NO DIA A DIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: NÚMEROS, CANTOS, BRINCADEIRAS E HISTÓRIAS	306.636	8,05	R\$9.405,56	1,340	5,38	7.316,48	860.712,04
Educação Infantil Crie e Brinche	SARAVIA S/A LIVROS EDITORES	BRINCADEIRAS COM MÚSICA NA SALA DE AULA: JOGOS DE CRIAÇÃO MUSICAL USANDO A VOZ, O CORPO E O MOVIMENTO	306.636	5,13	R\$6.991,36	1,340	5,38	7.316,48	554.317,96
Educação Infantil Crie e Brinche	TITLO EDITORA LTDA - EPP	CORPO EM MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	306.636	8,89	R\$10.838,88	1,340	5,38	7.316,48	934.165,36
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	CORTEZ EDITORA E LUMIANA LTDA	A EXPOSIÇÃO ORAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	340.530	4,95	R\$7.073,50	1,450	5,52	8.004,00	748.078,50
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	CORTEZ EDITORA E LUMIANA LTDA	PEDAGOGIA DO ALFABETIZADOR LITÉRARIO DA PRONALIDADE A ESCRITA	340.530	6,33	R\$8.398,30	1,450	5,52	8.004,00	954.602,30
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E NA ALFABETIZAÇÃO: ESPAÇO, TEMPO E CONSCIENTE	340.530	10,00	R\$13.000,00	1,450	5,52	8.004,00	1.503.104,00
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ARTES: ESPAÇO, TEMPO E CONSCIENTE	340.530	9,37	R\$12.998,70	1,450	5,52	8.004,00	1.408.912,70
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM CIÊNCIAS: ESPAÇO, TEMPO E CONSCIENTE	340.530	7,80	R\$11.166,10	1,450	5,52	8.004,00	1.174.182,30
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM HISTÓRIA: ESPAÇO, TEMPO E CONSCIENTE	340.530	8,76	R\$12.390,76	1,450	5,52	8.004,00	1.317.711,60
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM LINGUAGEM ORAL: ESPAÇO, TEMPO E CONSCIENTE	340.530	9,37	R\$13.000,00	1,450	5,52	8.004,00	1.408.912,70
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM MATEMÁTICA: ESPAÇO, TEMPO E CONSCIENTE	340.530	7,82	R\$11.166,10	1,450	5,52	8.004,00	1.174.182,30
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM MATEMÁTICA: ESPAÇO, TEMPO E CONSCIENTE	340.530	7,11	R\$10.616,10	1,450	5,52	8.004,00	1.071.100,10
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: TEMAS, CONTEÚDOS E USO DE FONTES	340.530	6,63	R\$9.882,30	1,450	5,52	8.004,00	996.165,10
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	ALFABETIZAÇÃO E LITÉRARIO: CATEGORIAS NA CATEGORIA ESCOLA	340.530	11,83	R\$17.208,26	1,450	5,52	8.004,00	1.775.212,20
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	CINEMA: 1º ANO DE ENSINO FUNDAMENTAL - SOLUÇÕES PARA CRIAR DESAFIOS DO PROFESSOR	340.530	6,03	R\$9.154,30	1,450	5,52	8.004,00	909.540,30
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	INTERAÇÕES: VALORES HISTÓRICOS BRASILEIRAS	340.530	3,57	R\$5.150,70	1,450	5,52	8.004,00	541.754,70
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	PEDAGOGIA EM EDUCAÇÃO MUSICAL	340.530	10,15	R\$14.516,50	1,450	5,52	8.004,00	1.525.530,50
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	TEATRO E DANÇA NOS ANOS INICIAIS	340.530	4,24	R\$6.022,40	1,450	5,52	8.004,00	641.916,40
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA	340.530	5,24	R\$7.437,40	1,450	5,52	8.004,00	731.516,40
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	A DIFERENÇA NA LINGUAGEM INFANTIL: NARRATIVAS E LETRABAS	340.530	7,69	R\$11.109,30	1,450	5,52	8.004,00	1.157.715,30
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	EDUCAÇÃO MUSICAL: DA TEORIA À PRÁTICA NA SALA DE AULA	340.530	2,74	R\$3.937,40	1,450	5,52	8.004,00	417.661,40
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	POESIA PARA CRIANÇAS: CONTEÚDOS, TENDÊNCIAS E PRÁTICAS	340.530	6,23	R\$8.951,20	1,450	5,52	8.004,00	937.996,20
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	LINGUAGEM E ESCRITA: COMO APRENDER COM ESCRITO PARA ABRIR DA PEDAGOGIA POR PROJETOS	340.530	7,77	R\$11.109,30	1,450	5,52	8.004,00	1.157.715,30
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	ALFABETIZAÇÃO E LINGUAGEM: A LINGUAGEM INFANTIL NA ESCOLA	340.530	6,17	R\$8.924,70	1,450	5,52	8.004,00	930.480,70
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	MATEMÁTICA MANIPULATIVOS PARA O ENSINO DAS QUANTIDADES NUMÉRICAS	340.530	3,23	R\$4.612,20	1,450	5,52	8.004,00	489.461,10
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	MATEMÁTICA MANIPULATIVOS PARA O ENSINO DAS QUANTIDADES NUMÉRICAS	340.530	6,21	R\$8.951,20	1,450	5,52	8.004,00	930.480,70
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	MATEMÁTICA MANIPULATIVOS PARA O ENSINO DAS QUANTIDADES NUMÉRICAS	340.530	5,52	R\$7.925,20	1,450	5,52	8.004,00	833.299,20
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	CONTEÚDOS SOBRE A MATEMÁTICA E A ESCRITA: CONSCIENTE NA PRÁTICA	340.530	3,88	R\$5.598,80	1,450	5,52	8.004,00	588.102,80
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	PRÁTICAS CIENTÍFICAS DA MATEMÁTICA: UM MÊTODO DE PROJETOS - ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	340.530	6,99	R\$10.074,90	1,450	5,52	8.004,00	1.053.078,90
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	MATEMÁTICA MANIPULATIVOS PARA O ENSINO DAS QUANTIDADES NUMÉRICAS	340.530	5,19	R\$7.595,90	1,450	5,52	8.004,00	783.960,90
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	A HISTÓRIA DA CRIANÇA PARA A CRIANÇA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	340.530	5,85	R\$8.418,40	1,450	5,52	8.004,00	884.132,80
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	ALFABETIZAÇÃO: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO	340.530	9,49	R\$13.681,90	1,450	5,52	8.004,00	1.426.953,90
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	EDUEBA EDITORA LTDA	LINGUAGEM ESCRITA NA ESCOLA: REDES E PROPOSTAS NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO	340.530	6,16	R\$8.920,60	1,450	5,52	8.004,00	938.965,60
TOTALS			32.106.780	83.046.190,67	122.725	778.287,80	83.824.078,77		

7 APÊNDICES

APÊNDICE 1. PERFIL DA ESCOLA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Cidade Universitária – João Pessoa (PB) CEP – 58051 - 900
Fone: (83) 3216 - 7200.

PERFIL DA ESCOLA

Dados de Identificação:

Nome do estabelecimento: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ e-mail: _____

Nº de Professores: _____

Nível de formação profissional dos docentes da escola: _____

Quantidade de turmas da escola: _____

Quantidade de alunos da escola: _____

DADOS SOBRE O ESPAÇO FÍSICO DA ESCOLA

Setores existentes: _____

ASPECTOS SOCIAIS DA ESCOLA

A escola atende à população residente nos seguintes bairros e/ou cidades: _____

Nível socioeconômico da população assistida: _____

Nível sociocultural da população assistida: _____

Principais dificuldades vivenciadas pela escola: _____

Sugestões: _____